



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PAUTA DA 37ª REUNIÃO

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura)

**13/08/2013
TERÇA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Cyro Miranda
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia**



Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 13/08/2013.**

37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Terça-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PLS 344/2012 - Terminativo -	SEN. PAULO PAIM	12
2	PLS 217/2009 - Terminativo -	SEN. JOÃO ALBERTO SOUZA	28
3	PLC 107/2012 - Não Terminativo -	SEN. ALVARO DIAS	40
4	OFS 26/2013 - Não Terminativo -	SEN. MARIA DO CARMO ALVES	53
5	PLS 331/2012 - Terminativo -	SEN. PAULO PAIM	205
6	PLC 75/2012 - Terminativo -	SEN. BENEDITO DE LIRA	210

7	PLC 29/2013 - Terminativo -	SEN. VALDIR RAUPP	217
8	PLS 271/2010 - Terminativo -	SEN. CÍCERO LUCENA	225
9	PLS 43/2009 - Terminativo -	SEN. PAULO BAUER	241
10	Requerimento 10		253

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)			
Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105	1 Lindbergh Farias(PT)(43)	RJ (61) 3303-6426 / 6427
Wellington Dias(PT)	PI (61) 3303-9049/9050/9053	2 Anibal Diniz(PT)	AC (61) 3303-4546 / 3303-4547
Ana Rita(PT)	ES (61) 3303-1129	3 Marta Suplicy(PT)(55)	SP (61) 3303-6510
Paulo Paim(PT)	RS (61) 3303-5227/5232	4 Vanessa Grazziotin(PCdoB)(20)(30)	AM (61) 3303-6726
Randolfe Rodrigues(PSOL)(79)	AP (61) 3303-6568	5 Pedro Taques(PDT)	MT (61) 3303-6550 e 3303-6551
Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281	6 Antonio Carlos Valadares(PSB)(16)	SE (61) 3303-2201 a 2206
Lídice da Mata(PSB)	BA (61) 3303-6408/ 3303-6417	7 Zeze Perrella(PDT)(23)	MG (61) 3303-2191
Inácio Arruda(PCdoB)	CE (61) 3303-5791 3303-5793	8 João Capiberibe(PSB)(37)	AP (61) 3303-9011/3303-9014
VAGO		9 VAGO	
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)			
Ricardo Ferraço(PMDB)(49)(68)	ES (61) 3303-6590	1 Eduardo Braga(PMDB)(52)(49)(26)(9)(68)	AM (61) 3303-6230
Roberto Requião(PMDB)(46)(49)(33)(34)	PR (61) 3303-6623/6624	2 Vital do Rêgo(PMDB)(62)(52)(49)(68)	PB (61) 3303-6747
Romero Jucá(PMDB)(13)(49)(19)(32)(68)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	3 Valdir Raupp(PMDB)(49)(68)	RO (61) 3303-2252/2253
João Alberto Souza(PMDB)(38)(45)(49)(36)	MA (61) 3303-6352 / 6349	4 Luiz Henrique(PMDB)(52)(49)(68)	SC (61) 3303-6446/6447
VAGO(24)(49)(84)(68)		5 Pedro Simon(PMDB)(85)(52)(49)	RS (61) 3303-3232
Ana Amélia(PP)(52)(49)(68)	RS (61) 3303-6083/6084	6 VAGO(52)(27)(49)	
Benedito de Lira(PP)(52)(49)(60)(53)(54)(61)	AL (61) 3303-6148 / 6151	7 VAGO(17)(49)	
Ciro Nogueira(PP)(52)(49)(68)	PI (61) 3303-6185 / 6187	8 VAGO(49)	
Kátia Abreu(PSD)(52)(49)(68)	TO (61) 3303-2708	9 VAGO(49)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)			
Cyro Miranda(PSDB)(67)(10)	GO (61) 3303-1962	1 Cícero Lucena(PSDB)(67)(39)	PB (61) 3303-5800 5805
Alvaro Dias(PSDB)(21)(67)(29)	PR (61) 3303-4059/4060	2 Flexa Ribeiro(PSDB)(12)(67)(80)	PA (61) 3303-2342
Paulo Bauer(PSDB)(67)	SC (61) 3303-6529	3 Cássio Cunha Lima(PSDB)(67)(11)	PB (61) 3303-9808/9806/9809
Maria do Carmo Alves(DEM)	SE (61) 3303-1306/4055	4 Lúcia Vânia(PSDB)(67)(25)(59)	GO (61) 3303-2035/2844
José Agripino(DEM)(14)	RN (61) 3303-2361 a 2366	5 VAGO(15)(86)(51)(70)(50)(69)(67)	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)			
Armando Monteiro(PTB)(76)	PE (61) 3303 6124 e 3303 6125	1 Eduardo Amorim(PSC)(72)(63)(76)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211
VAGO(81)(83)(82)(76)		2 João Vicente Claudino(PTB)(5)(48)(77)(76)	PI (61) 3303-2415/4847/3055
VAGO(31)(76)		3 Mozarildo Cavalcanti(PTB)(41)(42)(83)(65)	RR (61) 3303-4078 / 3315
VAGO(31)(66)(76)		4 VAGO(57)(58)(75)(64)(76)	

- (1) Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- (2) Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- (3) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- (4) Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- (5) Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
- (6) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Anibal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- (7) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- (8) Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- (9) Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
- (10) Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
- (11) Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

- (12) Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
- (13) Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- (14) Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- (15) Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
- (16) Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
- (17) Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
- (18) O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- (19) Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- (20) Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- (21) Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- (22) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- (23) Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
- (24) Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
- (25) Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
- (26) Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).
- (27) Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- (28) Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
- (29) Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
- (30) Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
- (31) Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
- (32) Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
- (33) Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- (34) Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
- (35) Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
- (36) Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
- (37) Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
- (38) Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
- (39) Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
- (40) Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
- (41) Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- (42) Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
- (43) Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
- (44) Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- (45) Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
- (46) Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- (47) Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- (48) Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
- (49) Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
- (50) Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
- (51) Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
- (52) Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
- (53) Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- (54) Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
- (55) Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- (56) Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
- (57) Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
- (58) Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
- (59) Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
- (60) Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- (61) Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
- (62) Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
- (63) O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- (64) Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- (65) Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.

- (66) Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
- (67) Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
- (68) Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- (69) Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
- (70) Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
- (71) Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
- (72) Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
- (73) Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)
 "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL – determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.
 Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- (74) Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes.
 Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes.
 Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes.
 Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
- (75) Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
- (76) Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodrê Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
- (77) Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
- (78) Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
- (79) Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
- (80) Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
- (81) Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
- (82) Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
- (83) Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
- (84) Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
- (85) Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
- (86) Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
 SECRETÁRIO(A): JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-4604
 FAX: 3303-3121

PLENÁRIO Nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
 TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
 E-MAIL: julioric@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO
FEDERAL

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
54ª LEGISLATURA**

**Em 13 de agosto de 2013
(terça-feira)
às 11h**

PAUTA
37ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

	Deliberativa
Local	Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2012

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1- Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

[Relatório](#)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2009

- Terminativo -

Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1- Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, de 2012 - Complementar

- Não Terminativo -

Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association – FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1- *Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos*

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Avulso da matéria](#)

[Relatório](#)

ITEM 4**OFICIO "S" Nº 26, de 2013****- Não Terminativo -**

Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no segundo semestre de 2012.

Autoria: Autoridade Pública Olímpica - APO

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pelo conhecimento das informações e Ciência das recomendações constantes no presente parecer à Autoridade Pública Olímpica e posterior arquivamento

Observações:

1- *A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle*

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2012****- Terminativo -**

Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

ITEM 6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, de 2012**

- Terminativo -

Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputada Ana Arraes

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Favorável

Observações:

1- A matéria constou na pauta da reunião do dia 02/07/13

Textos disponíveis:

[Texto inicial](#)

[Avulso da matéria](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

ITEM 7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, de 2013****- Terminativo -**

Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional.

Autoria: Deputado Arthur Oliveira Maia

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

Observações:

1- A matéria constou na pauta da reunião do dia 6/8/13

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, de 2010****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Pela rejeição

Textos disponíveis:

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

[Relatório](#)

[Parecer aprovado na comissão](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, de 2009****- Terminativo -**

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela rejeição

Textos disponíveis:

[Avulso do Projeto](#)

[Texto inicial](#)

[Legislação citada](#)

Comissão de Educação, Cultura e Esporte

[Relatório](#)

[Relatório](#)

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº , DE 2013**

Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate: Senhor Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE; Senhora Joana Monteiro, pesquisadora do Instituto Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas; O objetivo é discutir o estudo realizado pela Senhora Joana Monteiro e coordenado pelo Senhor Cimar Azeredo, chamado de “Os nem-nem-nem: exploração sobre um fenômeno pouco estudado”, que define os jovens que nem trabalham, nem estudam e nem procuram emprego.

Autoria: Ataídes Oliveira e Senador Paulo Paim

1

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.*

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 344, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que intenta garantir aos idosos programas de educação em nível superior.

Para tanto, o projeto insere § 2º no art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), dispondo que as universidades públicas devem oferecer, por meio de ações presenciais e a distância, cursos e programas de extensão para atendimento a pessoas idosas, na perspectiva da educação permanente.

A proposição foi distribuída à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde já recebeu parecer por sua aprovação, com emenda de redação, e à apreciação desta CE, a quem caberá decisão terminativa.

Para justificar a proposição, o autor argumenta que o País se encontra diante de uma realidade em construção, em face do aumento tanto da população idosa quanto de sua escolaridade e demanda por educação e, ainda, que a LDB não contempla adequadamente esse novo quadro social.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre, entre outros assuntos, matérias que tratem de diretrizes e bases da educação brasileira. Sendo esse tema o objeto particular do projeto, resta configurada a competência regimental da CE para apreciá-lo.

No mais, de acordo com o art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, é da competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da educação. Dessa forma, a proposição atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

Quanto ao mérito, a garantia de estudos em nível superior para idosos vem ao encontro de demanda cada vez mais presente na realidade brasileira. Não foi à toa, pois, que essa preocupação foi contemplada, embora com abordagem diferenciada, na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Em seu art. 25, que integra o capítulo dedicado à educação e ao lazer do idoso, o Estatuto dispõe que:

“**Art. 25.** O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.”

A nosso juízo, o efeito dessa norma, além de limitado a um apoio que dependerá da discricionariedade e boa vontade dos gestores públicos, não atende à nova configuração de uma realidade onde a presença de idosos é cada vez mais significativa, inclusive no mundo do trabalho. Em consequência, as condições de saúde e as questões de ordem física, aliadas às

necessidades de inserção social dos integrantes do segmento, suscitam ações de educação que respeitem essas peculiaridades e atendam necessidades específicas.

Essa constatação, sozinha, empresta legitimidade à iniciativa. Contudo, hoje, o atendimento de idosos na educação superior vai além da mera criação de oportunidades de inserção social e da oferta de atividades afeitas à sua condição de pessoa de idade avançada. Há situações em que a qualificação e a especialização constituem requisito crucial para oportunizar trabalho remunerado a essas pessoas. Dessa forma, evidencia-se lacuna na Lei nº 10.741, de 2003, que, em nosso entendimento, também deveria ser modificada, de modo a compreender algum tipo de comando que imprima efetividade ao direito de acesso das pessoas idosas a programas de educação superior.

Além disso, vislumbramos a ampliação da abrangência da medida em análise. Para tanto, reputamos indispensável que ela alcance todas as instituições de educação superior públicas, não ficando restrita às que detenham a classificação acadêmica de universidades. Para uma breve noção da perspectiva de aumento do atendimento proposto com a mudança, quando nos reportamos apenas às instituições federais, as universidades propriamente ditas somam, até aqui, pouco mais de 150 *campi*. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), por sua vez, contarão, dentro em breve, com mais de 600 unidades em todo o País, tratando-se, pois, de uma rede com grande capilaridade.

Por fim, cumpre lembrar que a afirmação do direito dos idosos à educação superior em legislação específica ganha reforço ao seguirmos as recomendações da boa técnica legislativa. Por essa razão, apresentamos emenda substitutiva mantendo o cerne da alteração inicialmente proposta para a LDB, que cuida da escolarização sob ótica estritamente formal, mas de modo a imprimir caráter mais determinante às medidas previstas do Estatuto do Idoso, mediante acréscimo do dispositivo em questão à Lei nº 10.741, de 2003.

Em tais moldes, a proposição aprimora e confere novo impulso ao Estatuto do Idoso, a merecer, assim, a acolhida desta Casa Legislativa.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº - CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, DE 2012

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 25.** As instituições de educação superior ofertarão às pessoas idosas, na perspectiva da educação permanente, cursos e programas de extensão, presenciais ou a distância, constituídos por atividades formais e não formais.

Parágrafo único. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

5
5

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

(*)PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344,DE 2012

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescida do seguinte § 2º, renumerando-se como § 1º o atual parágrafo único:

“Art. 44.

§ 1º

§ 2º Serão oferecidos no âmbito das instituições de ensino superior e obrigatórios nas universidades públicas, por meio de ações presenciais e a distância, cursos e programas de extensão para atendimento das pessoas idosas, por meio de atividades formais e não formais, na perspectiva da educação permanente.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

(*) Avulso republicado em 13/09/2012 por omissão de texto e incorreção de palavra.

JUSTIFICAÇÃO

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi gerada e sancionada entre 1988 e 1996. Nesse momento, as preocupações dominantes da sociedade em relação aos adultos se circunscreviam à sua educação básica – inclusive ao processo de alfabetização. Por isso mesmo, a modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) se situa como última seção do capítulo sobre a educação básica.

Não se pode olvidar, contudo, que o processo educacional é dinâmico e, atualmente, menos de 10% da população brasileira se constitui de analfabetos. Em adição, embora milhões de cidadãos não tenham concluído o ensino médio e o ensino fundamental, as demandas reais por escolarização na EJA não são tão significativas como há duas décadas. Na realidade, nos últimos vinte anos, mais de vinte milhões de jovens e adultos conseguiram concluir a educação básica e mais de dez milhões de adultos obtiveram diplomas em cursos de graduação de nível superior.

Concomitantemente, o número de brasileiros com mais de 60 anos de idade cresceu em proporções nunca vistas e, dessa população, pela primeira vez na história, quase metade é constituída de homens e mulheres com escolaridade igual ou superior ao ensino fundamental, o que os aproxima do convívio e até da matrícula em cursos e programas das instituições de educação superior. Em outras palavras: a universidade, além de povoada pelos adultos em seus cursos de graduação e pós-graduação, também se vê pressionada a abrir-se em programas de extensão para uma clientela cada vez mais idosa. Não por acaso se multiplicam as experiências de “Universidades Abertas à Terceira Idade” e outras congêneres.

Está, pois, mais que na hora de acolher no texto da LDB um dispositivo para articular as demandas dos idosos por educação com as atividades das instituições de educação superior, exatamente o que pretende este projeto de lei, para o qual solicito a atenção e o apoio dos nobres Senadores.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

*LEGISLAÇÃO CITADA***LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Vide Lei nº 12.061, de 2009

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IV**DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

4

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:
(Regulamento)

~~I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.
(Regulamento)

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 13/09/2012

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
OS:14450/2012

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

[Vide Adin 3324-7, de 2005](#)

[Vide Decreto nº 3.860, de 2001](#)

[Vide Lei nº 12.061, de 2009](#)

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO IV
DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [\(Regulamento\)](#)

~~I — cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; [\(Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007\).](#)

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. [\(Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006\)](#)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. ([Regulamento](#))

._*._*._

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para garantir programas de educação para idosos em nível superior.*

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer a garantia de programas de educação para idosos em nível superior.

Para tanto, a proposição acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O novo parágrafo reza que as instituições de ensino superior deverão oferecer, por meio de ações presenciais e a distância, “cursos e programas de extensão para o atendimento das pessoas idosas, por meio de atividades formais e não formais”.

O autor, à guisa de justificação, aduz que a população idosa brasileira tem aumentado progressivamente, bem como a sua escolarização, o que forma a situação em que se torna necessária a oferta regular de educação superior para idosos. Observa, outrossim, que as universidades já são sensíveis a tal realidade, antecipando-se e oferecendo cursos, de diversos tipos, abertos à terceira idade. Argumenta, ao final, que é necessário expressar tal realidade sob forma normativa, incorporando-a ao texto da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.

Após o exame por esta CDH, o projeto seguirá para análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à qual caberá decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre matéria que diga respeito à proteção aos idosos. É regimental, portanto, sua análise por este Colegiado.

Em termos substantivos, o PLS nº 344, de 2012, traz evidentes méritos. Percebe com clareza a dinâmica demográfica da sociedade brasileira e ajusta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a tal desenvolvimento. Isso, sob a égide do valor constitucional e legal da prestação de serviços que integrem a terceira idade à sociedade nacional mais ampla. Não há o que se lhe opor quanto ao mérito. Antes, há o que se louvar.

Observamos, outrossim, que a redação do texto do PLS nº 344, de 2012, poderia ser mais precisa, deixando menos margem a leituras dúbias quando de sua futura interpretação pelo Poder Judiciário. Para tanto, é preciso estabelecer com clareza que a obrigatoriedade estabelecida no parágrafo inserido refere-se apenas à universidade pública, ficando as instituições privadas com a opção de fazê-lo.

Também, como forma de corrigir a técnica legislativa, aproveitamos para reescrever o texto do art. 44 alterado pela proposição, de maneira a manter seus incisos hoje existentes na lei. Para tanto acrescentamos pontilhados entre o *caput* do referido dispositivo e seus parágrafos.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 01– CDH

Dê-se ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos termos do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 44.

.....

§ 1º

§ 2º Serão oferecidos no âmbito das instituições de ensino superior, com caráter obrigatório nas universidades públicas, por meio de ações presenciais e a distância, cursos e programas de extensão para atendimento das pessoas idosas, por meio de atividades formais e não formais, na perspectiva da educação permanente. (NR)”

Sala da Comissão, 11 de dezembro de 2012.

Senadora Ângela Portela, Presidente em Exercício

Senador Paulo Paim, Relator



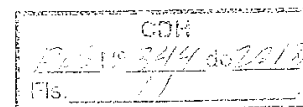
SENADO FEDERAL
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 344, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 80ª REUNIÃO, DE 11/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [Assinatura]

RELATOR: [Assinatura]

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT) <u>[Assinatura]</u>	1. Angela Portela (PT) <u>PRESIDENTE</u>
Lídice da Mata (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT) <u>RELATOR</u>	3. Humberto Costa (PT) <u>Humberto</u>
Wellington Dias (PT)	4. Aníbal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT) <u>[Assinatura]</u>	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) <u>[Assinatura]</u>	1. Roberto Requião (PMDB)
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV) <u>PRD</u>	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
VAGO	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB) <u>[Assinatura]</u>
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC) <u>[Assinatura]</u>	2. VAGO
Magno Malta (PR)	3. João Costa (PPL)
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues



2

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, ao Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009, do Senador Valdir Raupp, que “acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula”.

Relator: Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 217, de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp, que faz duas alterações na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.

A primeira alteração determina que o valor pago pela matrícula será incluído no valor total das anuidades ou semestralidades escolares.

Já a segunda estabelece que a multa pelo cancelamento da matrícula não poderá ser superior a 20% do valor pago pela matrícula.

O objetivo alegado pelo autor para a primeira sugestão é o de evitar a cobrança de uma 13ª parcela de mensalidade, a título de matrícula ou reserva de vaga.

A segunda sugestão, por sua vez, pretende evitar que a escola se recuse a restituir, sob a alegação

de custo administrativo, o valor pago antecipadamente, no caso de desistência do estudante.

O projeto tem decisão terminativa desta Comissão. A ele não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 217, de 2009, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

As duas medidas propostas no projeto buscam, de fato, proteger o usuário de serviços educacionais privados. No entanto, contrariamente ao alegado na justificção, a primeira sugestão não impede a cobrança de uma 13ª parcela, uma vez que a Lei nº 9.870, de 1999, faculta a apresentação de *planos de pagamento alternativos*, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado nos termos legais. O que o projeto faz é simplesmente estipular aquilo que os órgãos de defesa do consumidor já consideram como certo, a saber: o consumidor deve ter o valor pago pela reserva de vaga ou matrícula descontado do total da anuidade, normalmente dividida em doze (anuidade) ou seis (semestralidade) parcelas mensais e iguais.

Com efeito, faz sentido que as escolas cobrem pela matrícula ou reserva de vagas. Isso garante a elas certa segurança sobre o total de alunos matriculados, permitindo-lhes, por conseguinte, fazer o planejamento administrativo e pedagógico para o período letivo seguinte. Contudo, essa importância deveria ser abatida na primeira mensalidade do próximo período letivo, o que a proposição não assegura.

Desse modo, a redação do projeto poderia ser aperfeiçoada, a fim de adequá-la melhor à

interpretação que os órgãos de defesa do consumidor vêm conferindo à lei. Não seria o caso de impedir a cobrança antecipada de matrícula, mas de prever o abatimento do valor correspondente na anuidade escolar. Embora a redação do projeto contemple a possibilidade de que esse abatimento ocorra no conjunto das parcelas, o desconto na primeira delas evidencia o preceito de que o valor da matrícula compõe o montante da anuidade escolar.

A proposta de fixar o limite para o valor da multa por cancelamento da matrícula também é procedente, pois coíbe abusos. De fato, esse valor deve cobrir apenas os custos administrativos que a escola teve.

Sugerimos, ainda, a alteração do § 5º do art. 1º da lei alterada pelo projeto, na parte que permite à escola impor plano alternativo de pagamento, desde que o valor dos encargos educacionais não supere o previsto com base na legislação. A escola deve apenas sugerir planos alternativos, cabendo à outra parte aceitá-lo ou não.

Devido às alterações formuladas, oferecemos nova redação também à ementa da proposição e outros aperfeiçoamentos, consolidando nossas sugestões em texto substitutivo.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade da iniciativa, não há reparos a fazer.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2009, na forma da emenda substitutiva a seguir apresentada.

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, DE 2009

Altera a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor sobre a forma de pagamento das anuidades ou das semestralidades escolares e a fixação de valor máximo de multa pelo cancelamento da matrícula.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

.....

§ 5º O valor total, anual ou semestral, apurado na forma do disposto neste artigo, terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a oferta aos alunos, seus pais ou responsáveis de plano de pagamento alternativo, cujo montante não pode exceder o valor total anual ou semestral.

.....

§ 7º O valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, constituindo-se na primeira das parcelas referidas no § 5º.

§ 8º A multa pelo cancelamento da matrícula não poderá ser superior a vinte por cento do valor da primeira parcela da anuidade ou semestralidade.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

5

,
R
e
l
a
t
o
r



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 217, DE 2009

Acrescenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos §§ 7º e 8º, com a seguinte redação:

“Art. 1º.

.....

§ 7º O valor pago pela matrícula do aluno estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares.

§ 8º A multa pelo cancelamento da matrícula não poderá ser superior a 20% do valor pago pela matrícula. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo incluir no valor da anuidade escolar, geralmente dividido em doze parcelas, o montante pago a título de matrícula, desembolsado para garantir a vaga do aluno na instituição de ensino. De acordo com os órgãos de defesa do consumidor, o valor dessa reserva de vaga deve ser descontado do valor da anuidade escolar, afastando-se a cobrança de uma 13ª parcela.

Outra mudança refere-se à limitação da multa paga pelo aluno que desiste do curso. Esse valor destina-se a ressarcir os custos administrativos despendidos pelas instituições de ensino. Algumas se recusam a devolver o valor pago antecipadamente, cobrando 100% de multa pela desistência do aluno. Fixamos no projeto a multa no percentual máximo de 20% do valor da matrícula.

Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **VALDIR RAUPP**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável.

3

§ 1º O valor anual ou semestral referido no *caput* deste artigo deverá ter como base a última parcela da anuidade ou da semestralidade legalmente fixada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo.

§ 2º [\(VETADO\)](#)

§ 3º Poderá ser acrescido ao valor total anual de que trata o § 1º montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001\)](#)

§ 4º A planilha de que trata o § 3º será editada em ato do Poder Executivo. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001\)](#)

§ 5º O valor total, anual ou semestral, apurado na forma dos parágrafos precedentes terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a apresentação de planos de pagamento alternativos, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado na forma dos parágrafos anteriores. [\(Renumerado pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001\)](#)

§ 6º Será nula, não produzindo qualquer efeito, cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei. [\(Renumerado pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001\)](#)

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 27/05/2009.

Minuta

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº —, DE 2009

~~Acréscenta §§ 7º e 8º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para dispor que o valor pago pela matrícula estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares, limitando-se em vinte por cento o percentual da multa devida pelo cancelamento da matrícula.~~

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

~~Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, passa a vigorar acrescido dos §§ 7º e 8º, com a seguinte redação:~~

~~“Art.~~

~~1º.~~

~~.....~~

~~....~~

~~§ 7º O valor pago pela matrícula do aluno estará incluído no valor total das anuidades ou das semestralidades escolares.~~

~~§ 8º A multa pelo cancelamento da matrícula não poderá ser superior a 20% do valor pago pela matrícula. (NR)”~~

~~Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

JUSTIFICAÇÃO

~~O presente projeto de lei tem por objetivo incluir no valor da anuidade escolar, geralmente dividido em doze parcelas, o montante pago a título de matrícula, desembolsado para garantir a vaga do aluno na instituição de ensino. De acordo com os órgãos de defesa do consumidor, o valor dessa reserva de vaga deve ser descontado do valor da anuidade escolar, afastando-se a cobrança de uma 13ª parcela.~~

~~Outra mudança refere-se à limitação da multa paga pelo aluno que desiste do curso. Esse valor destina-se a ressarcir os custos administrativos despendidos pelas instituições de ensino. Algumas se recusam a devolver o valor pago antecipadamente, cobrando 100% de multa pela desistência do aluno. Fixamos no projeto a multa no percentual máximo de 20% do valor da matrícula.~~

~~Diante de todo o exposto, contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.~~

~~Sala das Sessões,~~

~~Senador VALDIR RAUPP~~LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.870, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999.

Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O valor das anuidades ou das semestralidades escolares do ensino pré-escolar, fundamental, médio e superior, será contratado, nos termos desta Lei, no ato da matrícula ou da sua renovação, entre o estabelecimento de ensino e o aluno, o pai do aluno ou o responsável.

§ 1º O valor anual ou semestral referido no *caput* deste artigo deverá ter como base a última parcela da anuidade ou da semestralidade legalmente fixada no ano anterior, multiplicada pelo número de parcelas do período letivo.

§ 2º (VETADO)

§ 3º Poderá ser acrescido ao valor total anual de que trata o § 1º montante proporcional à variação de custos a título de pessoal e de custeio, comprovado mediante apresentação de planilha de custo, mesmo quando esta variação resulte da introdução de aprimoramentos no processo didático-pedagógico. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001)

§ 4º A planilha de que trata o § 3º será editada em ato do Poder Executivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001)

§ 5º O valor total, anual ou semestral, apurado na forma dos parágrafos precedentes terá vigência por um ano e será dividido em doze ou seis parcelas mensais iguais, facultada a apresentação de planos de pagamento alternativos, desde que não excedam ao valor total anual ou semestral apurado na forma dos parágrafos anteriores. (Renumerado pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001)

§ 6º Será nula, não produzindo qualquer efeito, cláusula contratual de revisão ou reajustamento do valor das parcelas da anuidade ou semestralidade escolar em prazo inferior a um ano a contar da data de sua fixação, salvo quando expressamente prevista em lei. (Renumerado pela Medida Provisória nº 2.173-24, 23.8.2001)

3

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 107, de 2012 - Complementar, que dispõe sobre a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) de competência dos Municípios e do Distrito Federal à *Fédération Internationale de Football Association* - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014.

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 107, de 2012 – Complementar, de iniciativa do Presidente da República, autoriza que os Municípios e o Distrito Federal concedam isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Essa permissão visa ao implemento do compromisso que o Governo Federal assumiu com a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) para sediar a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Justificou-se a proposta em virtude de o inciso III do § 3º do artigo 156 da Constituição da República exigir lei complementar para regular a forma e as condições para eventuais concessões ou revogações, pelos Municípios, de isenções, benefícios ou incentivos fiscais, relativos ao ISS. Além disso, para a efetivação do compromisso assumido com a Fifa, no que tange à concessão de isenção relativa ao ISS, seria necessária a edição de norma autorizativa.

Esse projeto de lei tramitará pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

II – ANÁLISE

O assunto de que trata o PLC nº 107, de 2012- Complementar, não se encontra entre aqueles reservados às Casas do Congresso Nacional (arts. 49 a 52 da CF). Assim, o Presidente da República pode iniciar o processo legislativo, conforme previsto no art. 61 da CF.

Ainda relacionado aos aspectos formais do projeto, a espécie normativa proposta – lei complementar – é compatível com o texto constitucional. Em tese, a proposição refere-se à regulação do art. 156, § 3º, inciso III, da Constituição Federal, cuja competência é da União. Desse modo, a lei complementar federal poderia regular o assunto e caberia ao Congresso Nacional disciplinar a matéria.

No entanto, na realidade, a proposição não regula o dispositivo constitucional, contendo vícios no exercício da competência legislativa que impossibilitam a sua aprovação.

Em relação ao ISS, cabe à lei complementar federal definir os serviços sujeitos à tributação, fixar alíquotas máximas e mínimas, excluir da incidência exportações para o exterior e regular a forma e as condições como isenções e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

A fim de regular o art. 156, inciso III, da CF, foi publicada a Lei Complementar nº 116, de 2003, que definiu os serviços sujeitos ao imposto e fixou a alíquota máxima em 5%. Todavia, essa lei não regulou a forma nem as condições como os benefícios fiscais podem ser concedidos ou revogados, tampouco fixou a alíquota mínima.

Apesar de não haver fixação desse percentual mínimo de incidência, enquanto lei complementar não disciplinar o disposto nos incisos I e III do § 3º do art. 156 da CF, o ISS terá alíquota mínima de 2% (art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT), salvo para alguns serviços relacionados à construção civil. Além disso, o ISS não poderá ser objeto de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais, que resulte, direta ou indiretamente, na redução dessa alíquota estabelecida no ADCT.

Dessa maneira, com exceção dos serviços de construção civil, atualmente os Municípios não podem reduzir a alíquota do ISS para valores inferiores a 2%, tampouco conceder isenção para esse imposto, sob pena de inconstitucionalidade, por violação ao art. 88 do ADCT.

Para conceder a isenção do ISS à Fifa e às entidades associadas, os Municípios dependem da atuação prévia do Congresso Nacional por meio da edição de lei complementar. Entretanto, essa lei não deve ser específica para o caso concreto, mas deve regular de modo amplo a matéria relativa a isenções e demais benefícios fiscais. Além do mais, a lei complementar não pode delegar aos Municípios a tarefa de definir a forma e as condições como a isenção poderá ser concedida.

Há apenas duas formas de a lei complementar possibilitar aos municípios reduzirem a carga tributária do ISS. A primeira – conforme art. 156, § 3º, I da CF – seria pela fixação de alíquota mínima inferior aos atuais 2% previstos no art. 88 do ADCT. A segunda, pela definição de normas gerais que estabeleçam a forma e as condições como os benefícios serão concedidos pelos Municípios (art. 156, § 3º, III da CF).

Essa segunda possibilidade cumpriria o mesmo papel que hoje é exercido pela Lei Complementar (LCP) nº 24, de 7 de janeiro de 1975, em relação ao ICMS. Essa lei não isenta nem autoriza a isenção para operações específicas, mas define o modo como os Estados e o DF deverão proceder para conceder as isenções e os demais benefícios fiscais no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). Nesse sentido, de acordo com o disposto no art. 2º, § 2º, da LCP nº 24, de 1975, a concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados e a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos presentes.

Portanto, fixar formas e condições para concessão de benefício não se confunde com autorizar a isenção para um caso específico.

O presente projeto de lei não trata de normas gerais que definam a forma, tampouco quais as condições para concessão do benefício pelos Municípios.

A própria Câmara dos Deputados reconheceu essa fragilidade do projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo. Nesse sentido, é o teor do voto apresentado

pelo Deputado Pauderney Avelino na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), nestas palavras:

Entretanto, o PLP 579, de 2010, não regula o que determina o comando constitucional, mas tão-somente autoriza os Municípios e o Distrito Federal a concederem a isenção do ISS à FIFA e a outras pessoas.

Logo, faz-se necessário deixar expresso no PLP a forma, as condições da concessão e o prazo de vigência da isenção, haja vista não fazer sentido que esse benefício fiscal vigore por tempo indeterminado. Também precisa ser minimamente delimitada a abrangência de quem serão as “outras pessoas” beneficiárias da isenção do ISS.

A fim de atender ao que determina o comando constitucional e sanar as suas carências, apresentamos o anexo substitutivo ao PLP 579, de 2010, determinando que a concessão da isenção observará, no que couber, a forma, as definições, as condições e os prazos estabelecidos na Lei nº 12.350, de 12 de dezembro de 2010.

No entanto, a tentativa de correção do projeto de lei pela Câmara dos Deputados não teve êxito, visto que o PLC ainda não regula o dispositivo constitucional – art. 156, § 3º, inciso III. A proposta encaminhada ao Senado Federal continua sendo apenas uma lei autorizativa e específica para os eventos relacionados às Copas. Conforme expressamente previsto no art. 1º do PLC, o projeto autoriza a concessão da isenção pelos Municípios e pelo Distrito Federal. Além disso, em vez de fixar a forma, os limites e as condições para concessão dos benefícios, a proposição delega essa tarefa para as leis municipais (art. 1º, § 1º do PLC nº 107, de 2012).

Essa delegação indevida afronta o texto constitucional, haja vista nós, integrantes do Poder Legislativo Federal, não podermos delegar nossas competências para as Câmaras Municipais.

Não bastassem os problemas já elencados – que seriam suficientes para a rejeição da proposição –, o Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados possui outras inconsistências.

Os §§ 2º e 4º do art. 1º do PLC nº 107, de 2012 - Complementar, criam pretensas obrigações aos contribuintes relacionadas a tributo municipal. Além de a União não ter competência para retirar e limitar a autonomia dos Municípios, esses dispositivos não terão nenhum alcance prático, pois não existe sanção prevista no

PLC para o seu descumprimento. Como é de conhecimento geral, um dever sem sanção deixa de ser obrigação.

Da mesma maneira, o § 3º do art. 1º e o art. 2º do PLC nº 107, de 2012 - Complementar, criam obrigações para os Municípios, mas não preveem qualquer sanção para a hipótese de descumprimento da exigência legal. Portanto, há a possibilidade de que os dispositivos tornem-se letra morta.

Caso seja aprovado o PLC da forma como redigido, há o risco de a lei complementar federal tornar-se inócua, uma vez que seu conteúdo é assemelhado a um simples ato administrativo autorizativo. Como visto, essa autorização específica não supre a necessidade de regulação do art. 156, § 3º, inciso III, da Constituição Federal, exigência do art. 88 do ADCT como condição prévia para qualquer isenção ser concedida em relação ao ISS.

É verdade que há casos em que o texto constitucional prevê a elaboração pelo Poder Legislativo de atos específicos relacionados aos interesses das entidades federadas. Por exemplo, o art. 52, inciso XV, da Constituição Federal, dispõe que compete ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Assim, para cada autorização, o Senado Federal deve editar um ato específico. Entretanto, não é o caso das operações de isenção relacionadas ao ISS, por falta de previsão constitucional.

A persistir o entendimento de que é válida a tramitação do PLC nº 107, de 2012 - Complementar, e de que ele deve ser aprovado, há o risco de nós parlamentares ocuparmos grande parte do nosso tempo autorizando isenções específicas, por meio de leis complementares, para atender exclusivamente aos interesses municipais.

O nosso papel de congressista não é avaliar, caso a caso, quais situações ou tipos de serviços podem ter a redução do ISS sem prejudicar o equilíbrio entre as unidades da Federação. Compete-nos regular a forma e as condições para concessão de benefícios pelos Municípios, de modo que se normatize e se uniformize, em única lei, os procedimentos prévios que os entes municipais deverão seguir, caso desejem isentar alguma operação do ISS.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do PLC nº 107, de 2012 - Complementar, em virtude da presença de vícios insanáveis.

Sala da Comissão, em

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

(*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2012

(Complementar)

(nº 579/2010 - Complementar, na Casa de origem)

(De iniciativa da Presidência da República)

Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à *Fédération Internationale de Football Association - FIFA* e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam autorizados o Distrito Federal e os Municípios a conceder isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, à *Fédération Internationale de Football Association - FIFA* e a sujeitos passivos relacionados nos arts. 2º e 18 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

§ 1º A autorização de que trata o caput deste artigo deverá ser aplicada nos termos, limites e condições estabelecidos em lei específica pelo sujeito ativo do imposto, nos termos do § 6º do art. 150 da Constituição Federal.

(*) Avulso Republicado em 09/11/2012, para correção da numeração original do projeto.

§ 2º Das notas fiscais e faturas relativas aos serviços realizados em razão dos eventos mencionados no caput deste artigo, deverá constar a expressão "Serviço prestado com isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza", com a indicação do dispositivo legal correspondente.

§ 3º Para fins de cumprimento desta Lei Complementar, o Distrito Federal e os Municípios concedentes da isenção de que trata o caput deste artigo deverão apresentar demonstrativo da estimativa da relação custo/benefício, os objetivos e as metas pretendidas, considerando as repercussões para o equilíbrio fiscal, a receita corrente líquida e o cumprimento dos limites de que trata a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e os níveis de investimento e empregos.

§ 4º Para fins de cumprimento desta Lei Complementar, os beneficiados pela isenção de que trata o caput deste artigo deverão apresentar demonstrativo do cumprimento das metas e dos níveis de investimento e empregos propostos e efetivamente alcançados.

Art. 2º O Poder Executivo dos Municípios e do Distrito Federal fará publicar, regularmente, em portal específico na Rede Mundial de Computadores, para livre consulta, todas as informações relativas à aplicação desta Lei Complementar e das leis específicas municipais ou distrital, em especial o tipo de serviço, o valor e a renúncia fiscal correspondente, assim como os beneficiários das isenções concedidas.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ~~v~~igendo até 31 de dezembro de 2015.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 579, DE 2010 - COMPLEMENTAR

Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam autorizados o Distrito Federal e os Municípios a conceder isenção sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

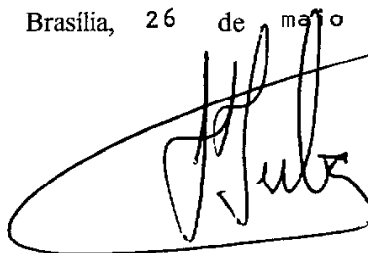
Brasília, 28 de maio de 2010

Mensagem nº 269, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei complementar que “Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014”.

Brasília, 26 de maio de 2010.



EM Conjunta nº 00007/ME/MF

Brasília, 27 de abril de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA - e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014, que serão realizadas no Brasil.

2. Dentre os compromissos assumidos como requisitos à candidatura do Brasil à sede dos eventos supra mencionados, o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais relacionados às Cidades-Sede das Competições, bem como o Governo do Distrito Federal garantiram a concessão de isenção de impostos à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas discriminadas nas Garantias Governamentais e nos termos de compromissos assinados pelos representantes legais desses entes federativos.

3. Assim, visando permitir o cumprimento deste compromisso, algumas adaptações de cunho legislativo se fazem necessárias e, para tanto, considerando o parágrafo 3º, item III, do artigo 156 da Constituição da República Federativa do Brasil, somente mediante Lei Complementar pode-se regular a forma e as condições para eventuais concessões ou revogações, pelos Municípios, de isenções, benefícios ou incentivos fiscais, relativos a impostos de sua competência. Além disso, tem-se que para o cumprimento do compromisso assumido perante a FIFA, no que tange à concessão de isenção relativa ao imposto supracitado em particular, necessário se faz a edição de norma autorizativa.

4. São estas, portanto, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a presente proposta de Projeto de Lei Complementar.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Orlando Silva de Jesus Junior, Guido Mantega

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dispõe sobre isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam autorizados o Distrito Federal e os Municípios a conceder isenção sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, à Fédération Internationale de Football Association - FIFA e a outras pessoas, para fatos geradores relacionados com a Copa das Confederações FIFA 2013 e com a Copa do Mundo FIFA 2014.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL FA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....

§ 6.º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.350, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, e 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga dispositivos das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.

.....

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se: (Vide Decreto nº 7.578, de 2011)

.....

Art. 18. É beneficiária do Recopa a pessoa jurídica que tenha projeto aprovado para construção, ampliação, reforma ou modernização dos estádios de futebol com utilização prevista nas partidas oficiais da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, nos termos do Convênio ICMS 108, de 26 de setembro de 2008.

.....

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos.)

Publicado no DSF, em 9/11/2012.

4

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Ofício "S" nº 26, de 2013, da Autoridade Pública Olímpica, que encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2012, em atendimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

RELATORA: Senadora MARIA DO CARMO ALVES

I – RELATÓRIO

Nos termos do que determina o art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, que ratificou o "Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO", regulamentado pelo Decreto nº 7.560, de 8 de setembro de 2011, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 7.614, de 18 de novembro de 2011, o presidente daquela autarquia encaminhou ao Congresso Nacional o relatório semestral referente às atividades realizadas no segundo semestre de 2012, bem como o calendário das ações a cumprir.

Cumpre a esta comissão tão-somente narrar as atividades manifestas naquele Relatório, cabendo à CMA debruçar-se sobre as congruência dos elementos fornecidos e cotejá-los com a racionalidades dos esforços financeiros, infraestruturais e humanos despendidos pela APO e pelas demais instituições, inclusive as governamentais, naquele semestre.

Preliminarmente, a APO informa haver continuado, no período em análise, o processo de estruturação de suas diretorias e da Superintendência de Gestão Corporativa, área responsável pelo suporte administrativo e operacional de suas atividades.

Dá conta, também, da criação de mecanismos destinados ao atendimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de acesso a

2
2

informação, mediante a divulgação do conteúdo de suas decisões, inclusive pela utilização do sítio da APO da Internet.

Foram realizadas reuniões dos Grupos de Trabalho já constituídos, com ênfase no estabelecimento de parâmetros de afetação dos resultados dos Jogos de 2016.

Relata, também, as participações da APO nos eventos oficiais do Comitê Olímpico Internacional (COI) e do Comitê Paraolímpico Internacional (CPI) no Rio de Janeiro, de acordo com o calendário estabelecido por aquelas entidades.

Durante a visita ao Brasil de dirigentes e técnicos do COI, no segundo semestre de 2012, foi realizado o acompanhamento dos projetos olímpicos sob a responsabilidade da União e dos governos estadual e municipal.

Na oportunidade, foram objeto de apresentações e discussões temas sobre governança, infraestrutura esportiva e de não competição, acomodações, chegadas e partidas, energia, tecnologia, transportes, além de reuniões com o CPI sobre assuntos afetos aos Jogos Paraolímpicos.

O Relatório informa, a seguir, que, em novembro, foi realizado o evento oficial do COI e do CPI, destinado à transferência de conhecimento referentes ao planejamento, à preparação e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres. Esse encontro, em formato de seminário e de reuniões temáticas, foi coordenado pelas duas entidades e teve como principais interlocutores representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres e especialistas daquelas entidades. Como participantes, compareceram equipes dos governos federal, estadual e municipal.

Os Grupos de Trabalhos instituídos no período com a finalidade de promover a integração interinstitucional e a concretização dos projetos desenvolveram as seguintes atividades:

GT Zona do Maracanã*a) Galeão*

Operação durante os Jogos

Estação BRT Transcarioca

Alfândega: imigração, admissão de equipamentos; vigilância sanitária: cavalos de competição

Acessibilidade

Circulação viária, faixas exclusivas (Olympic lanes)

b) Santos Dumont

Operação durante os Jogos.

BRT Transbrasil e VLT.

Circulação viária, faixas exclusivas (Olympic lanes)

c) Complexo Maracanã

Acompanhamento do cronograma de obras (revisão dos projetos, principalmente sobre obras do entorno e sua integração)

Integração das rampas das estações com o entorno (possível necessidade de novos projetos urbanísticos)

Integração da operação dos Jogos com os projetos: cerimônias e dia comum

d) Porto Maravilha

Integração da área externa (cidade) com a área do Pier (terminais)

Transporte interno do Pier

4
4

Plano Operacional

Revisão das garantias do porto

Infraestrutura do Pier em Y e entorno

GT ZONA BARRA

Ligação Barra – Zona Sul

Conexão viária entre Copacabana e Barra – Viaduto das Bandeiras

Faixa Olímpica entre Copacabana e Barra (tempo de viagem e planejamento operacional)

Integração do Metro Linha 4 e BRT Transoeste

Sistema viário no entorno da estação Jardim Oceânico

GT ZONA DEODORO

Complexo Deodoro

Instalações esportivas (situação dos projetos)

Cronogramas e integração de transportes

DEMAIS TEMAS

a) Integrações de intermodais de transporte

Estudos de demanda de transporte (contrato guarda-chuva) existentes e novos

Desenvolvimento dos mapas de integração dos modais

Responsabilidades operacionais

Bilhete único

b) Comunicações

Definições das bandas a serem operadas especialmente no evento

Plano de acessos e discriminação das frequências a serem disponibilizadas

Permissão de uso

Legislação aplicável

Integração de sistemas

Quatro reuniões com a participação do Ministério das Comunicações, ANATEL, TELEBRAS e Rio2016

Participação de quatro técnicos da ANATEL, em grupo de dois representantes, em eventos de transferência de conhecimento, respectivamente, nos Jogos Olímpicos e Paraolímpico de Londres - 2012.

Evento de transferência de conhecimento e de experiência dos Jogos Londres – 2012 (regulamentações de gestão de espectro).

Início da construção de proposta do plano de trabalho para o setor de telecomunicações para os Jogos Rio - 2016.

Início da construção de minuta de portfólio de serviços de gestão de espectro.

Participação em cinco reuniões mensais do Grupo de Trabalho de Grandes Eventos coordenado pela ANATEL, destinado à regulamentação do setor das telecomunicação para os grandes eventos brasileiros (Copa das Confederações, Jornada da Juventude, Copa do

6
6

Mundo), iniciando-se a inserção dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio – 2016.

c) Segurança

Início do desenvolvimento da Matriz de Responsabilidade (lista de projetos e orçamento)

Memorando de entendimentos

Diretiva para elaboração do Plano Geral dos Jogos

Segurança para canteiros de obras

Orientação quanto a medidas antiterror para instalações olímpicas

Definição do uso da segurança privada do controle de acesso às instalações

Planejamento estratégico

Prospecção de cenários de risco

Elaboração de cenários de risco sobre terrorismo, crime organizado, infraestruturas críticas, dinâmicas sociais e conjuntura internacional

GARANTIAS

Quanto às garantias solidárias da União, dos Estados e dos Municípios com vistas ao bom sucesso dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, o Relatório presta os esclarecimentos que se seguem.

Garantias municipais

Isenções tributárias

Concessões das instalações do Estádio João Havelange, do velódromo, do Parque Aquático Maria Lenk, da Marina da Glória e do Sambódromo

Obtenção de garantias para a prática do golfe

Garantias estaduais

Isenções tributárias

Projetos de transportes (em andamento)

Contratos de concessão das seguintes instalações:

Estádio do Maracanã

Ginásio do Maracanãzinho

Arena

Lagoa

Garantias federais

Isenções tributárias

Regulamentação do Ato Olímpico

Criação da agência de controle de doping

Espaços publicitários nos aeroportos

Construções, instalações (em andamento)

Reforma/modernização de aeroportos

Informa, também que, no âmbito federal, já foram realizadas a regulamentação da isenção fiscal dos tributos federais para os Jogos Olímpicos, a edição da Medida Provisória nº 584, em 10 de outubro de 2012, a preparação para a aprovação do projeto de lei relativo às isenções e a publicação da lei das isenções, prevista para janeiro de 2013.

O Relatório ressalta as ações da APO quanto à proteção das marcas olímpicas, conforme exigido pela Lei do Ato Olímpico e pela própria lei que instituiu a autarquia, e em obediência ao compromisso assumido pelo governo brasileiro quando da candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos. Nesse sentido, promoveu reuniões com representantes da FIFA e com agentes governamentais brasileiros e analisou a legislação brasileira referente à proteção de marcas.

Outros aspectos levados em conta no período a que se refere o Relatório foram a garantia de qualidade da energia elétrica e a elaboração do Caderno Técnico de Suprimento de Energia; levantamentos meteorológicos; mapeamento das acomodações, com suas respectivas classificações e disponibilidade de quartos; mapeamento de rotas acessíveis (acessibilidade); elaboração das diretrizes de sustentabilidade; infraestrutura portuária e aeroportuária, inclusive de seus entornos; manutenção de arquivo documental referente aos Jogos; planejamento dos planos operacionais e acompanhamento das obras nos estádios das cidades do futebol; planejamento e realização das primeiras ações do legado educacional esportivo, em conjunto com representantes do Ministério da

Educação; criação de grupo de trabalho destinado a tratar das questões de saúde; planejamento da Olimpíada Cultura, participação, em Londres, da exposição "Brasil, a hora é essa!"; aspectos relacionados com a condução da tocha olímpica; programação das cerimônias de hasteamento da bandeira nacional na Vila Olímpica e de abertura e de encerramento dos Jogos.

O Relatório informa, ainda, sobre as atividades institucionais dos órgãos da APO, tais como seu funcionamento e os temas tratados em suas reuniões, das quais se destacam as do Conselho Fiscal, em que se examinaram os demonstrativos contábeis e financeiros e a apreciação da proposta de execução orçamentária de 2012.

Em sequência, trata da atuação de seus Órgãos específicos singulares, em que se descrevem as ações da *Diretoria Executiva*, da *Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente*, da *Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção*, da *Diretoria de Operações e Serviços* e da *Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego*.

O documento informa que a **Diretoria Executiva** deu continuidade aos trabalhos de estruturação organizacional da APO com vistas à regulamentação de procedimentos administrativos.

Também promoveu adequações na estrutura regimental do órgão e manteve gestões junto à Caixa Econômica Federal no acompanhamento da preparação de espaço do edifício sede daquela instituição que abrigará parte das áreas da Autarquia.

A **Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente** se ocupou da construção da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, conjugada com as ações de melhoria e preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, os projetos a cargo dos entes consorciados – governo do Estado do Rio de Janeiro e prefeitura do Rio de Janeiro – estão sendo desenvolvidos em quatro macrorregiões na cidade do Rio de Janeiro. Na região da Barra da Tijuca estão sendo projetados o Parque Olímpico e o

10
10

Campo de Golfe. Na região de Copacabana, encontram-se em desenvolvimento os projetos da Lagoa Rodrigo de Freitas, Estádio de Copacabana, Forte de Copacabana, Marina da Glória e Parque do Flamengo. Na região do Maracanã, as instalações esportivas compreendem o Sambódromo, Estádio João Havelange, Maracanã e Maracanãzinho. Todas essas instalações existentes serão reformadas ou adaptadas. Na região de Deodoro está sendo projetado o Parque Olímpico de Deodoro, que conta com instalações que serão reformadas ou construídas. Fora desteixo, há, ainda, as quatro cidades que sediarão as competições dos jogos de futebol: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador.

Da mesma forma, promoveu o acompanhamento da evolução e dos desdobramentos das ações previstas para a entrega dos compromissos de sustentabilidade, mediante reuniões e discussões com vários órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além do Comitê Rio 2016 e do setor privado, no intuito de dar continuidade aos projetos e obras respeitando a legislação ambiental e requisitos técnicos.

Desenvolveu também o Plano de Gestão de Sustentabilidade, relativo aos compromissos de candidatura e da integração dos critérios de sustentabilidade em todo o ciclo de gestão dos Jogos, desde a concepção e planejamento até as atividades de implantação, revisão e pós-evento. O documento é uma estratégia global de planejamento de longo prazo, cujo objetivo é trazer vantagens sustentáveis para o Brasil e, em particular, para a cidade do Rio de Janeiro. Sua aprovação está prevista para 2013. Encontra-se sob sua coordenação o Fórum sobre Floresta, responsável pelo planejamento das atividades referentes à conservação e à recuperação ambiental.

No *Projeto Porto Maravilha*, a Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente manterá o relacionamento com entes governamentais para acompanhamento dos projetos avaliando seus impactos, que incluem remodelação da Praça Mauá e melhorias na infraestrutura.

11

11

No *Projeto de Infraestrutura de Serviços Públicos do Parque Olímpico Barra*, manterá o acompanhamento do contrato da Parceria Público-Privada (PPP) e suas alterações, monitorando o financiamento para as operações de infraestrutura, e continuará com o acompanhamento das negociações com entes governamentais e privados para a implementação da infraestrutura viária, estacionamentos, rede de iluminação, abastecimento de água, coleta de esgotos, gás, telecomunicações, dados e drenagem urbana.

No *Projeto Parque Carioca*, dará continuidade ao acompanhamento da construção e necessidade de financiamento, cronograma de construção e realocação das famílias.

No *Projeto Bairro Carioca Olímpico*, manterá acompanhamento da construção e financiamento das obras.

Nos aeroportos, manterá a participação no fórum sobre aeroporto para acompanhamento das obras e seu cronograma, identificando as necessidades de utilização de espaço de logística necessária durante os jogos.

No que diz respeito à hospedagem, acompanhará a oferta de quartos na cidade do Rio de Janeiro para cumprimento da garantia assumida perante o COI.

A Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção vem desenvolvendo ações destinadas à gestão dos agentes que devem planejar e executar a segurança, executar medidas para firmar e consolidar as responsabilidades desses agentes no cenário e promover o monitoramento das ações olímpicas.

A Diretoria de Operações e Serviços vem coordenando o Programa Governamental de Observadores, com o objetivo de capacitar representantes dos três entes de governo na preparação e na entrega dos Jogos, de acordo com os padrões e compromissos assumidos junto ao COI e Comitê Paraolímpico Internacional, por meio da transferência de conhecimento e experiência adquirida durante os eventos, por meio da

12

12

Ação integrada intersetorial, da Articulação de políticas públicas, da Transferência de conhecimentos e da Capacitação.

A **Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego** se ocupa fundamentalmente da coordenação do fórum sobre aeroportos, grupo técnico setorial que reúne os responsáveis pela realização dos compromissos assumidos no Dossiê de Candidatura Rio 2016 com relação à infraestrutura aeroportuária, tais como a melhoria e ampliação dos aeroportos e a criação de comissão para discutir a integração do BRT Transcarioca com os aeroportos Galeão e Santos Dumont.

Quanto à comunicação institucional, o Relatório aponta as ações de divulgação das atividades da APO, em seu sítio oficial na internet e em outros meios de comunicação, dentre as quais se destacam sua missão institucional, seu campo de atuação, suas principais ações de fiscalização e os resultados alcançados.

Prossegue o Relatório com informações sobre Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira, dados que fogem ao escopo de análise da CE, e finaliza o documento com a apresentação de tabelas ilustrativas referentes às informações prestadas.

II – ANÁLISE

Cumprе salientar uma aparente duplicidade de esforços, principalmente nas ações das diretorias que compõem a APO, talvez em decorrência de uma falta de sistematização e pouca objetividade na apresentação do documento, o que deverá ser revisto pela autarquia na prestação de suas futuras contas.

Nesse sentido, recomenda-se fazer constar dos próximos relatórios as efetivas execuções da previsão para o semestre em comento, a fim de que o analista tenha condições mais precisas de avaliar o espectro funcional do órgão no período e, assim, cumprir com as finalidades previstas no art. 6º da Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011.

13

13

III – VOTO

Nada mais havendo a tratar, e diante do exposto, recomendamos que esta Comissão tome conhecimento do Relatório, dê

ciência das recomendações constantes no presente parecer à Autoridade Pública Olímpica e promova o consequente arquivamento do Ofício "S" nº 26, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S”

Nº 26, DE 2013

A P O
Autoridade Pública Olímpica

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2013

Ofício nº 069/2013/PRESI - APO

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Assunto: Relatório de Atividades: 2º semestre/2012

Senhor Presidente,

1. A Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, ratificou os termos do Protocolo de Intenções celebrado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro para criação do Consórcio Público, sob forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO. Essa Lei, nos termos do seu artigo 8º, foi regulamentada através do Decreto nº 7.560, de 08 de setembro de 2011, posteriormente alterado pelo Decreto nº 7.615, de 18 de novembro de 2011.

2. Leis estadual e municipal, respectivamente de nºs 5.949, de 13 de abril de 2011, e 5.260, de 13 de abril de 2011, também ratificaram o Protocolo de Intenções.

3. Por seu turno, o artigo 6º da Lei 12.396/2011 dispõe:
“A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paralímpico Internacional”.

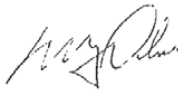
4. Nessas condições, em observância ao estabelecido no texto legal, encaminho a Vossa Excelência o anexo Relatório de Atividades desenvolvidas pela APO no segundo semestre de 2012.

5. Vale mencionar que outra Lei aprovada pelo Congresso Nacional, a de nº 12.035, de 01 de outubro de 2009, o chamado Ato Olímpico, merece especial atenção por parte da APO, dado consubstanciar os compromissos assumidos durante o processo de candidatura da Cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos de 2016 e que estão a requerer adequada implementação.

Assinatura manuscrita em tinta preta.

6. A APO, por meu intermédio e de seus dirigentes e corpo técnico, coloca-se à disposição para os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cordialmente,



MARCIO FORTES DE ALMEIDA
Presidente

Autoridade Pública Olímpica

Relatório de Atividades 2º semestre de 2012

“Art. 6º A APO enviará ao Congresso Nacional relatório semestral de suas atividades e calendário de ações a cumprir, para acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional e pelo Comitê Paraolímpico Internacional.”(Lei nº 12.396/2011)

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO, OBJETIVO, MISSÃO E VISÃO	06
1 – Competências, Jurisdição e Estrutura	08
1.1 – Competências	08
1.2 – Jurisdição	08
1.3 – Estrutura	09
1.3.1 – Principais Órgãos da Estrutura.....	10
1.3.2 – Órgãos Executivos de Primeiro Nível.....	11
2 – Atividades	13
2.1 – Ações Cumpridas no Segundo Semestre de 2012	13
2.2 - VICR - Venues and Infrastructure Construction Review (Revisão dos Locais de Evento e da Infraestrutura da Construção)	15
2.3 - PR-COI Project Review (Revisão de projetos - Comitê Olímpico Internacional)	16
2.4 – PR-CPI Project Review (Revisão de Projetos-Comitê Paraolímpico Internacional).....	16
2.5 - TICR –COI (Revisão Complementar dos Projetos de transportes-COI).....	17
2.6 - Transport Review-COI (Revisão complementar sobre o plano de funcionamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro- Galeão).....	17
2.7 - Accommodation Review-COI (Revisão complementar sobre Acomodações).....	18
2.8 - OGKM Energy-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento-Energia).....	18
2.9 - OGKM Knowlegement Legacy-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento-Legado do Conhecimento).....	19
2.10 – OGKM Arrivals&Departures-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento – Chegadas e Partidas).....	19
2.11 – Debriefing Londres-COI (Seminário de Transferência de Conhecimento dos Jogos de Londres 2012 – Tecnologia)	19
2.12 – Debriefing Londres-COI (seminário de Transferência de Conhecimento dos Jogos de Londres 2012-Geral)	20
2.13 – Debriefing Londres-CPI (Seminário de Transferência de Conhecimento dos Jogos de Londres 2012-Jogos Paraolímpicos)	21
2.14 – Grupos de Trabalho	22
3 - Atividades Institucionais	28
3.1 – Conselho Público Olímpico	28
3.2 – Conselho de Governança	28
3.3 – Conselho Fiscal	28
3.4 – Presidência	28
3.5 - Órgãos específicos singulares	30
3.5.1. Diretoria Executiva	30

3.5.2. Diretoria de Infraestrutura Esportiva, Apoio ao Evento e Meio Ambiente	31
3.5.3. Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção	36
3.5.4. Diretoria de Operações e Serviços	42
3.5.5. Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego	52
4 - Divulgação Institucional	55
5 - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	59
6 - Previsão para o Próximo Semestre	63
7 - Considerações Finais	65
Tabelas.....	66

LISTA DE SIGLAS

DENOMINAÇÃO	SIGLA
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis	ABIH
Agência Brasileira de Inteligência	ABIN
Agência Nacional de Aviação Civil	ANAC
Agência Nacional de Telecomunicações	ANATEL
Advocacia Geral da União	AGU
Autoridade Pública Olímpica	APO
Assessoria Especial para Grandes Eventos	AEGE/MD
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Casa Civil da Presidência da República	CC/PR
Centro de Imprensa Escrita	MPC
Centro de Imprensa de Imagem	IBC
Comissão de Assuntos Econômicos	CAE
Comitê Organizador dos Jogos	COJO
Comitê Olímpico Brasileiro	COB
Comitê Olímpico Internacional	COI
Comitê Paralímpico Internacional	IPC
Comitê Técnico de Eventos Especiais	CONAERO
Companhia Docas do Rio de Janeiro	CDRJ
Companhia Estadual de Águas e Esgotos	CEDAE
Comissão de Coordenação do COI (Coordination Commission)	COCOM
Conselho de Governança	CGO
Conselho Público Olímpico	CPO
Consultoria Jurídica	CONJUR
Controladoria-Geral da União	CGU
Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção	DISEG
Diretoria de Infraestrutura Esportiva, Apoio ao Evento e Meio Ambiente	DIEMA
Diretoria de Operações e Serviços	DIOPS
Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego	DIMOB
Divisão Olímpica de Sustentabilidade	DOS
Empresa Olímpica Municipal	EOM
Escritório de Gerenciamento de Projetos do Rio de Janeiro	EGP-Rio
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	INFRAERO
Foreign Commonwealth Office	FCO
Fundação Getúlio Vargas	FGV
Gabinete de Segurança Institucional	GSI
Gerência Regional do Patrimônio da União/SPU	GRPU
Host City Contract	HCCXC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Instituto Brasileiro de Turismo	EMBRATUR
Instituto Nacional de Meteorologia	INMET
Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	LADETEC
Laboratório de Controle de Dopagem	LAB DOP
Ministério da Educação	MEC
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA
Ministério da Justiça	MJ
Ministério de Minas e Energia	MME
Ministério do Esporte	ME
Ministério do Meio Ambiente	MMA
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	MPOG

Plano de Gestão de Sustentabilidade	PGS
Programa de Aceleração do Crescimento	PAC
Programa Governamental de Observadores	PGO
Olympic Broadcasting Service	OBS
Olympic Games Impact	OGI
Olympic Games Knowledge Management (Gestão do Conhecimento-Jogos Olímpicos)	OGKM
Revisão de projetos (Project Review) - Comitê Olímpico Internacional	PR-COI
Revisão de projetos (Project Review)- Comitê Paralímpico Internacional	PR-IPC
Revisão da construção da infraestrutura e dos locais de evento (Venues and Infrastructure Construction Review)	VICR
Secretaria de Aviação Civil	SAC
Secretaria de Comunicação da Presidência da República	SECOM/PR
Secretaria Geral da Presidência da República	SG/PR
Secretaria de Gestão Pública	SEGEP
Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República	SECOM
Secretaria de Orçamento e Finanças	SOF
Secretaria da Receita Federal do Brasil	SRFB
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República	SRI
Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento	SRH
Secretaria do Tesouro Nacional	STN
Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos	SESGE
Secretaria Federal de Controle Interno	SFC
Secretaria Nacional de Direitos Humanos	SDH
Sistema Brasileiro de Classificação	SBClass
Sistema Gestor de Escritório e Projetos	GEPNET
Subchefia de Acompanhamento e Monitoramento da Casa Civil/PR	SAM/CC
Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil/PR	SAJ/CC
Secretaria do Patrimônio da União	SPU
Parceria Público-Privada	PPP
Tribunal de Contas da União	TCU
Unidades de Tratamento de Rio	UTR
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ

▪ IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Esporte			Código SIORG: 116793
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Autoridade Pública Olímpica			
Denominação Abreviada: APO			
Código SIORG: 116793	Código LOA: 91005	Código SIAFI: 91214	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Especial			CNPJ: 140395410001-38
Principal Atividade: Coordenação das atividades relacionadas à preparação e entrega de infraestrutura e serviços para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016			Código CNAE: 8212-4
Telefones/Fax de contato:	(21) 3808 6498	(61) 3313-7231	
Endereço Eletrônico: apo@apo.gov.br			
Página na Internet: http://www.apo.gov.br			
Endereço Postal: Rua Lélio Gama, 105, sala 3702 – Centro – Rio de Janeiro –RJ – CEP - 20.031.080			
Escritório de Representação/Brasília: SCES Trecho 02, lote 22, 2º andar Brasília/DF – CEP70.200-002			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
• Lei Federal nº 12.035, de 01 de outubro de 2005 - Ato Olímpico • Lei Federal nº 12.396, de 21 de março de 2011 • Lei Estadual/RJ nº 5.949, de 13 de abril de 2011 • Lei Municipal/RJ nº 5.260, de 13 de abril de 2011 • Decreto Federal nº 7.560, de 09 de setembro de 2011 – Vinculação MPOG • Decreto Federal nº 7.615, de 17 de novembro de 2011 – Vinculação ME • Decreto Federal nº 7.823, de 09 de outubro de 2012			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">• Resolução CPO 01, de 16/12/2011 – Nomeação do Conselho de Governança• Resolução CPO 02, de 16/12/2011 – Nomeação do Conselho Fiscal• Resolução DEx 01, de 20/12/2011 - Favorável às propostas de Estatuto e Orçamento para 2011• Resolução CGO 01, de 23/12/2011 – Favorável à proposta de Estatuto• Resolução CGO 02, de 23/12/2011 – Favorável à proposta de Orçamento 2011• Resolução CPO 03, de 27/12/2011 – Aprova Estatuto• Resolução CPO 04, de 27/12/2011 -Aprova o Orçamento 2011• Resolução DEx 02, de 30/12/2011 – Cargos, funções e contratações: percentual e requisitos• Resolução DEx 01, de 28/06/2012 – Aprova o Regimento Interno da APO• Resolução DEx 03, de 04/07/2012 – Aprova o Quadro Demonstrativo de Cargos e Funções da APO• Resolução CPO nº 04, de 10/12/2012 – Altera o Estatuto da APO• Resolução CPO nº 05, de 10/12/2012 – Aprova o Orçamento 2012• Resolução CPO nº 06, de 10/12/2012 – Indica o Presidente do Conselho FISCAL e nomeia membros. |
|--|

OBJETIVO

Apoiar os entes federativos - União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

MISSÃO

Coordenar a participação das entidades da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações assumidas por tais entes federativos perante o Comitê Olímpico Internacional (COI) para tal finalidade.

VISÃO

Busca permanente da excelência pela efetividade de suas ações, visando à melhoria da gestão pública na realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

1 - Competências, Jurisdição e Estrutura

1.1 - Competências

A APO tem por finalidade coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Brasileiro – COI para esses fins e, notadamente:

I - a coordenação de ações governamentais para o planejamento e entrega das obras e serviços necessários à realização dos Jogos, incluindo a representação dos entes consorciados perante órgãos ou entidades da administração, direta ou indireta, e outros entes da Federação nos assuntos pertinentes ao seu objeto;

II - o monitoramento da execução das obras e serviços referentes aos Projetos Olímpicos;

III - a consolidação do planejamento integrado das obras e serviços necessários aos Jogos, incluindo os cronogramas físico e financeiro e as fontes de financiamento;

IV - o relacionamento, em conjunto com os próprios entes consorciados, com o Comitê Rio 2016 e demais entidades esportivas, nacionais e internacionais, responsáveis por modalidades olímpicas e paralímpicas nos assuntos relacionados à organização e realização dos Jogos;

V - o planejamento referente ao uso do legado dos Jogos, com proposição de soluções sustentáveis sob os aspectos econômico, social e ambiental;

VI - a elaboração e atualização da Matriz de Responsabilidades junto aos consorciados e ao Comitê Rio 2016, visando definir obrigações das partes para a realização dos eventos, face as obrigações assumidas perante o COI;

VII - a homologação prévia dos termos de referência, projetos básicos e executivos relativos à preparação e realização dos Jogos com a estrita finalidade de verificar se atendem aos compromissos assumidos junto ao COI, a serem contratados pelos entes consorciados, inclusive por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, nos casos de utilização do regime diferenciado de licitações e contratos para as obras e serviços, estabelecidos em lei federal;

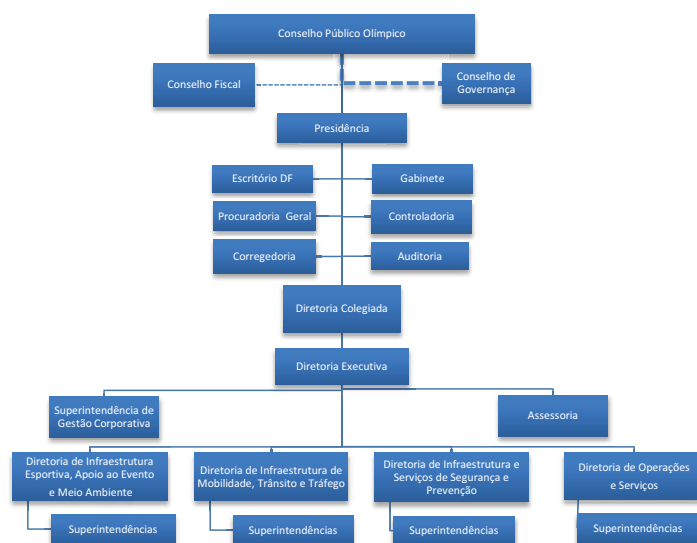
VIII - a interlocução, nos casos de impasses relacionados à execução de obras, com órgãos de controle, de licenciamento ambiental e demais órgãos envolvidos.

1.2 – Jurisdição

A Autoridade Pública Olímpica mantém sua sede e foro no Município do Rio de Janeiro, localizado no Estado do Rio de Janeiro, e escritório de representação na cidade de Brasília, Distrito Federal, conforme previsto na Lei 12.035/2009 e, poderá, excepcionalmente, atuar em outros Estados, no Distrito Federal e Municípios da Federação, com vistas à preparação e realização dos Jogos.

1.3 – Estrutura

A Autoridade Pública Olímpica está estruturada na forma a seguir:



1.3.1 - Principais Órgãos da Estrutura

Conselho Público Olímpico – CPO

Instância máxima da APO, formado paritariamente por representantes dos Governos federal, estadual e municipal, tendo por finalidades: a aprovação ou modificação do estatuto e do orçamento da APO; a aprovação da Carteira de Projetos Olímpicos; a nomeação dos membros do Conselho de Governança e do Conselho Fiscal, bem como a aprovação da Matriz de Responsabilidades.

Conselho de Governança

Órgão permanente de assessoramento do CPO, é formado pelo Presidente da APO, que o preside; pelo Diretor Executivo; por três representantes do Governo Federal, indicados pelo Presidente da APO; por um representante da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, indicado por seu Prefeito; por um representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, indicado por seu Governador; por um representante da sociedade civil, indicado pelo Conselho Público Olímpico, e por um representante do COMITÊ RIO 2016, por ele indicado. Tem por finalidades: opinar, antes de seu encaminhamento ao Conselho Público Olímpico, sobre as diretrizes fundamentais de organização administrativa da APO; opinar sobre o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário da APO e apreciar a prestação de contas da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal

Órgão de fiscalização econômico-financeira, integrado por três membros titulares e respectivos suplentes, preferencialmente pertencentes às áreas fazendárias dos entes do Consórcio. Tem como competências: fiscalizar os atos dos dirigentes da APO e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; analisar o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela APO; pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Governança ou pela Diretoria Colegiada; acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária; opinar sobre as propostas a serem submetidas ao Conselho Público Olímpico e à Diretoria Executiva, relativas a matérias orçamentárias, financeiras e patrimoniais, bem como sobre o relatório de gestão e a prestação de contas da Diretoria Executiva.

Presidência da APO

O presidente é escolhido pela Presidenta da República e por ela nomeado, após arguição e aprovação em voto secreto pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal. Cumpre mandato de quatro anos, permitida a recondução. Incumbe ao Presidente a representação legal da APO, bem como a coordenação e supervisão de suas atividades, na forma disposta no Estatuto.

Diretoria Colegiada

Órgão de coordenação e supervisão das atividades da APO. É integrada pelo Presidente da APO, que a preside, e pelos membros da Diretoria Executiva.

Entre outras atribuições, compete à Diretoria Colegiada a coordenação das ações governamentais para o planejamento e entrega das obras e serviços necessários à realização dos Jogos e seu respectivo monitoramento; elaboração e atualização da Carteira de Projetos Olímpicos e da Matriz de Responsabilidades; homologação prévia de termos de referência, projetos básicos e executivos relativos à preparação e realização dos Jogos, com a finalidade de verificar se atendem aos compromissos assumidos junto ao COI, a serem contratados pelos entes consorciados, nos casos de utilização de regime diferenciado de licitações e contratos, estabelecido em lei federal; celebração de convênios, contratos e acordos; contratação, manutenção ou execução, em caráter excepcional, nos casos previstos em lei, de obras e serviços referentes à Carteira de Projetos Olímpicos, mediante convênio com os entes consorciados; transferência de responsabilidade sobre projetos integrantes da Carteira de Projetos Olímpicos que forem justificadamente comprovados como de elevado risco de não entrega no prazo necessário à realização dos Jogos; e proteção da propriedade intelectual e das marcas relacionadas aos Jogos.

Diretoria Executiva

Composta pelo Diretor Executivo e quatro diretores de unidades finalística: Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Apoio ao Evento e Meio Ambiente, Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego, Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção e Diretoria de Operações e Serviços.

Compete à Diretoria Executiva, entre outras atribuições: submeter ao Conselho Público Olímpico as diretrizes fundamentais de organização administrativa, o planejamento estratégico, financeiro e orçamentário, as propostas de plano plurianual e de orçamento anual, a proposta de Carteira de Projetos Olímpicos, bem como relatórios sobre casos em que estejam ocorrendo situações excepcionais que possam comprometer o cumprimento dos cronogramas, orçamentos, qualidade das entregas, entre outros; tomar as providências adequadas à fiel execução das diretrizes e deliberações do Conselho Público Olímpico; praticar todos os atos necessários à execução da receita e da despesa, administrar os bens da APO e decidir sobre temas de gestão e administração destinados a preservar e cumprir a missão institucional da entidade; e cooperar e interagir com o COMITÊ RIO 2016.

1.3.2 - Órgãos Executivos de Primeiro Nível

Para o cumprimento de sua missão institucional, a APO dispõe de quatro Diretorias Técnicas de primeiro nível. Esses órgãos são os responsáveis pela condução dos assuntos técnicos, e suas atribuições são, resumidamente, discriminadas a seguir:

- À Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Apoio ao Evento e Meio Ambiente compete supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes a: instalações esportivas; meio ambiente, compreendidas as ações de saneamento, qualidade do ar e água, habitação e infraestrutura urbana; provimento de acomodações da família olímpica; centro principal de mídia; centro internacional de transmissões
- À Diretoria de Operações e Serviços compete: promover o tratamento e procedimentos de operações de eventos esportivos de grande porte; supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes aos serviços aduaneiros, de imigração, turismo, saúde, vigilância sanitária, telecomunicações, energia e utilidades, mídia internacional, núcleo de informações, propriedade intelectual, cultura, relações públicas, eventos e cerimonial; atuar como interface com os órgãos reguladores nas três esferas da Administração Pública e concessionárias de serviços públicos.
- À Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção compete: supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes à segurança pública interna em todas as suas dimensões, inteligência, infraestrutura de segurança, serviços de segurança, projetos especiais, segurança olímpica, controle do espaço aéreo, mobilização e intervenções, promover a integração dos órgãos de segurança dos três níveis de governo com vistas à operação durante os Jogos Olímpicos, inclusive definindo procedimentos para tomada de decisão em situações críticas; orientar o tratamento de procedimentos e providências no relacionamento com entidades e organizações internacionais e supranacionais na área de segurança; coordenar as atividades necessárias à criação e operação de um comando único e integrado de segurança em todos os níveis, nos termos acordados com o Comitê Olímpico Internacional.
- À Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego compete: supervisionar e coordenar a implementação dos projetos referentes à infraestrutura de transportes, compreendidas as contidas nos sistemas viário, metroferroviário, aeroviário e portuário; atuar como interface com os órgãos reguladores nas três esferas da Administração Pública e concessionárias de serviços públicos.

2 - Atividades

2.1 - Ações Cumpridas no Segundo Semestre de 2012

A Autoridade Pública Olímpica-APO continuou o processo de estruturação de suas diretorias finalísticas e da Superintendência de Gestão Corporativa, área responsável pelo suporte administrativo e operacional.

No sentido da transparência das iniciativas, divulgando o conteúdo das decisões, incrementou-se a atividade relacionada à página da APO da Internet no que se refere ao acesso às informações conforme determinado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de acesso a informação.

Os Grupos de Trabalho já constituídos avançaram com suas demandas e reuniões com vistas ao estabelecimento de parâmetros e resultados de questões e situações que poderiam vir a impactar o sucesso do evento em 2016. Os assuntos pertinentes a cada grupo serão tratados em tópico específico deste relatório.

As participações da APO nos eventos oficiais do COI e IPC no Rio de Janeiro, a partir da previsão dos calendários que foram apresentados por aqueles entes internacionais, estão discriminadas a seguir:

Calendário dos Eventos Oficiais do COI e IPC com participação da APO

Evento			Data	
Classificação	Edição	Tipo	Início	Término
VICR-COI	12	Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas em preparação para a edição de revisão de projetos (Project Review) edição 6	17/11/12	21/11/12
TICR- COI	01	Sessões de acompanhamento dos projetos de transportes em complemento à edição 12 do VICR, com a finalidade de preparar a edição de revisão de projetos (Project Review) edição 6	28/11/12	30/11/12
PR-COI	6	Revisão do Projeto –COI	17/11/12	17/11/12
Transport Review - Aeroporto	2	Transport Review – COI - Discutir o Plano de Funcionamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão (GIG)	13/07/12	13/07/12
ACC Review - COI	1	Revisão dos projetos de Acomodações	22/11/12	23/11/12
PR - IPC	2	Revisão do Projeto Executivo - IPC (Paraolímpicos)	23/11/12	23/11/12

OGKM-COI Energia	2	Seminário de Transferência de conhecimento – energia	26/11/12	27/11/12
OGKM-COI Legado do Conhecimento	1	Seminário de Transferência de conhecimento - Legado do Conhecimento	07/11/12	07/11/12
OGKM-COI Chegadas e Partidas		Seminários de Transferência de conhecimento – Chegadas e Partidas	26/11/12	27/11/12
DEBRIEFING LONDRES - COI	1	Transferência de conhecimento Londres 2012 - Oficial do COI (Tecnologia)	14/11/12	18/11/12
DEBRIEFING LONDRES - COI	1	Transferência de conhecimento Londres 2012 - Oficial do COI (Jogos Olímpicos)	18/11/12	21/11/12
DEBRIEFING LONDRES - IPC	1	Transferência de conhecimento Londres 2012 - Oficial do IPC(Jogos Paraolímpicos)	21/11/12	22/11/12

Em conjunto com as equipes dos Governos federal, estadual e municipal e a partir de entendimentos com os dirigentes e técnicos do COI que visitaram o Brasil no segundo semestre, o acompanhamento dos projetos olímpicos sob responsabilidade desses três níveis foram objeto de apresentações e discussões nas reuniões com os especialistas do COI em governança, infraestrutura esportiva e de não competição, acomodações, chegadas e partidas, energia, tecnologia, transportes, além de reuniões com o Comitê Paraolímpico internacional sobre os temas afetos aos Jogos Paraolímpicos.

Em novembro foi promovido o evento oficial do COI e do CPI para transferência de conhecimento sobre o planejamento, preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres. Este evento, em formato de seminário e reuniões temáticas, foi coordenado pelo COI e pelo CPI e teve como principais interlocutores os representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres e os especialistas dessas entidades, e como participantes as equipes dos Governos federal, estadual e municipal.

2.2 - VICR - Venues and Infrastructure Construction Review (Revisão dos Projetos de Infraestrutura das Instalações Esportivas e não-esportivas da Construção e de Transportes)

NOVEMBRO

17-21

Presenças: Dirigentes e técnicos da APO, Consultores do COI, dirigentes do Comitê Rio 2016, dirigentes do Escritório de Gerenciamento de Projetos EGP – Rio, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Pauta: Acompanhamento da evolução do projetos executados pelos vários parceiros governamentais e comitê organizador dos jogos, com a finalidade de verificar o alinhamento e ajustes nos escopos, cronogramas e execução dos principais projetos que impactam na entrega das infraestruturas, sistemas e operação dos Jogos. Ênfase nos projetos do Parque Olímpico da Barra, acomodações na região da Barra, Vila do Porto e região de Deodoro.

Foco na revisão da Lista de Projetos, com detalhamento sobre as equipes de projetos para a reconciliação de escopo entre o comitê organizados e os governos. Monitoramento do progresso de instalações e transportes em execução, incluindo o metrô linha 4, o Maracanã e arredores, assim como os projetos de transporte para a região portuária (VLT, estação do BRT no Galeão, conexão Barra-Zona Sul e atualização do master plan da Linha Olímpica).

Ainda sobre transportes, monitoramento dos 28 projetos de transportes e suas interconexões com os diferentes modais e acessos às instalações esportivas e não-esportivas. Análise do potencial de legado e melhorias gerais para uma mobilidade sustentável.

Introduzido o tema sobre estudos de contingência para os projetos críticos que tem as entregas estimadas para meio de 2014, fim de 2015 e meio de 2016.

Revisar os primeiros resultados dos estudos de fluxo e demanda de transportes públicos e particulares em 2016 em relação aos componentes dos sistemas de dimensionamento da infraestrutura e interconexões modais.

Examinar o estudo de tráfego da primeira proposta da rede da Linha Olímpica e compatibilizar com os indicadores considerados razoáveis para os Jogos, de maneira que se elimine os fatores de congestionamento.

2.3 - PR-COI Project Review (Revisão de projetos - Comitê Olímpico Internacional)

NOVEMBRO

17

Presenças: Secretário-Executivo, Secretário de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Dirigentes e técnicos da APO, dirigentes e Consultores do COI, dirigentes do Comitê Rio 2016, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro e dirigentes do Escritório de Gerenciamento de Projetos EGP – Rio, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

O processo de preparação das sessões de apresentação foi construído com a participação da APO na coordenação dos entes governamentais, juntamente com o corpo técnico do Rio 2016, componentes das estruturas de governança do projeto olímpico.

Pauta: monitoramento da governança do comitê organizador Rio 2016, Vila Olímpica, programas para os comitês olímpicos nacionais (NOCs), esportes, experiência do espectador, comunicação, marketing, tecnologia, energia, sustentabilidade e legado, vistos e impostos, acomodações, projetos de instalações esportivas e infraestrutura de transportes.

2.4 - PR-CPI Project Review (Revisão de projetos - Comitê Paraolímpico Internacional)

NOVEMBRO

23

Presenças: Presidente Secretário-Geral e especialistas e membros do CPI para os Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro, dirigentes do Ministério do Esporte, Dirigentes e técnicos da APO, dirigentes do Comitê Rio 2016, dirigentes do Escritório de Gerenciamento de Projetos EGP – Rio, vinculado à Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro.

Pauta: monitoramento da evolução dos projetos para sediar os Jogos Paraolímpicos de 2016, com o foco nos seguintes temas: estrutura e organização do comitê organizador Rio 2016 para os Jogos Paraolímpicos, transportes, projetos de acessibilidade no aeroporto internacional do Rio de Janeiro e no aeroporto internacional de Guarulhos, infraestrutura das instalações de competição, vila paraolímpica, esportes paraolímpicos, acomodações, integração com o detentor da radiodifusão dos Jogos, departamento comercial, experiência do espectador, ingressos e comunicação.

2.5 –TICR – COI (Revisão complementar dos projetos de transportes - COI)

NOVEMBRO

28-30

Presenças: especialista do COI em transporte, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo SAC, Infraero e ANAC.

Pauta: revisão do Plano de Transporte Olímpico do Rio de Janeiro, análise das lições aprendidas dos Jogos de Londres e visita técnica às seguintes áreas: Centro de Operações do Rio de Janeiro (COR), Leopoldina – área prospectada para garagem da frota olímpica, região do Maracanã – entorno para análise dos acessos, estação Ferroviária de Madureira – visita de trem, estação Ferroviária de Deodoro – visita de trem, viaduto da Abolição (arredores do Estádio Olímpico), Parque Olímpico – visita às futuras áreas das estações de BRT, Arroio Pavuna – área prospectada para garagem da frota olímpica, BRT Transoeste – viagem experimental da estação Salvador Allende Station ao Terminal Alvorada

Temas destacados: principais lições aprendidas de Londres que deverão ser analisadas para adequações no Plano de Transporte do Rio de Janeiro, visão Geral do Plano de Transportes Rio 2016 e marcos: integração dos constituintes do projeto, incluindo segurança, clientes internos, mão de obra, clientes externos e grupos de trabalho, revisão da Estrutura de Planejamento de Transportes atual e durante o período dos Jogos, revisão da estrutura organizacional da área de transportes do comitê organizador dos Jogos e organização externa, com análise comparativa dos Jogos de Londres de 2012. O master plan do Transporte Olímpico foi abordado sob a seguinte ótica: localização das áreas de competição, Vila Olímpica, MPC/IBC, Hotéis Olímpicos, proposta das regiões para acomodações, aeroportos, principais conexões, propostas para as principais garagens e áreas de apoio ao sistema de transporte olímpico, principais restrições e estratégia de mitigação, atualização do status dos programas e projetos de infraestrutura de transporte, atualização do plano de tráfego e gerenciamento de trânsito das principais vias, visão geral das cidades do futebol, incluindo aeroporto e/ou sistema de trens, visão Geral dos Aeroportos do Rio de Janeiro, visão geral dos serviços de transportes para cada grupo de clientes olímpicos. Visão Geral do Planejamento dos serviços de ônibus, visão Geral do Planejamento da frota olímpica, princípios de planejamento do transporte nas instalações, visão Geral da estrutura de comando, coordenação e comunicação (C3) nos Jogos.

2.6 – Transport Review – COI (Revisão complementar sobre o Plano de Funcionamento do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão)

JULHO

13

Presenças: Especialistas do COI em transporte e aeroportos, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo SAC, Infraero e ANAC, Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO, Receita Federal, Polícia Federal, Departamento de Controle do Espaço Aéreo do

Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA .

Pauta: atualização sobre o Aeroporto Internacional do Galeão no Rio de Janeiro, compreendendo as informações sobre o Plano de Funcionamento atual do Galeão – passageiros, comunidade aeroportuária e cargas, a estrutura do operador (Infraero), empresas terceirizadas de handling, tabela de conectividade da ANAC, atualização do mapa da instalação, incluindo a principal via de acesso ao sítio aeroportuário. Neste evento foi feita a apresentação da primeira proposta de desenvolvimento do Plano Operacional da Instalação (VOP) ou Manual Técnico dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, coordenado pela SAC.

2.7 – Accommodation Review – COI (Revisão complementar sobre acomodações)

NOVEMBRO

22-23

Presenças: especialista do COI da área de acomodações, dirigentes da Empresa Olímpica Municipal – EOM, vinculada ao gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, dirigentes do Estado e representantes da APO.

Pauta: monitoramento da evolução dos projetos de acomodações para sediar os diversos clientes dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, com o foco nos seguintes temas: hotéis da família olímpica, hotéis da Barra da Tijuca, Vila Olímpica, Vila de Mídia e hotéis da mídia.

2.8 – OGKM Energy – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Energia)

NOVEMBRO

26-27

Presenças: Especialista do COI da área de energia, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo ANEEL, EPE, ONS, FURNAS, LIGHT, RIO LUZ, EMBRATEL.

Pauta: introdução ao Projeto de Energia dos Jogos ao comitê organizador e instituições (concessionárias e empresas públicas) responsáveis pelo setor de energia. Visita técnica para apresentar as principais instalações de infraestrutura e/ou sistema de energia existentes da cidade do Rio de Janeiro para suprir a demanda dos Jogos.

2.9 – OGKM Knowledge Legacy – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Legado do Conhecimento)

NOVEMBRO

07

Presenças: Especialista do COI da área de gestão do conhecimento, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo CGU, Arquivos Nacional, Estadual e Municipal.

Pauta: introdução ao Projeto de Gestão do Conhecimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, apresentação da Lei de Acesso a Informação como Facilitador para a Construção do Legado de Conhecimento, a relação e estrutura de desenvolvimento do Legado do Conhecimento dos Jogos e os Arquivos Nacional, Estadual e Municipal.

2.10 – OGKM Arrivals & Departures – COI (Seminário de Transferência de conhecimento – Chegadas e Partidas)

NOVEMBRO

26-27

Presenças: Especialistas do COI em chegadas e partidas, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo SAC, Infraero e ANAC, Secretaria da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO, Receita Federal, Polícia Federal, Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA .

Pauta: introdução ao conceito de Aeroporto Olímpico e uma visão geral sobre as atividades de chegadas e partidas, assim como destaque das operações e experiências de edições anteriores de Jogos.

2.11 – Debriefing Londres – COI (Seminário de Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012 - Tecnologia)

NOVEMBRO

14-18

Presenças: Especialistas do COI em tecnologia, principais representantes da organização dos Jogos de Londres 2016 nas áreas de tecnologia, instalações, telecomunicações, representantes técnicos do comitê organizador Rio 2016 e instituições governamentais, incluindo ANATEL, Ministério das Comunicações.

Pauta: transferência de conhecimento das lições aprendidas em Londres em Tecnologia da Informação (TI), incluindo infraestrutura técnica e arquitetônica, planejamento da capacidade, listas de sistemas e aplicativos das áreas funcionais relevantes que usam o Centro de Operações de Dados dos Jogos, segurança das informações, gestão dos serviços (incluindo eventos testes e paraolímpicos), sistema principal dos Jogos (CGS) e sistema de gerenciamento dos Jogos (GMS) /

Aplicativos das áreas funcionais. Visão geral dos sistemas de entregas dos parceiros oficiais e do comitê organizador e suas integrações, licenciamento e evolução. Visão Geral dos projetos de Telecomunicações dos Jogos pelo comitê organizador e parceiros de telecomunicações, incluindo serviços de telefonia móvel para os eventos testes e Paraolímpicos, planejamento e gerenciamento do spectrum, planejamento e gerenciamento da operação dos serviços de rádio nas instalações, e *rate card*. Planejamento, organização, recursos, integração e operação dos sistemas de resultados, tempos e aferição das competições, incluindo eventos testes e Paraolímpicos. Visão Geral para desenvolver o Programa de Tecnologia para Internet, incluindo escopo dos serviços, funções e responsabilidades, servidor e uso de CDN, principais aplicativos e plataformas, testes, gestão do conteúdo e operação.

2.12 – Debriefing Londres – COI (Seminário de Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012 - Principal)

NOVEMBRO

14-21

Presenças: evento coordenado pelo COI e pelo CPI e teve como principais interlocutores os representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres 2012 e os especialistas do COI e CPI, e como audiência os dirigentes e equipes dos Governos federal, estadual e municipal.

Pauta: transferência de conhecimento do planejamento, organização, implantação, realização e desmobilização dos Jogos Olímpicos de Londres de 2012, estruturado em três partes, a saber:

1) Visão, desenvolvimento e implantação:

Como uma visão forte, única e sustentável levou para o sucesso dos Jogos. Compromissos demonstrados desde o planejamento das atividades, projetos e programas e cumprimento das promessas da candidatura, para depois gerir os legados dos Jogos e benefícios a longo prazo. Visão e os objetivos da comitê organizados sob a ótica da sustentabilidade, legado, diversidade e inclusão. Estratégias desenvolvidas e aplicadas traduziam a proposta dos Jogos de Londres entre todos os envolvidos. Olimpíada cultural e programas educacionais desenvolvidos.

2) Produto e experiência:

Como as diferentes facetas dos Jogos foram concebidas e integradas para oferecer uma experiência única e inspiradora para todos os interessados, iniciada pelo posicionamento da marca dos Jogos, expandida de forma consistente no percurso da tocha olímpica, e reforçada pelas cerimônias deslumbrantes. Experiência incrível para todos os espectadores e público em geral.

3) Entrega dos Jogos:

Demonstração do que é preciso para entregar os jogos, a partir de gerenciamento de projetos identificados nas diferentes fases do projeto. Obtenção de máximo rendimento e engajamento dos parceiros, para determinar os níveis de serviço e entregá-los a todos os grupos de clientes, para a concepção das instalações, construção e gestão, bem como realização de testes e integração.

2.13 – Debriefing Londres – CPI (Seminário de Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012 –Jogos Paraolímpicos)

NOVEMBRO

21-22

Presenças: evento coordenado pelo CPI e teve como principais interlocutores os representantes das diversas áreas funcionais dos Jogos de Londres 2012 e os especialistas do CPI, e como audiência os dirigentes e equipes dos Governos federal, estadual e municipal.

Pauta: transferência de conhecimento do planejamento, organização, implantação, realização e desmobilização dos Jogos Paraolímpicos de Londres 2012. Temas abordados: experiência do espectador, chegadas e partidas, sistema de transporte, comunicação e promoção, experiência da família paraolímpica, integração dos Jogos Paraolímpicos, cerimônias, revezamento da tocha eLive Sites, atletas paraolímpicos, experiência das equipes da organização (incluindo voluntários), inclusão e acessibilidade, considerações gerais sobre os serviços dos Jogos Paraolímpicos, marketing e gestão da marca paraolímpica, experiência da imprensa e esporte paraolímpico.

A APO atendendo a convites encaminhados pelas representações diplomática e consular do Reino Unido, de acordo com o programa governamental de observadores, enviou a Londres representantes com vistas à transferência de experiência de autoridades governamentais e de responsáveis pela organização das Olimpíadas na estruturação e montagem dos Jogos de 2012. A pauta das reuniões envolveu questões administrativas, orçamentárias, jurídicas e operacionais, no que concerne à concepção e entrega de projetos de obras e serviços, tanto na área de infraestrutura como na construção e operação das instalações.

2.14 – Grupos de Trabalho

No decorrer do 2º semestre de 2012, novos grupos de trabalho foram criados e a equipe técnica da APO reuniu-se com seus pares dando continuidade aos encontros técnicos para promover a integração interinstitucional, com vistas a agilizar a concretização dos projetos, dando prioridade às questões que possam afetar as entregas no que diz respeito aos prazos, custos, requisitos, escopo e compromissos.

O quadro abaixo apresenta os GTs em atividade e os temas abordados pelos grupos durante o 2º semestre de 2012:

GT	Assunto
ZONA MARACANÃ	
Galeão	Operação durante os Jogos/legado. Estação BRT Transcarioca. Alfândega: imigração, admissão de equipamentos; vigilância sanitária: cavalos de competição. Acessibilidade. Circulação viária, faixas exclusivas: Olympic lanes
Santos Dumont	Operação durante os Jogos/legado. BRT Transbrasil e VLT. Olympic lanes (faixas exclusivas de circulação viária)
Complexo Maracanã	Acompanhamento do cronograma de obras, (1) revisão dos projetos (principalmente os do entorno) e (2) na integração destes projetos. integração das rampas das estações com o entorno, o que poderá gerar a necessidade de novos projetos urbanísticos. integração da operação dos Jogos com os projetos: cerimônias e dia comum.
Porto Maravilha	Integração da área externa (cidade) com a área do Pier (terminais) Transporte interno do Pier Plano Operacional Revisão das garantias do Porto Infraestrutura do Pier em Y e entorno
ZONA BARRA	
Ligação Barra-Zona Sul	Conexão viária entre Copacabana e Barra – Viaduto das Bandeiras Faixa Olímpica entre Copacabana e Barra (tempo de viagem e planejamento operacional) Integração do Metro Linha 4 e BRT Transoeste Sistema viário no entorno da estação Jardim Oceânico
ZONA DEODORO	
Complexo Deodoro	Instalações Esportivas; situação dos projetos. Cronogramas e integração de transportes.
Integrações de intermodais de Transporte	Estudos de demanda de transporte (contrato guarda-chuva) existentes e novos Desenvolvimento dos mapas de integração dos modais Responsabilidades operacionais Bilhete único
Comunicações	Definições das Bandas a serem operadas especialmente no evento. Plano de acessos e discriminação das frequências a serem disponibilizadas. Permissão de uso. Legislação aplicável. Integração de sistemas. 4 reuniões com a participação do Ministério das Comunicações, ANATEL, TELEBRAS e Rio2016; Participação de 4 técnicos, em grupo de 2, da ANATEL em eventos de

	transferência de conhecimento nos Jogos Olímpicos e Paraolímpico de Londres 2012 respectivamente. 1 evento PGO de transferência de conhecimento de experiência dos Jogos Londres 2012 específica sobre as regulamentações de gestão de espectro - Telecomunicação, com a participação do diretor da OFCOM/Londres em Brasília em parceria com o Consulado Britânico e a Embaixada Britânica de Brasília. Início da construção de proposta do plano de trabalho para o setor de telecomunicações para os Jogos RIO 2016; Início da construção de minuta de portfólio de serviços de gestão de espectro. Participação em reuniões mensais, ao total de 5 reuniões, do Grupo de Trabalho de Grandes Eventos coordenado pela ANATEL onde ocorre o monitoramento das ações e projetos de Regulamentação do setor de Telecomunicação para os grandes eventos brasileiros (Copa das Confederações, Jornada da Juventude, Copa do Mundo) iniciando-se a inserção dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos RIO 2016 com a participação da APO e do Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016.	
Segurança	Início do desenvolvimento da Matriz de Responsabilidade / Lista de Projetos / Orçamento Memorando de Entendimentos Diretiva para elaboração do Plano Geral dos Jogos Segurança para canteiros de obras Orientação quanto a medidas antiterror para instalações olímpicas Definição do uso da segurança privada do controle de acesso às instalações Planejamento Estratégico Prospecção de cenários de risco Na área de Inteligência: Elaboração de cenários de risco nos seguintes temas: terrorismo, crime organizado, infraestruturas críticas, dinâmicas sociais e conjuntura internacional	
Garantias		
	MUNICIPAIS	Isenções tributárias; Ato Olímpico. Instalações; concessões. Contratos de concessão das seguintes instalações: Estádio João Havelange, Velódromo, Parque Aquático Maria Lenk, Marina da Glória e Sambódromo. Situação do Autódromo. Obtenção de garantia para o golf.
	ESTADUAIS	Isenções tributárias. Projetos transportes/andamento; Ato Olímpico. Contratos de concessão das seguintes instalações: Maracanã, Maracanzinho, Arena e Lagoa.
	FEDERAIS:	Isenções tributárias; regulamentação do Ato Olímpico. Criação da agência de controle de doping. Espaços publicitários nos aeroportos. Construções, instalações/andamento; Reforma/modernização de aeroportos. Principais ações efetuadas: 1) Regulamentação da Isenção Fiscal dos tributos federais para os Jogos Olímpicos; 2) Publicação da MP 584 em 10/out/2012; 3) Preparação para a aprovação do Projeto de Lei (PL) das Isenções; 4) Publicação da Lei das Isenções prevista para jan/2013.

Isenção Fiscal	Regulamentação da Isenção Fiscal dos tributos federais para os Jogos Olímpicos: realizadas 10 reuniões, com o Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal e o Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016 e um <i>Workshop</i> com o COI coordenado pelo Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016 cujo resultado se materializou com a publicação da MP 584 em 10/out/2012.
Proteção de Marcas	Garantir o sincronismo de todos os entes governamentais na execução dos processo de proteção das marcas olímpicas conforme definido na legislação (Lei do Ato Olímpico e Lei de criação da APO) e nos compromissos de candidatura Relacionamento com a FIFA para verificar as ações executadas para Proteção de Marcas Estudo da legislação vigente que contemple Proteção de Marcas Relacionamento com a PGF/AGU para apresentação das necessidades dos Jogos RIO2016
Energia	Para garantir a disponibilização de infraestrutura de energia elétrica para os Jogos RIO 2016, foram viabilizadas as ações: Formação e coordenação do GT Operacional de Energia. Realizadas ao todo 22 reuniões semanais onde participam entes governamentais (Federal, Estadual e Municipal) e representantes das entidades do setor de energia elétrica: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT e do Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016 tendo como resultado as definições das arquiteturas de infraestrutura de energia elétrica para as regiões dos jogos (Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana) – locais de competições e não competições descritas de forma detalhada no Caderno Técnico de Suprimento de Energia Elétrica para os Jogos RiO 2016. Participação de representantes do GT Operacional de Energia no PGO-Transferência de conhecimento dos Jogos de Londres 2012. Participação no GT Portos para apresentação das necessidades de informações dos Portos (Porto e Porto Maravilha) do GT Operacional de Energia. Infraestrutura de fornecimento de energia dos locais de competição Levantamento de custo da demanda Procedimentos de emergência Ações efetuadas: 1) Definição geral das arquiteturas de infraestrutura de energia elétrica para as regiões de competições (Barra, Deodoro, Maracanã e Copacabana) e não competições 2) Elaboração do Caderno Técnico de Suprimento de Energia Elétrica para os Jogos, com a entrega da 1ª versão em dez/2012.
Dados Meteorológicos	Levantamento dos requerimentos necessários para os Jogos RIO2016, e: Articulação com o Centro Hidrográfico da Marinha – CHM e o Instituto de Meteorologia – INMET, órgãos governamentais responsáveis no Governo Brasileiro por fornecer informações meteorológicas e oceanometeorológicas respectivamente, a execução de Cooperação Técnica para repasse dos dados e operação durante os Jogos RIO 2016 em fase final em Dez/2012. Participação de meteorologistas do CHM e INMET no PGO-Transferência de conhecimento dos Jogos Londres 2012 Negociação para elaboração de Projeto de Estações Meteorológicas e Bóias para os Jogos RIO 2016 junto ao INMET e CHM, respectivamente. Verificação junto à Universidade Federal de Brasília para obtenção de dados sismológicos. Levantamento dos trabalhos possíveis de executar com a UFRJ relacionados a fornecimento de dados meteorológicos e áreas que devem ser envolvidas.

Acomodações	Mapeamento geral de quartos Demanda geral dos Jogos (inclusive turistas) Plano de Acomodação e Operação Negociações com os navios de cruzeiros A instalação e formação do Subgrupo Classificação no âmbito do GT ACOMODAÇÕES, possibilitou o início das conversas entre o Comitê Rio 2016, o Ministério do Turismo sobre o Sistema Brasileiro de Classificação – SBClass garantia extremamente importante no processo de acomodação dos clientes dos Jogos Rio 2016. Além de reuniões com os participantes do GT ACOMODAÇÕES, também foram realizados encontros com entidades nacionais do setor hoteleiro, instituições municipais e estaduais e bancos públicos de modo a tentar viabilizar a classificação dos hotéis da cidade, bem como inserir o quesito acessibilidade. No setor turismo, foi realizado “Workshop sobre Voluntariado e Turismo” com a participação de representantes de diversas instituições e esferas de governo com o Sr. David Huse, coordenador do programa de voluntariado e receptivo da Prefeitura de Londres durante os Jogos 2012. O projeto, realizado 100% com mão de obra voluntária, foi um grande sucesso e está sendo utilizado como referência por diversos países.
Acessibilidade	Discussão dos requisitos sobre acessibilidade Mapeamento de rotas acessíveis Aprovação do caderno de diretrizes técnicas
Sustentabilidade	Elaborar e promover o PGS- Plano de Gestão de Sustentabilidade Diretrizes de Sustentabilidade para construções das instalações dos Jogos Identificação de áreas para replantio Recuperação de biodiversidade
Aeroportos	Tabela de conectividade Plano Operacional do Galeão e Guarulhos Acessibilidade Cargas vivas "Last miles" (intervenções no entorno) Projeto Eficiência de Gestão
Portos	Quantidade de navios a serem utilizados para os Jogos; Público desses navios (qual público da família olímpica e/ou expectadores); operação do Pier nos Jogos Paraolímpicos; utilização do Pier em “Y” para os Jogos Olímpicos; diferença entre um Porto exclusivamente turístico e do Porto do Rio de Janeiro, que é ativo economicamente e turístico.
Legado Documental	Garantir a preservação do Legado de Documentos de todas as instituições envolvidas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016™. Apoiar e monitorar a captura, a preservação, a guarda e a transferência do Legado Documental Rio 2016™ O GT Legado Documental é composto pelos Arquivos Nacional, do Estado e da Cidade, EOM, EGP e Rio2016 e realizou 12 reuniões com o objetivo de elaborar uma proposta para constituir a memória dos Jogos 2016. Em novembro coordenou o workshop “Construindo o Legado de Conhecimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016” com 108 representantes de vários Órgãos do Governo Federal, Estadual, Municipal, Comitê RIO 2016 e o Consultor do COI; Reunião com o Diretor Geral do Arquivo Nacional para discutir as ações conjuntas no tocante ao Legado Documental no âmbito da União.

Cidades do Futebol	Acompanhamento das obras relativas aos estádios nas cidades do futebol Integração e coordenação das ações dos entes e das áreas envolvidas no processo de Planejamento dos Planos Operacionais Identificação de Frentes de Trabalho, serviços e operações Definição do estádio que será utilizado na cidade de São Paulo Ato Olímpico DF
Legado Educacional Esportivo	O escopo do Legado Social a ser deixado pelos Jogos teve seu planejamento e ações executadas a partir de dezembro de 2011, com realização de reunião junto ao MEC para discussão do cumprimento das garantias relacionadas à educação. Em continuidade, foi realizada outra reunião com o MEC em fevereiro de 2012 onde foi mencionada a necessidade da criação de um GT com a representação dos três níveis de governo e do Comitê Rio 2016. Foram realizadas quatro reuniões preparatórias antecedendo a criação efetiva do GT em outubro de 2012 intitulando-o como de Legado Educacional Esportivo. A segunda reunião ocorreu em novembro. O GT tem a coordenação da APO (DIOPS/SULAJ) e possui representantes e suplentes das secretarias estaduais de educação e de esporte, das secretarias municipais de educação e esporte, do MEC, do Ministério do Esporte, do EGP-Rio, EOM e do Comitê Rio 2016. Em outubro, houve a participação da DIOPS/SULAJ no evento promovido pelo CEFET-Maracanã para apresentação do PODIUM das ações realizadas que se vinculam aos Jogos Londres 2012. O PODIUM é uma organização vinculada ao governo britânico criado com o intuito de reunir universidades britânicas que estavam distantes de Londres para se envolverem e participarem dos Jogos. Em dezembro, a DIOPS participou, a convite do PODIUM, de uma série de encontros e reuniões com gestores do Governo Britânico e reitores de algumas universidades, ao leste e na região central de Londres, envolvidas com diferentes ações na organização dos Jogos 2012. Esta agenda foi realizada junto à direção do CEFET e doze alunos, que foram lá capacitados como “embaixadores do PODIUM”. A DIOPS/SULAJ integrou uma mesa comemorativa dos resultados das ações do PODIUM oferecido pelo reitor da Westminster University com representantes de Sochi, Glasgow e de Londres. Na sequência a DIOPS organizou aqui no Brasil reuniões com a secretaria executiva do MEC no sentido de buscar estimular a criação de um consórcio de universidades e instituições de ensino na cidade do Rio de Janeiro, uma experiência de consorciamento que tem potencial para desenvolver ações semelhantes às desenvolvidas pelo PODIUM, que virá a ser constituído como um Subgrupo do GT Legado Educacional Esportivo.
Saúde	Foram realizadas pela DIOPS 03 (três) reuniões que antecederam a criação de um grupo de trabalho. Uma delas ocorreu, de forma ampliada, no mês de abril e reuniu um total de 32 pessoas, envolvidas com a gestão e/ou comando dos serviços de saúde na cidade e estado do Rio de Janeiro e os órgãos diretamente envolvidos com os Jogos 2016. As instituições foram: Ministério da Saúde, Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, Corpo de Bombeiros, ANVISA, FIOCRUZ, EGP-Rio, EOM, Comitê Rio 2016. Isto foi o embrião para a formação de um grupo de discussão e debate, que originou a criação de um grupo de trabalho formalizado no mês de setembro de 2012. Sob a coordenação da APO e a coordenação técnica feita pela EGP-Rio, o grupo foi

	criado após a realização de reuniões preparatórias para dialogar com os parceiros. A partir disso, o GT realizou 02 (duas) reuniões e foi criado um Subgrupo para planejamento do tema: Ambulâncias.
Cultura	No 2º semestre de 2012, além da participação na Casa Brasil em Londres, com a curadoria da exposição “Brasil, a hora é essa!”, para a execução do projeto foram realizados eventos com a participação da Secom, Minc, Ancine, Funarte, SEBRAE e Mtur. Responsável pela instalação do GT CULTURA, que conta atualmente com a participação do Comitê Rio 2016, EOM, EGP, Secretarias de Cultura do Estado e Município do Rio de Janeiro e das cidades do futebol e as Secretarias da Copa das Cidades do Futebol, No âmbito do GT CULTURA acompanha-se o desenvolvimento das ações coordenadas pelo Minc para a Copa 2014, bem como as ações pensadas pelas cidades-sede. Em novembro foi realizado o “Workshop Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012”, que contou com a presença de representantes do Comitê Organizador de Londres, da Prefeitura de Londres e do Festival de Edimburgo, com o objetivo de transferir conhecimento com os resultados da experiência vivida durante os Jogos de Londres. Em novembro, participação em evento do COI, realizado em Amsterdam, sobre Cultura e Educação, e em organização de seminário sobre os Jogos de Londres, em parceria com o British Council e o People’s Palace Project, a ser realizado em abril de 2013. Outras atividades: Planejamento das Ações de Cultura para 2013 Alinhamento com a Copa 2014 Flag tour Tocha Cerimônias Olimpíada Cultural
Cerimônias	Participação em sessões do Programa Governamental de Observadores (PGO) e do Programa de Observação do COI, incluindo a participação na cerimônia de hasteamento da bandeira brasileira na Vila Olímpica e no ensaio geral da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Londres 2012. Cerimônias de abertura e encerramento dos Jogos Olímpicos e na cerimônia de encerramento dos Jogos Paraolímpicos Londres 2012; Participação de sessão de observação do revezamento da tocha, tendo a possibilidade de conhecer a estratégia e o planejamento desenvolvido para a passagem da tocha em todo o país, bem como das cerimônias de premiação; Estruturação da proposta de turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica em parceria com a Diretoria de Cerimônias do Comitê Rio 2016 e a Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República para auxiliar na articulação e mobilização dos governos locais, de modo a viabilizar a execução dos eventos pelo Rio 2016 nas cidades.

3 - Atividades Institucionais

3.1 Conselho Público Olímpico

Foram realizadas duas reuniões no semestre tendo por pauta, especificamente:

- a) reunião ordinária de 09 de novembro: nomeação de membros do Conselho de Governança, nos termos do inciso IV, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima primeira e do inciso III, do Parágrafo primeiro, da Cláusula Décima Terceira do Contrato de Consórcio Público, e
- b) reunião extraordinária de 10 de dezembro: alteração do Estatuto da APO, nos termos do inciso I, do Parágrafo segundo, da Cláusula Décima Quinta; aprovação do Orçamento 2012, de acordo com o inciso II, do Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Quinta; nomeação dos membros do Conselho Fiscal e indicação do seu Presidente, conforme disposto no inciso IV, Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Primeira, na Cláusula Décima Quarta do Contrato de Consórcio Público, e no inciso IV, do art. 14 do Estatuto da Autarquia.

3.2 Conselho de Governança

Realizou reunião em 22 de novembro, tendo como itens de pauta: posse de novos membros do Conselho; manifestação sobre proposta de alteração do Estatuto da APO e proposta de Orçamento 2012.

3.3 Conselho Fiscal

O Colegiado reuniu-se seis vezes, ressaltando os seguintes temas de suas pautas:

- análise de demonstrativos contábeis e financeiros;
- acompanhamento de processos licitatórios;
- prestação de contas do Programa Governamental de Observadores- atividades em Londres no período das Olimpíadas e Paraolimpíadas;
- acompanhamento do Contrato de Rateio, e
- apreciação da proposta de execução dos recursos financeiros 2012.

3.4. Presidência

O presidente exerceu suas atividades previstas no Estatuto da APO, dirigindo e representando a instituição e, em particular, conduzindo os trabalhos do Conselho de Governança e da Diretoria Colegiada.

No âmbito da governança externa participou das reuniões com o governo federal, conforme Tabela 1 ao final deste relatório. Igualmente, das reuniões periódicas mantidas com o Comitê de Coordenação, nos termos da Tabela 3. Há que se ressaltar que as reuniões periódicas com os dirigentes do Comitê Organizador Rio 2016, descritas na Tabela 2, foram interrompidas por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012.

No âmbito externo o presidente participou de viagens oficiais a Londres, Inglaterra, no âmbito dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Londres 2012, conforme discriminado a seguir:

1. Período de 27 a 29 de julho - para participar da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres 2012, e de eventos com a presença da Presidenta da República, quais sejam: lançamento da campanha de promoção turística do Brasil no exterior; inauguração da exposição sobre Ciência e Tecnologia na área de Esporte; cerimônia de assinatura de convênio com o Ministério da Educação e órgãos locais e visita às instalações da concentração do Brasil;
2. No período de 04 a 13, participou de inúmeros eventos em Londres, salientando-se: reuniões com o Diretor Executivo da Olympic Delivery Authority -ODA; seminário APEX sobre o setor aéreo, incluindo aeroportos; palestra no seminário Construction and Transport Infrastructure, no âmbito do London House Business Hospitality Programme; participação na mesa redonda sobre Economia Criativa; participação, como apresentador e moderador, em evento no âmbito do Brazil Business Day: Delivery the future – Brazil prepares for the World Cup 2014 and Rio 2016 e atividades do Programa Governamental de Observadores, como COI: MOC & C3 (Main Operations Centre- Command, Control and Communications); visitas a centros de comando e controle, inclusive navio de guerra britânico, na área de competição de vela em Dorset/Weymouth/Portland; além de participação na cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos;
3. No período de 27 a 31 de agosto, no âmbito da realização dos Jogos Paraolímpicos, participou de eventos como: Seminário Paralympic Business Opportunities; cerimônia de divulgação do comunicado conjunto Brasil/Reino Unido/Federação da Rússia e República da Coreia para a promoção dos Direitos Humanos por meio do ideal olímpico; visitas às instalações do Velódromo, do Copper Box(goalball) e do Parque Aquático, atividades do Programa Governamental de Observadores, além de participar da cerimônia de abertura dos Jogos Paraolímpicos de Londres 2012;
4. No período de 04 a 11 de setembro, participou do IPC Inclusion Summit, evento programado pela British Business Embassy, sobre inclusão e acessibilidade; acompanhamento de competições de atletismo; solenidade na Casa Brasil por ocasião do Dia da Pátria 7 de setembro) com a presença do Vice-Presidente da República; visita às instalações no Riverbank Arena, Centro Aquático e Estádio Olímpico; reunião com a entidade W&W-Women the Well, de apoio à mulher e com dirigentes da entidade AMBE-Apoio à Mulher Brasileira no exterior; reunião com autoridades britânicas do Government Olympic Executive-GOE, no âmbito do Programa Governamental de Observadores, e participação na cerimônia de encerramento dos Jogos Paraolímpicos Londres 2012.

Ressalta-se, ainda, a participação, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro do Reino Unido ao Brasil, de cerimônia de assinatura de atos, incluindo o Memorando de Entendimento que prevê a cooperação entre os dois países em matéria de transferência de conhecimento sobre a realização de Jogos Olímpicos e seus legados, com a participação da APO. Cerimônia contou com a participação da Presidenta do Brasil.

No tocante do Programa Governamental de Observadores, em novembro foi realizada a reunião Debriefing do Programa, escopo Telecomunicações, com representantes do Governo britânico – OFCOM e da ANATEL, presente o Embaixador do Reino Unido.

3.5 - Órgãos específicos singulares

3.5.1. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva deu continuidade aos trabalhos de estruturação organizacional da APO com vistas à regulamentação de procedimentos administrativos, promoveu adequações na estrutura regimental da Autarquia e manteve gestões junto à Caixa Econômica Federal no acompanhamento da preparação do 20º andar do edifício sede daquela instituição, localizado à Avenida Rio Branco, 174, centro da cidade do Rio de Janeiro, que abrigará parte das áreas da Autarquia.

Por meio da Superintendência de Gestão Corporativa a Diretoria Executiva desenvolveu atividades de suporte ao funcionamento do Conselho Fiscal, oferecendo respostas aos questionamentos e encaminhando as recomendações originadas no colegiado.

Na área finalística a Diretoria Executiva garantiu suporte às atividades do calendário dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacionais, representados no Brasil pela organização Rio 2016, orientando as Diretorias setoriais no desempenho de suas funções junto aos órgãos e entidades vinculados às três esferas federativas componentes do consórcio APO.

Esteve presente na organização e acompanhamento das visitas técnicas (VICR), das sessões de revisão de projeto (PR) e nas atividades de “*debriefing*” do programa oficial de observadores do COI e do Programa Governamental de Observadores, de acordo com os calendários citados neste relatório, realizados na cidade do Rio de Janeiro.

No âmbito internacional, a Diretoria Executiva garantiu suporte administrativo e logístico à participação de dirigentes e técnicos da APO e dos governos no Programa Governamental de Observadores e nas atividades de observação promovidas pelo COI e pelo IPC, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012, cujas atividades estão descritas nos relatórios das Diretorias.

O Diretor Executivo participou de missão de observação durante os Jogos de Londres 2012, com foco na transferência de conhecimento nas áreas de gestão e governança, no âmbito governamental e no organismo que operou os Jogos de 2012, além da vivência nos ambientes de competição e na cerimônia de abertura dos Jogos Paraolímpicos Londres 2012.

No âmbito da governança do processo de preparação das entregas relativas à infraestrutura e serviços públicos para os Jogos de 2016, o Diretor Executivo deu continuidade às suas funções juntamente com o Presidente da APO nos trabalhos do Comitê de Coordenação (detalhamento na Tabela 3), bem como dirigiu os trabalhos do Comitê Executivo, sempre

acompanhado dos diretores e técnicos responsáveis pelos temas que constassem das respectivas pautas, da mesma estrutura de governança.

3.5.2. Diretoria de Infraestrutura Esportiva, de Apoio ao Evento e Meio Ambiente-DIEMA

A construção da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos conjugada com as ações de melhoria e preservação do meio ambiente está entre as obrigações que o Governo Brasileiro firmou perante o COI.

Há que se destacar a existência de cartas-compromisso firmadas por autoridades brasileiras, as quais garantiram, dentre outras, ações na área de infraestrutura e meio ambiente, cujo tema consta de diversos itens do Dossiê de Candidatura, em especial os relativos aos Temas 6, 9, 10, 11, 14 e 17.

A partir dos parâmetros normativos da APO e, ainda, do contexto em que estão se desenvolvendo as ações de organização para a entrega dos Jogos, é possível identificar como missão da Diretoria de Infraestrutura Esportiva, Meio Ambiente e Apoio ao Evento – DIEMA, garantir a entrega das instalações esportivas e instalações de apoio ao evento pelos três entes, União, Estado e Município do Rio de Janeiro, necessários à organização dos Jogos, de forma que estes se realizem em cumprimento das obrigações assumidas perante o COI, de forma sustentável, garantindo o uso do legado do evento.

Frente à sua missão, as ações que vêm sendo realizadas pela DIEMA têm, no cerne, a coordenação e monitoramento dos agentes que, juntos, devem planejar e executar os projetos de infraestrutura de instalações esportivas, meio ambiente, acomodações da família olímpica, centro principal de mídia e centro internacional de transmissões.

A DIEMA atuou participando em eventos institucionais, interagindo com o Consulado Britânico no Brasil e com o Governo Inglês, com o intuito de estreitar o relacionamento para troca de experiências adquiridas na preparação dos Jogos de Londres 2012 e durante os mesmos.

O relacionamento com os entes envolvidos na preparação dos Jogos foi estabelecido tendo em vista monitorar e acompanhar os projetos de infraestrutura e meio ambiente, junto com a EOM e órgãos da Prefeitura, o EGP-Rio e órgãos do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério do Esporte e outros órgãos da União.

A Diretoria faz parte do Fórum de Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, o qual realiza o monitoramento da ação, com foco mais direcionado para as instalações esportivas que serão construídas com recursos federais e mais amplos na Infraestrutura dos Jogos. Esse fórum terá funcionamento e atuação, inclusive, durante a fase de planejamento dos Jogos.

As superintendências da DIEMA interagiram na coordenação dos processos sob sua área de atuação, em conjunto com os Governos e o Comitê Rio 2016, objetivando assegurar que os equipamentos esportivos sejam entregues nos prazos previstos para realização dos Jogos.

Os projetos a cargo dos entes consorciados - governo do Estado do Rio de Janeiro e prefeitura do Rio de Janeiro- estão sendo desenvolvidos em quatro macrorregiões na cidade do Rio de Janeiro. Na região da Barra da Tijuca estão sendo projetados o Parque Olímpico e o Campo de Golfe. Na região de Copacabana encontra-se em desenvolvimento os projetos da Lagoa Rodrigo de Freitas, Estádio de Copacabana, Forte de Copacabana, Marina da Glória e Parque do Flamengo. Na região do Maracanã, as instalações esportivas compreendem o Sambódromo, Estádio João Havelange, Maracanã e Maracanãzinho, sendo que todas as instalações existentes serão reformadas ou adaptadas. Na região de Deodoro está sendo projetado o Parque Olímpico de Deodoro, que conta com instalações que serão reformadas ou construídas. Fora deste eixo, há, ainda, as quatro cidades que sediarão as competições dos jogos de futebol: Brasília, Belo Horizonte, São Paulo e Salvador.

Os entes municipal e estadual, respectivamente, já publicaram: a) os editais de licitação para a contratação dos projetos do Plano Geral e dos projetos básicos das instalações e do domínio comum do Parque Olímpico da Barra; b) os editais de contratação dos projetos do Plano Geral e os dos projetos básicos e executivos do complexo de Deodoro.

A DIEMA participou de foros temáticos sobre as instalações do Maracanã, Estádio João Havelange e Estádio da Lagoa juntamente com os entes consorciados.

Atuou junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para o nivelamento de informações relativas aos projetos urbanísticos do complexo do estádio João Havelange para os Jogos. Situado ao lado do estádio João Havelange, o Museu do Trem impacta sobremaneira o fluxo de público que acessa o estádio, havendo necessidade da realização de estudo de fluxo. Esse estudo encontra-se em fase de elaboração para análise do IPHAN, que irá deliberar sobre a utilização desse espaço, representando uma das metas a serem alcançadas no de 2013.

No projeto da Lagoa Rodrigo de Freitas a atuação se ateve ao detalhamento dos estudos da região e da utilização das instalações, ainda de modo primário, e à interação com o IPHAN em relação à definição do local para colocação da torre de arbitragem do Estádio de Remo da Lagoa. Ficou estabelecido que o novo local sugerido pelo Comitê Rio 2016 tem possibilidade de aprovação e que, para tanto, o projeto deve ser encaminhado ao IPHAN. As questões inerentes ao Museu do Trem e à localização da torre na Lagoa representam metas a serem alcançadas no ano de 2013.

Outra ação da DIEMA foi a participação, junto com a EOM e EGP-Rio, nas propostas de melhorias dos procedimentos de repasse e acompanhamento de obras por parte da União, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC Olímpico).

Em continuidade às ações em 2013, a atuação da Diretoria estará voltada para o monitoramento da evolução dos projetos do Parque Olímpico da Barra e do Parque Olímpico de Deodoro. No Estádio João Havelange a principal ação está voltada para atuação, junto ao IPHAN, para deliberação sobre a utilização do espaço onde hoje existe o Museu do Trem. Continuará sua participação nos foros temáticos da Lagoa, João Havelange e Maracanã e integrará a participação no Programa Governamental de Observadores junto à Copa das Confederações visando às definições inerentes aos estádios das cidades que sediarão as partidas de futebol nos Jogos.

A DIEMA é, igualmente, responsável pelos compromissos com as ações de saneamento, qualidade do ar e água, habitação e infraestrutura urbana, atuando, ainda, nas dimensões de sustentabilidade e acessibilidade, cumprindo o papel da Divisão Olímpica de Sustentabilidade (DOS) prevista nos compromissos assumidos pelo Dossiê de Candidatura e pelo *Host City Contract (HCC)*, cujas atividades são a seguir listadas:

- Acompanhamento das obras de saneamento, participando de reuniões colegiadas para a definição de projetos, intermediando o relacionamento institucional e acompanhando o processo de evolução das obras;
- Acompanhamento da qualidade ambiental, com o monitoramento dos dados fornecidos pelos entes, participando do planejamento de ações que garantam a qualidade do ar e da água de acordo com as definições contidas no Dossiê de Candidatura e no *HCC*.
- Planejamento e acompanhamento das ações de sustentabilidade dos Jogos, engajando os entes signatários para garantir a entrega dos compromissos.
- Planejamento e acompanhamento dos requerimentos de acessibilidade definidas pelo COI e pelo IPC e pela legislação brasileira, particularmente para garantir as definições técnicas contidas nos manuais em todos os projetos relacionados aos Jogos.
- Planejamento e acompanhamento das obras de infraestrutura urbana voltadas a atender às demandas dos Jogos, bem como suas implicações de legado para a cidade.

A DIEMA coordena os foros de Sustentabilidade, Florestas e *Olympic Games Impact (OGI)*.

São relevantes os seguintes tópicos de ação:

- Atualização dos compromissos de sustentabilidade: refere-se ao acompanhamento da evolução e dos desdobramentos das ações previstas para a entrega dos compromissos de sustentabilidade. O acompanhamento envolveu reuniões e discussões com vários órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, além do Comitê Rio 2016 e o setor privado, no intuito de dar continuidade aos projetos e obras respeitando a legislação ambiental e requisitos técnicos.
- Plano de Gestão de Sustentabilidade (PGS): o Plano trata de compromissos de candidatura e da integração dos critérios de sustentabilidade em todo o ciclo de gestão dos Jogos, desde a concepção e planejamento até as atividades de implantação, revisão e pós-evento. O documento é uma estratégia global de planejamento de longo prazo, cujo objetivo é trazer vantagens sustentáveis para o Brasil e, em particular, para a cidade do Rio de Janeiro. A aprovação desse Plano é o objetivo para o ano de 2013.

- Fórum sobre Floresta: a DIEMA coordena o fórum responsável pelo planejamento das atividades do PGS que se referem às atividades de conservação e recuperação ambiental. A responsabilidade do fórum é planejar e estruturar as atividades para minimizar os impactos sobre os ecossistemas existentes nas instalações olímpicas e paraolímpicas e seu entorno imediato e reforçar/acelerar programas de proteção, conservação, restauração e recuperação ambiental. As atividades desenvolvidas englobaram pesquisa, mapeamento de áreas, alinhamento institucional e consolidação de políticas, acordos e protocolos de cooperação, no intuito de garantir a entrega dos compromissos de pegada de carbono e biodiversidade.
- Fórum sobre OGI: cabe a APO discutir e organizar os entes governamentais na observância do Manual do COI, na construção viável de indicadores, na construção de acordos para transmissão de dados, bem como da análise dos temas, no sentido de promover uma imagem real dos esforços governamentais para viabilização dos Jogos.
- Caderno de acessibilidade: roteiro técnico elaborado pelo respectivo fórum, divulgando legislação e normativo do IPC.

Coordenou o fórum sobre Concessionárias que congrega representantes das instituições responsáveis pela infraestrutura de água, saneamento, energia e gás no Estado e no Município do Rio de Janeiro. O fórum integra os entes governamentais no intuito de estabelecer um canal direto e técnico voltado ao atendimento das demandas de infraestrutura dos Jogos. A DIEMA estabelece, ainda, um escalonamento de informações estratégicas para os Ministérios, buscando viabilizar os projetos necessários com consequentes resultados de ações de saneamento.

No intuito de assegurar o compromisso de candidatura de promover a recuperação ambiental dos corpos hídricos nas regiões dos Jogos, a DIEMA monitorou os projetos tradicionais viabilizados pelo Governo Federal por meio do PAC. Também acompanhou as políticas e programas diretamente relacionados aos Jogos: Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, Recuperação Ambiental do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, Requalificação Ambiental da Lagoa Rodrigo de Freitas, além do planejamento de implantação de Unidades de Tratamento de Rio (UTR), cujo planejamento inicial foi coordenado pela DIEMA.

Em relação às UTR, a DIEMA promoveu reuniões, visitas técnicas, elaboração de notas técnicas e alinhamento institucional com o Estado do Rio de Janeiro, o Município do Rio de Janeiro e o Ministério das Cidades, no intuito de desenvolver uma estratégia de saneamento e sustentabilidade para garantir a qualidade ambiental da baía da Guanabara, que é um dos compromissos dos Jogos.

No complexo de Deodoro, a DIEMA coordenou um fórum extraordinário para discutir e propor soluções de saneamento urbano no intuito de resolver os alagamentos na região olímpica, por meio de reuniões, visitas técnicas, elaboração de notas técnicas e alinhamento institucional. O intuito foi desenvolver uma estratégia de saneamento e sustentabilidade com o objetivo de garantir a execução das obras olímpicas e paraolímpicas.

Entre as instituições envolvidas nessa estratégia, estão a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério das Cidades, o Ministério do Esporte e o Exército como representantes da União, o EGP-Rio e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) pelo Estado do Rio de Janeiro, a EOM, Rio Águas e a Secretaria de Obras pelo Município do Rio de Janeiro.

Acompanhou o desenvolvimento do *master plan* do Parque Olímpico da Barra, com a participação em reuniões promovidas pela EOM. As reuniões trataram de custos, definições de construção e infraestrutura. Os objetos tratados nestas reuniões foram: as instalações (equipamentos esportivos e não esportivos), o domínio comum e a última milha da área urbana do entorno implicada no planejamento das infraestruturas urbanas e paisagismo.

Atuou junto aos órgãos e entidades envolvidas na realização dos Jogos Rio 2016, a fim de monitorar e avaliar os impactos dos planos, projetos e programas, visando ao atendimento das garantias pactuadas para a realização dos Jogos. Esteve presente em reuniões e fóruns, tratando sobre os equipamentos não esportivos que incluem aeroporto, porto, centro de imprensa escrita (MPC), centro de imprensa de imagem (IBC), hotel de mídia, parque carioca e oferta de acomodações para atender a demanda dos Jogos Rio 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Intermediou reuniões do Comitê Rio 2016 com o Consórcio Ilha Pura visando à negociação do contrato de cessão. Para tanto, intermediou reuniões envolvendo a equipe técnica da Caixa Econômica Federal (CAIXA) na avaliação e validação do projeto de reforma (*retrofit*) da Vila dos Atletas e promoveu, ainda, reuniões entre as entidades interessadas para definições das plantas dos apartamentos no modo Jogos.

A DIEMA responde pelo monitoramento dos diversos projetos de instalações não esportivas, sendo eles Vila dos Atletas (construção de prédios residenciais de alta qualidade, que acomodará os atletas e oficiais técnicos das delegações e árbitros adicionais credenciados, em suas acomodações).

Atuou no projeto Porto Maravilha, que engloba a construção de infraestrutura hoteleira para atender a mídia não credenciada e árbitros, reforma do Porto para viabilizar a atracação de navios que servirão como hospedagem de patrocinadores, reestruturação urbana integral da zona portuária.

Desenvolveu atividades em diversos fóruns e grupos para acelerar processos, realizar pesquisas e consultas necessárias visando à realização dos Jogos. Promoveu reuniões com os diversos parceiros e entes municipais, estaduais e federais com a finalidade de acelerar e resolver os entraves dos diversos projetos sob sua responsabilidade, bem como alinhar informações.

Nas ações planejadas para o ano de 2013 a DIEMA continuará participando das reuniões no Projeto Vila dos Atletas, intermediando as negociações entre os entes governamentais e o Comitê Rio 2016.

No Projeto Porto Maravilha, a DIEMA manterá o relacionamento com entes governamentais para acompanhamento dos projetos avaliando seus impactos, que incluem remodelação da Praça Mauá e melhorias na infraestrutura.

No que se refere ao IBC e torre de TV pretende manter o acompanhamento junto às parceiras privadas para atendimento ao legado do IBC, em especial a demanda por energia e no MPC e Hotel de Mídia, acompanhando as parceiras privadas para o legado do hotel e instalações do MPC e realização dos projetos para atendimento as normas.

No projeto de infraestrutura de serviços públicos do Parque Olímpico Barra, manterá o acompanhamento do contrato da Parceria Público-Privada (PPP) e suas alterações, monitorando o financiamento da CAIXA ou com outra instituição financeira para as operações de infraestrutura, mantendo o acompanhamento das negociações com entes governamentais e privados para a implementação da infraestrutura viária, estacionamentos, rede de iluminação, abastecimento de água, coleta de esgotos, gás, telecomunicações, dados e drenagem urbana.

No Projeto Parque Carioca, manterá o acompanhamento da construção e necessidade de financiamento, cronograma de construção e realocação das famílias.

No Projeto Bairro Carioca Olímpico, manterá acompanhamento da construção e financiamento das obras.

Nos aeroportos, manterá a participação no fórum sobre aeroporto para acompanhamento das obras e seu cronograma, identificando as necessidades de utilização de espaço de logística necessária durante os jogos.

No que diz respeito à hospedagem, acompanhará a oferta de quartos na cidade do Rio de Janeiro para cumprimento da garantia assumida perante o COI.

Os eventos que contaram com a participação da Diretoria encontram-se elencados na Tabela 4.

3.5.3. Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção - DISEG

Frente à missão da área de segurança, que é a de garantia de entrega dos serviços de segurança dos Jogos em nível adequado, as ações que vêm sendo realizadas focam:

- a) Gestão dos agentes que devem planejar e executar a segurança;
- b) Medidas para firmar e consolidar as responsabilidades desses agentes no cenário; e
- c) monitoramento das ações olímpicas.

A Diretoria de Infraestrutura e Serviços de Segurança e Prevenção (DISEG) adotou, desde o início de seus trabalhos, a metodologia de interlocução com as instituições de Governo criadas ou designadas para coordenar os grandes eventos, principalmente da segurança pública e da defesa nacional. As articulações foram promovidas em reuniões de trabalho e eventos de transferência ou compartilhamento de conhecimentos.

Ademais, fortaleceu-se a interlocução com a Diretoria do Comitê Rio 2016, tendo em vista que é atribuição da APO o relacionamento com o Comitê Rio 2016, juntamente com os órgãos públicos envolvidos com o foco de ação.

Esses entendimentos construíram o cenário apropriado à instalação, em agosto de 2012, de um fórum de discussão, que está sob a coordenação da DISEG que, desde então, é composto, ainda, por representantes da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (SESGE), da Assessoria Especial para Grandes Eventos do Ministério da Defesa (AEGE/MD), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), que se faz representar pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Escritório de Gestão de Projetos do Estado do Rio de Janeiro (EGP-Rio), da Empresa Olímpica Municipal (EOM) e da Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016.

O fórum tem como atividade principal a implementação de ações para a coordenação da segurança dos Jogos, que compreende todos os serviços relativos à segurança pública, defesa nacional, defesa civil, inteligência e segurança privada, necessários para garantir Jogos pacíficos e seguros. Portanto, a macrointegração das forças de segurança vem ocorrendo neste fórum qualificado, além de outros que se têm instalado.

Outra ação foi a proposição de Memorando de Entendimento (MoU) entre as Forças de Segurança empenhadas nos Jogos, compromisso assumido na candidatura. A edição do documento passou a ser pauta do fórum de discussão, tendo a AEGE/MD se integrado à iniciativa. É essencial que as articulações promovidas sejam capazes de compatibilizar as instituições em conteúdo que expresse o compromisso delas com a realização dos Jogos, formalização de garantia a ser apresentada ao COI por meio do Comitê Rio 2016.

A lei que criou APO enumera dentre as suas finalidades a de elaboração de Matriz de Responsabilidades, definindo as obrigações dos entes públicos e do Comitê Rio 2016 na realização dos eventos ligados aos Jogos.

Ficou pactuado no fórum que sua elaboração inicial, no âmbito da segurança, deveria ocorrer de maneira participativa, promovendo a colaboração ativa das instituições empenhadas em ações de segurança. Após a definição da metodologia de trabalho e dos resultados esperados, foi promovido um *workshop* de exposição às instituições parceiras e de alinhamento para os representantes indicados. O evento marcou a criação de subgrupos temáticos incumbidos do trato de onze temas identificados pela Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016.

A partir da definição da base do conteúdo da Matriz, os resultados foram apresentados em *workshop*. Após a sistematização, o objetivo é que o material possa ser remetido aos entes, além de servir como subsídio no desenvolvimento da Lista de Projetos de Segurança para os Jogos, a qual, por sua vez, deve ser monitorada pela DISEG com vistas ao cumprimento de sua missão de garantir a entrega das obras e serviços para os Jogos.

Prevendo a complexidade dos projetos de segurança e com o objetivo de incrementar a gestão das informações que virão, foram feitas articulações com a Polícia Federal visando à cessão do Sistema Gestor de Escritório de Projetos (GEPNET). Esta ferramenta foi desenvolvida no âmbito daquele órgão e, na atualidade, tem atendido à estrutura de inúmeros órgãos públicos para gestão de projetos. Em novembro de 2012, a Polícia Federal disponibilizou o *software* à APO.

O objetivo agora, em relação ao GEPNET, é qualificar a equipe para usar e alimentar o programa no momento adequado.

O acompanhamento das principais entregas para o planejamento da segurança dos Jogos está sendo efetivado no âmbito do mencionado fórum de discussão, havendo iniciativas para fomentar e colaborar na elaboração dos documentos que devem marcar essa etapa da organização.

Em agosto de 2012, a Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016 tomou a iniciativa de apresentar ao fórum o documento “Diretiva para Elaboração do Plano Geral de Segurança Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016”, o qual, conforme entendimento havido nas reuniões do fórum pode ser utilizado como subsídio para a elaboração dos posteriores documentos de planejamento da segurança dos Jogos.

O conteúdo do documento foi objeto de diversas manifestações dos integrantes do fórum no ano de 2012 e continua em discussão. O fórum concordou que contribuições devem ser apresentadas e amplamente debatidas, com a intenção de que o material possa agregar o conhecimento e a experiência dos órgãos públicos que serão empenhados na segurança dos Jogos. Assim, firmado pelo entendimento e pelo consenso, ele poderá bem desempenhar a função de orientar os posteriores planejamentos que virão.

Na área de inteligência, há que se destacar a necessidade de elaboração dos cenários de risco para os Jogos Rio 2016, os quais conterão informações e análises aptas a nortear planejamentos subsequentes, inclusive com propostas de contramedidas de segurança destinadas à eliminação ou mitigação de riscos identificados. Essa é uma demanda que exige mobilização constante da comunidade de inteligência, diante da necessidade de atualização dos cenários que se desenvolverão até a realização do evento olímpico.

A partir de propostas que remanesceram das discussões para a elaboração da Matriz de Responsabilidades, criou-se um fórum de inteligência. Formado por membros de agências de

inteligência do Estado, do Município e da União, será coordenado pela ABIN, contando com apoio logístico e para articulações pela DISEG. Organizado em subcomissões temáticas, a previsão é a de que as atividades se estendam até a realização dos Jogos, com o escopo de buscar e trocar informações quanto a eventos que possam impactá-los, especialmente para verificar, tanto na comunidade nacional quanto na internacional de inteligência, eventuais vulnerabilidades. Pela própria natureza dos trabalhos, o funcionamento do fórum de inteligência deverá contribuir decisivamente na elaboração e na atualização dos cenários de risco para os Jogos.

Visando colaborar com as avaliações de plantas e obras de instalações olímpicas, a DISEG elaborou análises técnicas a respeito do fluxo de pedestres e veículos na estação marítima de passageiros no porto do Rio de Janeiro, sobre segurança contra explosões em subestações de energia elétrica e a sua aplicabilidade aos projetos em andamento, e também sobre a estrutura de segurança no entorno do Parque Olímpico.

Ainda no âmbito do fórum de segurança, iniciaram-se algumas mobilizações visando à composição de grupos técnicos, com representantes de instituições diversas, que possam acompanhar desde trabalhos de análises de plantas de instalações até obras de infraestrutura, tal como a seguir descrito.

Uma das frentes em avaliação prevê a criação de comissão para acompanhamento de revisões das plantas das instalações olímpicas. O objetivo é trabalhar em sintonia com as revisões que estão sendo realizadas pelo Comitê Rio 2016 e, em alguns casos, trabalhar diretamente com empresas que ganharam concurso para apresentar o projeto arquitetônico das instalações, como é o caso do Parque Olímpico.

Outra vertente avalia a formação de grupo técnico para acompanhamento das obras do Parque Olímpico e da Vila dos Atletas. A proposta consiste na formação de um grupo de profissionais, oriundos do Estado e do Município do Rio de Janeiro e da União, que possa realizar visitas às obras citadas, para verificar o projeto de segurança que será desenhado pela construtora, a fim de evitar posteriores problemas com a estrutura física, em razão de requisitos do COI.

Iniciaram-se entendimentos e estudos visando à elaboração de documento que possa se constituir em colaboração do fórum de segurança à política de segurança no canteiro de obras de instalações.

A DISEG pretende contribuir para que as discussões acerca das iniciativas acima descritas avancem no ano de 2013, porque entende que se constituem em medidas essenciais ao acompanhamento e ao monitoramento das ações de prevenção de ocorrências na área de segurança. Para isso, mobilizaram-se para o urgente preenchimento de outros cargos destinados à DISEG, alguns dos quais se relacionam diretamente com as atribuições dessa seara.

A equipe da área de segurança tem realizado atividades de qualificação para o monitoramento de grandes eventos, visando à aquisição de experiências e ao incremento de conhecimentos, os quais permitam o cumprimento das atribuições da Diretoria com eficiência. Além da execução de atividades internas, foram promovidas visitas a instituições de segurança e participações em eventos do COI, em *debriefings* dos Jogos de Londres, em outros fóruns, em seminários, palestras, conferências e *workshops*, além de relatorias de grupos.

No *debriefing* dos Jogos de Londres 2012, a equipe da DISEG responsabilizou-se pela coordenação, organização e condução dos trabalhos no ambiente usado para a temática segurança, tendo havido a participação de representantes enviados por inúmeras instituições empenhadas na segurança dos Jogos Rio 2016.

A partir da identificação de temas de interesse dos entes da Administração Pública, os quais foram consultados a respeito, foi possível mobilizar e organizar a participação de autoridades do Governo Britânico que atuaram no planejamento e na execução das ações de segurança dos últimos Jogos.

Para o ano de 2013, a DISEG entende a importância de que os servidores da Autarquia intensifiquem sua capacitação. Nesse contexto, treinamentos para acompanhamento de projetos, para liderança de equipes e outros destinados ao aprimoramento da interlocução com os demais envolvidos na preparação dos Jogos. Afinal, a perspectiva é de mais quatro anos de um processo de convencimento de parceiros que, eventualmente, precisão corrigir rumos e alterar sua forma de atuação.

Ademais, para difusão e compartilhamento de conhecimentos e entregas da etapa de planejamento, prevê-se a realização de *workshops* e seminários. Os primeiros, direcionados à apresentação de trabalhos afetos à DISEG, tais como o são a Matriz de Responsabilidades de Segurança e a Lista de Projetos de Segurança da Carteira Olímpica. Já os seminários temáticos destinam-se ao público empenhado em ações de Segurança dos Jogos.

É natural que, na área de segurança, o maior legado esperado dos Jogos Rio 2016 seja a integração interagências, a ser adquirida com a cultura dos trabalhos integrados e em coordenação, os quais têm sido demandados para a satisfação de todas as necessidades dos Jogos. Além disso, registre-se que a rotina de trabalho da DISEG prevê procedimentos para a documentação de todas as suas atividades. São relatórios, memórias de reunião e controles correlatos, os quais estão constituindo acervo documental para os Jogos.

A descrição das atividades da DISEG, ora apresentada, deixa patente que seus principais parceiros são as instituições de segurança que estão empenhadas no planejamento da segurança dos Jogos, bem como as que têm responsabilidades para a vindoura execução do evento.

Destacam-se as organizações que se articularam para a constituição do fórum de segurança, sendo seus integrantes: a EOM, a EGP-Rio, a SESGE, a AEGE/MD e o GSI que se faz representar pela ABIN, além da Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016.

Ao fórum, principalmente em função dos trabalhos colaborativos realizados para a elaboração da Matriz de Responsabilidades (1ª versão), somaram-se as seguintes instituições parceiras: Departamento de Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Guarda Municipal do Rio de Janeiro, Defesa Civil Estadual e Municipal, Centro de Operações Rio e Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro.

O encerramento dos trabalhos do fórum de segurança no ano de 2012 foi marcado pela preocupação com a organização das principais entregas da etapa do planejamento de segurança no ano de 2013. Nesse contexto, por proposta da DISEG e após a colaboração dos demais integrantes do fórum, foi firmado um calendário para execução do Plano de Ação para atividades das Forças de Segurança, Inteligência e Defesa Nacional para 2013:

- Início das reuniões do fórum de inteligência
- 1ª versão da Carteira de Projetos Olímpicos (segurança)
- Planejamento estratégico preliminar
- Alocação de recursos do orçamento
- Cenários de risco (preliminar)
- Plano preliminar para capacitar e treinar
- Planejamento tático preliminar
- Plano preliminar para *Vips*
- Plano preliminar de controle do espaço aéreo
- Plano preliminar de enfrentamento ao terrorismo
- Avaliação de risco de instalações
- Planejamento operacional preliminar
- Definir equipe multiagências para chamaolímpica/paraolímpica
- Atualização da Matriz de Responsabilidades

A DISEG colaborará, na medida de suas responsabilidades, para o cumprimento do calendário de atividades acima referido. Em especial, atuará no monitoramento das ações previstas, bem como na atualização da Matriz de Responsabilidades e na formação da Lista de Projetos de Segurança da Carteira Olímpica.

A agenda discriminada das atividades da Diretoria encontra-se elencada na Tabela 5.

3.5.4. Diretoria de Operações e Serviços – DIOPS

O Programa Governamental de Observadores-PGO tem como objetivo capacitar representantes dos três entes de governo para preparar e entregar os Jogos nos padrões e compromissos assumidos junto ao COI e Comitê Paraolímpico Internacional por meio da transferência de conhecimento e experiência adquirida durante os eventos.

Com base no Memorando de Entendimento Brasil/Inglaterra, foi elaborada pelo Governo britânico uma oferta de oportunidades no PGO para as autoridades brasileiras no período que antecede, durante e após a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012.

Em 2012 participaram do PGO cerca de 130 integrantes, incluindo representantes da APO (com reflexo nas ações de responsabilidade da DIOPS), de órgãos dos Governos federal, estadual e municipal, incluindo Receita Federal do Brasil, Advocacia Geral da União (AGU), Ministério das Minas e Energia (MME), Secretaria de Aviação Civil (SAC), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Infraero, CET-Rio, Secretaria de Comunicações, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SDH), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério da Saúde, Ministério, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representantes do Comitê Rio 2016 entre outros.

A agenda do PGO teve início em fevereiro de 2012 e foi intensificada na fase de eventos-testes dos Jogos e, especialmente, durante a realização dos dois megaeventos com visitas, reuniões e vivências de espectador.

Dentre os tópicos cobertos pelo PGO destacam-se: 1) a oportunidade de observação junto à polícia envolvida na preparação do revezamento da tocha, panorama da arquitetura de segurança olímpica, aprendizagem de procedimentos de comando e controle no contexto dos Jogos, *marketing* de emboscada, tributação de mercadorias e serviços, isenção fiscal de equipamentos esportivos e equipamento de televisão; 2) a atuação governamental para implementar as garantias ofertadas ao COI/IPC; 3) as comunicações governamentais olímpicas; 4) o combate a crimes cibernéticos; 5) a coordenação nacional de segurança; 6) a observação da atuação da equipe de administração de dignitários; 7) o acompanhamento das atividades do *Greater London Authority* nas operações da cidade; 8) o acompanhamento diário do comando e coordenação do *Department of Health* na fiscalização e sistemas de alerta, serviços médicos nos locais de evento e hospitais, controle de infecção, laboratório e testes para atletas, alerta e resposta a surtos, saúde ambiental e segurança alimentar, planejamento de emergência, gerenciamento de incidentes e de comunicação, retrospectiva sobre as lições aprendidas a partir dos Jogos Olímpicos para o sistema de saúde do Reino Unido; 9) a visita à estação de tratamento de águas no Parque Olímpico e reuniões sobre a forma como o Reino Unido tratou o uso sustentável da água; 10) o programa de acessibilidade adotado; 11) o acompanhamento junto ao

UK Border sobre processo de chegadas, partidas e credenciamento no aeroporto internacional de *Heathrow*.

A DIOPS apresentou um resultado qualitativo significativo, especialmente considerando quatro processos: (1) ação integrada intersetorial; (2) articulação de políticas públicas de educação, esporte, lazer, cultura, saúde, energia, telecomunicações, regulamentações e proteção de marca, documentação e acessibilidade de responsabilidade dos entes federados; (3) transferência de conhecimentos; (4) capacitação. Esses quatro processos encontram-se detalhados a seguir:

(1) Ação integrada intersetorial

O trabalho coletivo realizado pela Diretoria consolidou um espaço de diálogo e parcerias, estabelecendo uma gestão integrada entre os três entes consorciados - com envolvimento de seus órgãos, setores e lideranças responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação do projeto dos Jogos – e outros parceiros da educação, esporte, lazer, cultura, saúde, vigilância sanitária, serviços aduaneiros, regulamentações, garantias, proteção de marcas, telecomunicações, energia e imigração.

(2) Articulação de políticas públicas

Em continuidade à mediação que a DIOPS vem realizando desde 2011, com o objetivo de discutir com o Ministério da Educação (MEC) os legados e garantias dos Jogos Rio 2016, e atendendo solicitações de instituições locais do Rio de Janeiro, foi discutida e definida a organização do legado educacional esportivo, em cumprimento às responsabilidades assumidas pelo Dossiê dos Jogos.

Após a realização de uma série de três reuniões preparatórias com os entes envolvidos sob a coordenação da DIOPS, considerando as orientações da APO, definiram-se os fundamentos do fórum de Legados Educacional Esportivo, instituído a partir de três premissas: educação, esporte e desenvolvimento.

Sua composição inicial incluiu representantes do MEC, Ministério do Esporte, Secretarias Estadual e Municipal de Educação, Secretaria Estadual de Esporte do Rio de Janeiro e EOM, EGP-Rio e Comitê Rio 2016. As reuniões são mensais com possibilidade da participação de convidados para discussão de assuntos específicos.

Nas reuniões foram socializados projetos, programas e ações desenvolvidos pelas instituições participantes e outras, como representantes do programa Educação do COB, de Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro e do Serviço Social do Comércio (SESC), dentre outras, tendo em vista discutir possibilidades para o legado educacional esportivo dos Jogos.

Destacou-se como um legado esportivo importante o acesso às práticas de esporte e lazer para todos os alunos no contra turno escolar e para a comunidade, considerando o esporte como estratégia pedagógica para a vivência de um estilo de vida saudável e ampliação do acesso de todos, especialmente os sujeitos e grupos que vivem em regiões de menor IDH e grande densidade populacional.

Nesse fórum do Legado Educação e Esporte, a DIOPS acolheu também diversas demandas relativas à capacitação de professores e qualificação do quadro de pessoal da área de serviços e especialmente dos voluntários que irão atuar nos Jogos.

Além disso, após as ações realizadas durante os Jogos de Londres 2012, a Diretoria estreitou relações com o PODIUM, organização vinculada ao Governo britânico, criada com o intuito de reunir universidades inglesas localizadas em áreas distantes de Londres para se envolverem e participarem dos Jogos.

A partir daí, por intermédio do fórum de Legado Educacional Esportivo, a DIOPS acompanhou, no 2º semestre de 2012, os entendimentos para um acordo entre as Instituições Públicas de Ensino Superior Federais na cidade do Rio de Janeiro e o MEC, para unificar o seu atendimento relativamente a demandas e qualificar o cumprimento de ações educacionais e esportivas. A APO espera contribuir com o desenvolvimento das ações acadêmicas de ensino, pesquisa e voluntariado, à luz da experiência londrina. Com essa iniciativa a APO objetiva qualificar as atividades de operações e serviços dos Jogos Rio 2016, que estão sob sua responsabilidade.

Em setembro de 2012, foi organizado um fórum sobre Saúde, após a realização de uma série de três reuniões preparatórias com os entes envolvidos. O fórum é composto por representantes da APO, Comitê Rio 2016, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), representantes das áreas da saúde do Município e das áreas de saúde do Estado do Rio de Janeiro. Suas reuniões são mensais com possibilidade da participação de convidados para discussão de assuntos específicos.

Com a constituição desse fórum, deu-se o início do planejamento das ações conjuntas necessárias ao estabelecimento de uma rede de serviços médicos demandada pelos Jogos, considerando suas especificidades no atendimento aos atletas, à família olímpica e paraolímpica e à população envolvida.

Para isso foram debatidos os seguintes temas: 1) a avaliação sobre a visita aos Jogos Olímpicos de Londres (defesa civil, vigilância em saúde, vigilância sanitária, assistência em saúde) e sistematização das questões prioritárias identificadas; 2) as atribuições dos órgãos responsáveis pelos Jogos; 3) a divisão de responsabilidades e operacionalização dos compromissos, sistematização das questões prioritárias identificadas; 4) o conceito dos serviços médicos do Comitê Rio 2016; 5) o Plano Médico dos Jogos (visão 2016); 6) uma matriz de serviços que a APO estará apresentando ao Comitê Olímpico; 7) os clientes dos Jogos (atletas,

família olímpica, patrocinadores, mídia, força de trabalho e espectadores); 7) a garantia de uma instalação de serviços médicos, em toda instalação oficial, para realizar o primeiro atendimento, independentemente do grupo; 8) os profissionais e serviços envolvidos; 10) ambulâncias necessárias; 11) planejamento e implementação de infraestrutura de energia elétrica; 12) planejamento e operação do processo de gestão de espectro, com participação específica dos técnicos da ANATEL no processo de fiscalização (*shadow*); 13) participação de procuradores da AGU em visitas e reuniões sobre alterações de legislação no processo de implementação de proteção de marcas.

Em relação à área da Saúde, a DIOPS acompanha as ações do MEC e do Ministério do Esporte para financiamento, orientação, ampliação e modernização do Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (LADETEC) e do Laboratório de Controle de Dopagem (LAB DOP) do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que atenderão às demandas dos Jogos relacionadas ao controle de *doping* nos atletas.

A DIOPS compõe o fórum sobre acessibilidade participando da aprovação de um caderno de diretrizes técnicas de acessibilidade e da discussão ainda em vigor sobre a destinação de assentos para deficientes nos Jogos 2016. Além disso, sugeriu a criação de um fórum para fazer um mapeamento das rotas acessíveis na cidade do Rio de Janeiro, cuja constituição está em andamento.

Deve-se registrar que um dos objetivos da mesma é o de organizar a memória dos Jogos, garantindo-lhe segurança, dinâmica no armazenamento, precisão e racionalidade, seja na captação, no tratamento, na disseminação de conteúdos e informações, desde a fase da candidatura, até a entrega do legado olímpico.

O legado documental dos Jogos, definido como um conjunto de documentos e informações produzidas em torno deste megaevento esportivo, reunirá fatos e atos públicos cronologicamente organizados envolvendo documentos de valor arquivístico.

Trata-se de um projeto de estratégia complexa, de alta densidade organizacional, não apenas no âmbito da APO, mas, também, nas Administrações Públicas federal, estadual e municipal.

Foi estruturado um fórum para tratar deste tema composto pelos seguintes órgãos e entidades: APO, EGP-Rio, EOM, Arquivo Nacional, Arquivo do Estado (RJ), Arquivo da Cidade (RJ) e Comitê Rio2016.

Foram realizadas dez reuniões e um *workshop* com o tema Construindo o legado de conhecimento dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, com a participação dos três níveis de Governo, COB, Comitê Rio 2016 e COI.

O Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos, no âmbito da Administração Pública Federal, irá entregar a APO, como parte do apoio daquela

instituição, o planejamento para o programa de gestão e preservação de documentos arquivísticos para a APO, proposta de treinamento para os servidores da APO sobre gestão de documentos convencionais (não digitais) e digitais visando a dotar os servidores de conhecimento, mínimo e necessário, para tratar os documentos produzidos e acumulados no desenvolvimento de suas atividades.

As ações para 2013 do Fórum de Discussão Sobre Legado Documental são as seguintes: 1) aplicação do planejamento elaborado pelo Arquivo Nacional para a gestão e preservação de documentos da APO; 2) capacitação de servidores da APO para gestão de documentos arquivísticos; 3) contratação de um profissional arquivista ou requisição de um servidor do Arquivo Nacional; 4) elaboração de esquema/plano/código de classificação relativos às atividades-fim da APO; 5) elaboração tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim e plano de destinação relativos às atividades-fim da APO; 6) planejamento e estruturação do espaço físico para instalação da unidade de protocolo e arquivo para preservação e conservação de documentos.

A DIOPS teve um papel também muito importante na articulação da participação do Governo Federal na implementação do projeto Casa Brasil, centro de hospitalidade do país durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012. Coordenando o fórum Casa Brasil, o trabalho desempenhado pela Diretoria nesse projeto resultou também na curadoria da exposição “Brasil a hora é essa!”.

A exposição foi a porta de entrada das três exposições presentes na Casa Brasil, com a apresentação de fotos, vídeo e peças de artesanato de todas as regiões do país numa articulação com vários órgãos e entidades. A curadoria de todo esse material foi realizada pela DIOPS, e o material coletado foi posteriormente doado à Embaixada do Brasil em Londres.

Além da exposição, a APO, em conjunto com a Embaixada do Brasil em Londres, foi responsável por 10 eventos de negócios realizados na Casa Brasil e por garantir a participação de representantes brasileiros nas discussões ocorridas nos cinco eventos comerciais da *London Business Network*.

Em Londres, desenvolveu parcerias com a Prefeitura de Londres e o *British Council* no âmbito do projeto *Big Dance* para assinatura de memorando de entendimento com o Ministério da Cultura para elaboração de ações durante a Copa e os Jogos, e com a *Peace One Day*, para expansão de suas campanhas no Brasil nos próximos anos.

A DIOPS foi responsável pela instalação do fórum sobre cultura para os Jogos, que conta atualmente com a participação do Comitê Rio 2016, Ministério da Cultura, Governo do Estado e Prefeitura do Rio de Janeiro, e representantes das cidades do futebol (São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Salvador), com participação das prefeituras e governos estaduais.

Durante as quatro reuniões do fórum realizadas no segundo semestre, a DIOPS acompanhou o desenvolvimento das ações coordenadas pelo Ministério da Cultura para a Copa 2014, bem como as ações pensadas pelas cidades-sede. Ademais, realizou-se, no âmbito do fórum, em parceria com o Ministério da Cultura, o *workshop* Cultura e comunicação nos Jogos Londres 2012. O evento contou com a presença de representantes do Comitê Organizador de Londres (LOCOG), da Prefeitura de Londres e do Festival de Edimburgo, com o objetivo de transferir conhecimento a partir dos resultados da experiência vivida antes, durante e após os Jogos de Londres.

A pauta referente à cultura tratou das questões de programação, financiamento e relação governamental com o Comitê Organizador. O público foi composto pelas instituições integrantes do fórum sobre cultura e representantes de diversas instituições relacionadas.

A DIOPS participou, também, de evento do COI, realizado em Amsterdam, sobre cultura e educação, representando a APO e, ainda em 2012, iniciou a organização do seminário sobre os Jogos de Londres, em parceria com o *British Council* e o *People's Palace Project*, a ser realizado em abril de 2013.

Para 2013, está previsto que o fórum sobre cultura consolide o planejamento estratégico e as ações a serem desenvolvidas nos próximos anos (2013 e 2014), antes do lançamento das Olimpíadas Culturais (após a Copa 2014), bem como as diretrizes que orientarão as ações das Olimpíadas Culturais.

A experiência adquirida por meio do PGO na área de comunicação colaborou para a realização do *workshop* Cultura e comunicação nos Jogos Londres 2012 com a presença de representante da Prefeitura de Londres e do Governo Britânico, tendo como temas questões de governança, projeto de comunicação, programação da importância da imagem de país/cidade que se quer apresentar para o mundo durante os Jogos.

Houve participação da Diretoria no fórum sobre comunicação, coordenado pelo Comitê Rio 2016 e que se reúne semanalmente para discutir principalmente questões referentes à imprensa. Foi proposta a formação de um fórum sobre comunicação de Governos, exatamente para poder dar início às discussões sobre conceito, imagem e comunicação dos Governos para os Jogos.

A consolidação desse fórum e a unificação do discurso dos Governos perante o Comitê Rio 2016 e a imprensa são os grandes desafios para 2013, uma vez que, até o presente momento, os Governos estão se pronunciando sem que haja nenhum tipo de articulação. Outro fato importante a ser estabelecido em 2013 é a definição de imagem de país até e para 2016, que influenciará e norteará as definições nas áreas de turismo, cultura e educação, que consequentemente impactará no trabalho sobre o legado.

As discussões sobre o tema acomodações ocorrem no fórum de mesmo nome coordenado pela EOM, com o objetivo de acompanhar a construção/reforma de novos empreendimentos e assim garantir as demandas exigidas pelo COI e as garantias descritas no Dossiê de Candidatura.

De modo a garantir a qualidade do atendimento e serviço dos hotéis, o Governo Federal desenvolveu um novo sistema de classificação hoteleira. Por meio da formação do grupo de classificação no âmbito do fórum sobre acomodações, a DIOPS possibilitou o início das conversas entre o Comitê Rio 2016, a EOM, o Ministério do Turismo e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) sobre o Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass). Além de três reuniões com os participantes do fórum sobre acomodações, também foram realizadas conversas com as entidades nacionais e locais do setor hoteleiro, de modo a tentar viabilizar a implementação da classificação dos hotéis no Rio de Janeiro.

A reunião com setor hoteleiro contou com a participação de representantes da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA) e do Sindicato dos Meios de Hospedagem, além do Ministério do Turismo, INMETRO, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal.

Ainda no setor de turismo, a DIOPS realizou uma reunião com a participação de representantes de diversas instituições e esferas de Governo com o Sr. David Huse, coordenador do programa *Ambassador*, estratégia de receptivo da Prefeitura de Londres durante os Jogos 2012. O projeto, realizado 100% com mão-de-obra voluntária, foi um grande sucesso e está sendo utilizado como referência por diversos países. Participaram dessa reunião representantes do Governo do Estado, da Prefeitura do Rio de Janeiro, Comitê Rio 2016, Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Governo do Estado de Minas Gerais e entidades afins.

Meta importante para 2013 é a consolidação do Sistema Brasileiro de Classificação (SBClass) na cidade do Rio de Janeiro, cuja adesão não é obrigatória.

A DIOPS, em parceria com o Comitê Rio 2016, tem preparado a turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica no Brasil. Para isso, buscou parceria com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para auxiliar na articulação e mobilização dos governos locais, de modo a viabilizar a execução dos eventos.

Foram planejadas para o início de 2013 reuniões com os prefeitos das 26 capitais e o governador do Distrito Federal para apresentar o projeto e obter contatos que viabilizem a realização do evento. O desafio principal é garantir que os interesses dos governos locais sejam respeitados e efetivados durante a passagem da bandeira pelas 27 capitais.

No setor de eventos, durante os Jogos de Londres, foram realizadas diversas reuniões com o *Foreign Commonwealth Office* (FCO) para o planejamento e participação de representantes do governo brasileiro em diversos eventos, dentre os quais se destacam o dia do Brasil na

Lancaster House, a celebração do dia 7 de setembro na Casa Brasil e a recepção conjunta com o Governo Britânico no encerramento dos Jogos Paraolímpicos.

Na área de isenções fiscais, um dos principais produtos foi a lei de isenções de tributos federais nas operações para os Jogos. Os trabalhos foram iniciados em janeiro de 2012 com reuniões organizadas pela DIOPS com representantes da Receita Federal do Brasil, para conscientização e entendimento das garantias fornecidas no processo de candidatura.

A partir dos entendimentos com a Receita Federal do Brasil, iniciou-se uma série de reuniões com periodicidade mensal, conforme necessidade de atuação no processo para esclarecimento das solicitações apresentadas como necessárias pelo Comitê Rio 2016.

E, de forma a complementar os entendimentos, a DIOPS participou de reuniões de trabalho com representantes do COI e do *Olympic Broadcasting Service* (OBS).

Outro trabalho de êxito foi a estruturação do fórum de trabalho estratégico e operacional do setor de suprimento de energia elétrica para os Jogos. Como resultado houve a publicação da Portaria nº 379/2012, do Ministério de Minas e Energia, que define a criação de grupo coordenado pelo Secretário de Energia Elétrica e participação dos dirigentes das entidades do setor de energia elétrica e do Presidente da APO.

O objetivo principal do grupo é a tomada de decisões estratégicas sobre os processos críticos necessários à elaboração do plano de ação do setor de energia para os Jogos e teve como responsabilidade a formação da Força Tarefa (FT) Olimpíadas, onde participam gerentes e especialistas das entidades do setor de energia e pessoal da DIOPS, responsáveis pelo tema energia para os Jogos.

Nesse contexto, foi criado um fórum operacional de energia, coordenado pela APO, com a participação de entidades do setor de energia elétrica, além de representantes do Comitê Rio 2016.

Os principais produtos do fórum operacional de energia em 2012 foram: 1) definição da arquitetura de suprimento de energia elétrica para os principais locais de competição; 2) transferências de conhecimento (sessões de trabalho em Londres, *workshop* geral sobre as experiências vivenciadas em Londres e preparação de *workshop* de transferência de conhecimento específica do setor de energia de Londres).

Igualmente, diante das atribuições referentes à operação e serviços de telecomunicação para os Jogos, a DIOPS buscou integração junto ao Ministério das Comunicações, Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e TELEBRÁS. Graças a esses encontros foi possível identificar os projetos previstos para a COPA de 2014 que representam a estruturação dos trabalhos básicos de gestão de espectro, favorecendo a preparação desse segmento para os Jogos.

Paralelamente, buscou-se o entendimento das garantias que representam compromissos assumidos no processo de candidatura para os Jogos e o modo de operação de gestão de espectro pela ANATEL no Brasil, que culminou na formação do fórum Telecomunicação para os Jogos, onde participam representantes do Ministério das Comunicações, ANATEL e Comitê Rio 2016, coordenado pela APO.

O Fórum Telecomunicações, que possui periodicidade trimestral, teve como produtos: 1) entendimento dos requerimentos do COI e compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro para gestão de espectro; 2) criação da 1ª versão, respeitando as entregas e prazos solicitados pelo COI, do Plano Operacional de gestão de espectro para os Jogos; 3) planejamento para definição do portfólio de serviços de gestão de espectro; 4) definição dos requisitos necessários para planejamento da infraestrutura de telecomunicações para os Jogos; 5) transferência de conhecimento; 6) reuniões de trabalho e verificação dos serviços de telecomunicação nos Jogos Olímpicos; 7) acompanhamento local do processo de fiscalização durante os Jogos Paraolímpicos; 8) organização em conjunto com a Embaixada Britânica de Brasília de *workshop* com Diretor especialista da agência reguladora de Londres; 9) preparação de sessão de trabalho com o COI.

Para iniciar os trabalhos de planejamento de atuação quanto à proteção de marcas, conforme as garantias ofertadas no processo de candidatura para os Jogos, a DIOPS busca entendimento interno junto à Procuradoria e à Controladoria.

Para expandir o conhecimento sobre a atuação no processo de marcas, previsto e garantido no Ato Olímpico, representantes da DIOPS, o procurador e o controlador da APO estiveram em Londres para participar de reunião específica com a equipe do Governo Britânico, responsável pelos trabalhos de proteção de marcas.

Após os Jogos de Londres iniciou-se a estruturação de fórum para planejamento dos trabalhos de proteção de marcas para os Jogos RIO 2016. Neste sentido, foi efetuada reunião com o objetivo de estabelecer compromisso e parceria para construção de estratégia para planejamento dos trabalhos de proteção de marcas.

Também fez parte dos trabalhos da Diretoria a estruturação do processo de disponibilização de informações oceanometeorológicas. Neste sentido, efetuou a integração com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e o Centro de Hidrografia da Marinha do Ministério da Defesa (CHM). Os produtos foram: 1) entendimento das atribuições das entidades brasileiras na entrega de informações sobre meteorologia e oceanometeorológicas; 2) construção de cooperação técnica com o INMET e CHM para transferência de dados a ser assinado no 1º Semestre de 2013; 3) geração de relatórios sobre o clima e tempo, específicos para entregas periódicas e atemporais para o Comitê Rio 2016; 4) transferência de conhecimento.

Importante ressaltar que além dos trabalhos específicos para disponibilização de dados meteorológicos para o Comitê Rio 2016, também fez parte dos trabalhos da DIOPS a

estruturação de processo para disponibilização de dados para geração de relatórios do *Olympic Games Impact* (OGI).

Neste segmento específico do OGI, os trabalhos foram de entendimento do escopo definido nos manuais técnicos do COI para verificação do impacto dos Jogos Olímpicos no país sede e verificação dos dados, informações e metodologias de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para contribuição na geração dos relatórios.

O principal resultado foi garantir que a contratação pelo Comitê Rio 2016 que contemplasse os estudos efetuados pelo IBGE, pois garante a consistência dos relatórios do OGI frente às estratégias governamentais de crescimento existentes no país independente dos Jogos.

(3) Transferência de conhecimentos

Servidores da DIOPS, juntamente com outros representantes das demais Diretorias da APO, participaram do Programa de Observadores dos Comitês Olímpico e Paraolímpico Internacional como previsto nos manuais técnicos do COI.

A APO realizou no Rio de Janeiro um seminário, em novembro, para que as autoridades britânicas pudessem transmitir as lições aprendidas com a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres 2012.

(4) Capacitação

Foi importante para a qualificação da equipe da APO no que tange à transferência de conhecimentos relativos ao planejamento e execução dos Jogos Mundiais Militares (2011) e observação, acompanhamento e transferência de conhecimento do planejamento e execução da Conferência Rio + 20 (2012).

Ainda como protagonistas do trabalho, responsável pela coordenação e disponibilização, a DIOPS efetuou a integração com a Universidade CAIXA, da Caixa Econômica Federal, na busca de apoio e conhecimento para estruturação de gestão de conhecimento para o PGO com Londres, que culminou na assinatura de acordo de cooperação técnica.

Com esta cooperação técnica, a Universidade CAIXA disponibiliza cinco cursos de formação básica para os servidores da APO, conhecimento e consultoria sobre metodologia de gestão de conhecimento e consultoria para estruturação do Programa Governamental de Observadores para garantir a efetividade do programa para perpetuidade dos conhecimentos adquiridos pelos participantes do programa das diversas entidades governamentais.

Já a APO disponibiliza para a Universidade CAIXA conhecimentos específicos sobre os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no tratamento de multidões, estratégias operacionais e de gestão com foco em grandes volumes, visto a similaridade de tratamento necessário para atuação

da CAIXA junto à população brasileira, bem como as experiências inovadoras utilizadas nos Jogos para construção das instalações olímpicas.

3.5.5. Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego - DIMOB

A infraestrutura de mobilidade, trânsito e tráfego está entre as que o Brasil se comprometeu a prestar para a realização dos Jogos. Destaca-se a existência de cartas-compromisso firmadas por autoridades brasileiras, as quais garantiram, dentre outras, ações nessa área, cujo tema consta no Dossiê de Candidatura, em especial do Tema 15.

A partir do contexto em que estão se desenvolvendo as ações de organização para a mobilidade, trânsito e tráfego nos grandes eventos, é possível identificar como missão final da Diretoria de Infraestrutura de Mobilidade, Trânsito e Tráfego (DIMOB) garantir a entrega, através da interação dos três entes, além de outros agentes públicos e privados empenhados nas ações de mobilidade, trânsito e tráfego, dos projetos referentes à área, necessários à organização dos Jogos, de forma que estes se realizem de forma segura e pacífica, garantindo o uso do legado do evento.

Frente à sua missão, que basicamente diz respeito à garantia de entrega dos serviços de mobilidade, transporte e tráfego dos Jogos em nível adequado, a DIMOB desenvolveu ações que podem ser resumidas na forma que segue.

A DIMOB coordena o fórum sobre aeroportos, grupo técnico setorial que reúne os responsáveis pela realização dos compromissos assumidos no Dossiê de Candidatura Rio 2016 com relação à infraestrutura aeroportuária. O objetivo do fórum é garantir um modelo de governança participativa que viabilize o planejamento das ações estratégicas, acelere as medidas a serem tomadas para a execução das tarefas planejadas e permita a discussão sobre os riscos e alternativas dos projetos que englobam a área. Participam desse grupo técnico membros formalmente indicados das instituições legais que representam os três níveis de governo, além da Secretaria de Aviação Civil (SAC), ANAC, Infraero e Comitê Rio 2016.

Por meio da coordenação desse fórum, a mesma executou diversas atividades como:

- Organização e sistematização dos projetos de melhoria e ampliação dos aeroportos em forma de Ficha de Projetos (FIP) junto aos entes executores das obras, orientando-os quanto à formatação, prazo, escopo, metas, etc.
- PGO Londres 2012: visita a Londres (Aeroporto de Heathrow/BAA) para compreender a operação aeroportuária durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, bem como o modelo de governança desenvolvido para gerenciar o tema.
- Programa de Observadores Rio +20: participação do fórum sobre aeroportos com o objetivo de acompanhar a operação de chegadas e partidas do público da conferência, com ênfase no tratamento aos dignitários.
- Criação de comissão para discutir a integração do BRT Transcarioca com os aeroportos Galeão e Santos Dumont. A obra, em curso, é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras (RJ), cujo

projeto recebeu diversas sugestões de melhoria no que se refere ao entorno dos aeroportos – viário, pontos de ônibus, retornos, acessos a estacionamento, estações, etc.

- Atividades de orientação, nivelamento de informações e visitas técnicas com os representantes dos concessionários dos aeroportos Guarulhos, Brasília e Viracopos, com a participação da SAC e ANAC.
- Atualização do Caderno de Transportes com atuação em conjunto com os três níveis de Governo. Trata-se de documento entregue junto com o Dossiê de Candidatura, que detalha os compromissos assumidos e os projetos de transporte, incluindo as questões afetas à infraestrutura aeroportuária.
- Manual Comitê Técnico de Eventos Especiais CONAERO: documento que consolida as orientações e ações estratégicas dos órgãos prestadores de serviços públicos nos aeroportos durante os períodos de alta demanda, visando ao bom fluxo de passageiros e bens e otimizando a utilização da infraestrutura aeroportuária.
- Envolvimento das Autoridades Aeroportuárias Locais das Cidades do Futebol – Salvador, Brasília, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.
- Participação em eventos técnicos do COI na área de infraestrutura de transporte.

Resultados e metas alcançados em relação ao tema aeroportos:

- Definição da estrutura de governança para desenvolver o planejamento dos aeroportos envolvidos na operação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.
- Atualização da Tabela de Conectividade (ANAC).
- Atualização do Livro de Transportes.
- Entrega da primeira versão do Plano Operacional do Aeroporto Galeão.
- Consolidação das informações coletadas nos programas de observação Londres 2012 e Rio +20 e aplicação das lições aprendidas na elaboração dos manuais de grandes eventos.
- Conclusão da proposta de melhoria da integração do projeto do BRT com os dois aeroportos. A proposta encontra-se em avaliação de custos pela SMO-RJ.

Algumas dificuldades encontradas pela DIMOB no tema aeroportos: contratação e atualização de estudos necessários ao planejamento da operação aeroportuária durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por exemplo, o estudo de demanda (ar e terra).

As principais ações, atividades e projetos previstos para 2013 no tema aeroporto são:

- Entrega da primeira versão do Plano Operacional do Aeroporto de Guarulhos e desenvolvimento do Plano Operacional dos aeroportos das cidades do futebol.
- Atualização da Tabela de Conectividade junto com a ANAC e área de esportes do Comitê Organizador Rio 2016.
- Organização do Programa de Observação nos aeroportos das cidades do futebol durante os eventos Copa das Confederações 2013 e Jornada Mundial da Juventude.
- Sistematização dos requisitos básicos para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e outros manuais técnicos para envio à SAC/ANAC com o objetivo de contribuir para a elaboração do edital de licitação do Aeroporto Galeão.

No âmbito de portos, a Diretoria é a coordenadora do fórum de mesmo nome, cujo objetivo é gerenciar as ações necessárias para dotar o porto do Rio de Janeiro das condições e estrutura que permitam a utilização da área como instalação não-esportiva durante os Jogos, com base nos compromissos assumidos na candidatura. Ressalte-se que as melhorias planejadas para o porto estão orientadas para a revitalização da área e para a ampliação da capacidade turística.

No âmbito da dinâmica desse fórum foi desenvolvido um conjunto de ações com vistas a sistematizar e conciliar todos os projetos em curso na região do porto, a saber:

- Integração do projeto do píer com a cidade (modo legado e modo Jogos).
- Identificação dos serviços necessários à operação dos Jogos após a construção do píer em Y em conciliação com o modo legado – fornecimento de água, energia, esgotamento, retirada de lixo sólido e líquido, iluminação, etc.
- Participação dos integrantes do fórum em *workshops*, reuniões e visitas técnicas com consultores do COI
- Sistematização das informações dos projetos ((FIP)): construção do píer em Y e reforma dos armazéns.
- Participação no PGO de Londres 2012.
- Organização do PGO durante a temporada 2012/2013.

Nesse tema, os resultados e metas alcançados foram:

- Identificação das etapas a serem seguidas na construção do Píer em Y, tais como apresentação do projeto inicial à Capitania dos Portos (RJ), início das obras e da dragagem, contratação de obras para instalação de serviços no píer, instalação de sinalização a ser usada durante a construção, entre outros.
- Realização do PGO (navios de cruzeiro) durante a temporada 2012/2013.
- Primeira versão do mapa do porto projetado para 2016.

Algumas dificuldades em relação ao tema portos são:

- Atraso no início das obras de grande porte na área do porto que impactam diretamente a operação da instalação durante os Jogos Olímpicos.
- Contratação de estudos de demanda e fluxo e análises de risco.

Para 2013, a DIMOB planeja as seguintes ações, atividades e projetos:

- Finalização do cronograma da execução de todos os projetos em curso na região, estabelecendo interdependências entre eles e identificando riscos.
- Revisão a numeração dos cabeços em função da construção do píer em Y.
- Revisão da garantia emitida pela Companhia Docas do Rio de Janeiro em decorrência da mudança da numeração dos cabeços.
- Elaboração de uma matriz de atividades dos projetos com o apontamento dos responsáveis pelas ações.

Por fim, a DIMOB participou do PGO, com o objetivo de promover a transferência de conhecimento em áreas específicas de atuação do setor público, procurando, desta maneira, executar com eficiência a implementação das obras, operações e serviços para os Jogos. Mais especificamente, o PGO na área de mobilidade, trânsito e tráfego teve como objetivo conhecer a estratégia adotada para garantir esses itens diante das necessidades dos Jogos, em face das soluções estruturantes para o país-sede.

Não foi um evento deliberativo, mais, sim, uma troca de experiências tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

A Agenda do Programa Governamental de Observadores (PGO) foi desenvolvida durante os dias 3 a 7 de setembro de 2012, na cidade de Londres – Reino Unido.

4 - Divulgação Institucional

Visando demonstrar à sociedade os efeitos de sua atuação, a APO promove a divulgação de suas atividades por meio de variados instrumentos que apresentam sua missão institucional, seu campo de atuação, suas principais ações de fiscalização e os resultados alcançados.

O site da Autoridade Pública Olímpica foi reformulado, tornando possível a inserção de notícias e fotos, redes sociais (*facebook* e *twitter* - que foram criados), com layout a ser aproveitado na construção do portal definitivo que compreenderá idiomas e formas de acessibilidade compatíveis com as necessidades dos atletas paraolímpicos.

Foi construído mailing provisório de jornalistas a fim de dar transparência às atividades da Autoridade Pública Olímpica, por meio do envio de textos (releases), fotos, sugestões de pauta, especialmente a setoristas que acompanham noticiário esportivo e de grandes eventos (editoria de Cidades

Diariamente, a ASCOM produz clipagem de notícias com enfoque no noticiário que envolve as Olimpíadas, assim como de setores que impactam a realização dos jogos, quer seja da realização de obras de infraestrutura ou de serviços como aeroportuários, de energia, telefonia, segurança, entre outros.

As divulgações que ocorreram em entrevistas agendadas previamente estão descritas a seguir, observando, porém, que entrevistas ou esclarecimentos concedidas em eventos públicos em que são atendidos simultaneamente ou de modo alternado profissionais de imprensa de diversos veículos (entre jornais, agências, revistas, rádios, Tvs e sites de notícias) não estão aqui incluídas.

13/07/2012

Entrevista à Agência Estado sobre Negócios/Economia nas Olimpíadas

23/07/2012

Entrevista para o UOL, sobre execução orçamentária da APO e andamento das obras das Olimpíadas.

25/07/2012

Entrevista à Folha de S. Paulo, para oportunidades para pequenas e médias empresas na preparação das Olimpíadas

26/07/2012

Entrevista à Agência Câmara após audiência na Comissão de Turismo e Desporto e Viação e Transporte da Câmara dos Deputados

03/08/2012

Entrevista à Rádio Câmara sobre o Programa Governamental de Observadores – PGO de Londres

06/08/2012

Entrevista à Agência Brasil/NBR e Rádibrás em Londres em evento na Embaixada do Brasil

08/08/2012

Entrevista à BBC sobre oportunidades de negócios no Brasil derivadas das Olimpíadas;

Entrevista no estúdio da Sport TV, em Londres, na New Zealand House.

17/08/2012

Entrevista à revista França-Brasil sobre oportunidades e desafios diante das Olimpíadas

20/08/2012

Entrevista (ping-pong) a Diretor do Brasil Econômico

21/08/2012

Entrevista em estúdio do canal Rede Vida em Brasília

22/08/2012

Em Brasília, entrevistas à revista IstoÉ; ao jornal O Globo e à equipe de TV da Comunicação Social do Exército

23/08/2012

Produção de artigo para o jornal O Povo do Ceará sobre preparação das Olimpíadas e Paraolimpíadas

31/08/2012

Entrevista à Unbrain TV, em Londres

07/09/2012

Entrevista à NBR sobre o Programa Governamental de Observadores (PGO) durante evento do dia 7 de Setembro na Embaixada do Brasil em Londres

11/09/2012

Café da manhã com jornalistas com o objetivo de fazer balanço do PGO em Londres, junto com a cônsul geral do Reino Unido, Paula Walsh. Compareceram os seguintes veículos: Globo News, TV Brasil, Agência Brasil, O Estado de S. Paulo, Terra e CBN.

12/09/2012

Entrevista em estúdio da Record em São Paulo ao jornalista Paulo Henrique Amorim para programa semanal da Record News e para o diário Jornal da Record

13/09/2012

Entrevista à IstoÉ Dinheiro, sobre ações ambientais voltadas para Olimpíadas

18/09/2012

Entrevista para o noticiário *on line* de O Globo. Assunto: instalações já existentes para as Olimpíadas de 2016.

20/09/2012

Entrevista à CBN sobre a participação da APO nas Olimpíadas de Londres.

27/09/2012

Entrevistas após palestra no Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex) para Valor Econômico, Agência Brasil, Folha de S. Paulo, CBN e GloboNews

28/09/2012

Entrevista coletiva no Palácio do Planalto após evento que teve a presença da presidenta Dilma Rousseff e do primeiro ministro britânico David Cameron, em que foi renovado Memorando de Entendimento entre os dois governos para execução do Programa Governamental de Observadores

8/10/2012

Entrevista para blog do UOL – papel da APO na preparação das Olimpíadas de 2016

11/10/2012

Entrevista à Agência Brasil sobre o Decreto de Acessibilidade voltado para as Olimpíadas

25/10/2012

Almoço-entrevista com diretor de redação e colunista do jornal Extra

31/10/2012

Entrevistas para o Correio Popular de Campinas e o jornal O Globo– sobre recepção de cavalos no aeroporto de Viracopos.

1/11/2012

Entrevista à Folha de S. Paulo sobre orçamento do debriefing do PGO de Londres realizado em parceria com o Governo da Inglaterra

5/11/2012

Almoço-entrevista com colunista do jornal O Globo

9/11/2012

Entrevista à Agência Estado

13/11/2012

Almoço-entrevista com editora da TV Reuters

21/11/2012

Reunião com diretor e com editor de esporte do Grupo Estado de São Paulo, no Rio de Janeiro.

22/11/2012

Entrevista coletiva concedida juntamente com ministro britânico do Esporte, com o presidente da Olympic Delivery Authority -ODA de Londres; com o coordenador nacional de Segurança Olímpica do Reino Unido e com a cônsul geral do Reino Unido sobre o evento debriefing PGO-Londres

23/11/2012

Produção em conjunto com o ministro britânico do Esporte do artigo *Uma cooperação de ouro*, publicado no jornal O Globo (28/11)

Entrevista às revistas *Carioquice* e *Seguros Privados*

29/11/2012

Entrevista coletiva concedida, após evento em Fortaleza: “Conferência sobre Relações Exteriores”, que tratou de megaeventos, cultura e diplomacia

5/12/2012

Entrevista à CBN, Terra e Agência Brasil após palestra do presidente a alunos de Educação Física de Santa Maria (RS) sobre a preparação das Olimpíadas

13/12/2012

Entrevistas a jornalistas durante jantar anual da Associação dos Correspondentes Estrangeiros no Brasil

5. Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira

5.1 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

5.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Autoridade Publica Olímpica- APO/FEDERAL	91005	913001
Autoridade Publica Olímpica- APO/ESTADUAL	91006	913002
Autoridade Publica Olímpica- APO/MUNICIPAL	91007	913003

5.1.2 Programação de Despesas

5.1.2.1 Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contrato de Rateio	UNIÃO	73.533.153	6.800.000	0	0	75.010.603	14.000.000
	ESTADO	0	0	0	0	100.000	100.000
	MUNICÍPIO	0	0	0	0	1.000	100.000
Créditos	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Cancelados	0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		73.533.153	6.800.000	0	0	75.111.603	14.200.000

Fonte: SIAFI

5.1.2.2 Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contratode Rateio	União	5.000.000	0	0	0	0	0
	Estado	100.000	0	0	0	0	0
	Município	0	0	0	0	0	0
Créditos	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	0	0	0	0	0	0
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		5.100.000	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

5.1.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$1,00

1Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
Contrato de Rateio	União	75.010.603	14.000.000	5.000.000	0	0	0
	Estado	100.000	100.000	100.000	0	0	0
	Município	1.000	100.000	0	0	0	0
Créditos	Suplementares	0	0	0	0	0	0
	Créditos	0	0	0	0	0	0

	Cancelados						
Outras Operações		0	0	0	0	0	0
Total		75.111.603	14.200.000	5.100.000	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Autoridade Pública Olímpica é classificada como autarquia em regime especial, não integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade de qualquer dos Entes que a compõem (União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro). Seu orçamento é não Legislativo e sim Contratual. No curso de 2012, o valor estabelecido não foi integralmente repassado à autarquia no que respeita aos recursos de custeio e investimentos.

Cabe ressaltar que os recursos oriundos do Contrato de Rateio 2012 foram repassados pelo Ministério do Esporte como a seguir discriminado:

- em 14 de dezembro: recursos de pessoal, e
- em 31 de dezembro; recursos de custeio, sendo que o valor de investimento não foi repassado até esta data.

Salienta-se, ainda, que os recursos efetivamente repassados pelo Ministério do esporte foram inferiores aos previstos no Contrato de Rateio e indicados nos quadros de programação acima apresentados.

Finalmente, destaca-se que os Contratos de Rateio foram firmados no último bimestre dos exercícios de 2011 e 2012, determinando a contabilização de superávit.

5.2. Execução Orçamentária**5.2.1 Execução da Despesa com Créditos Originários****5.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	708.055,37	0	708.055,37	
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	708.055,37		708.055,37	
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	
2. Contratações Diretas (g+h)	141.634,81		141.634,81	
g) Dispensa	36.124,19	0	36.124,19	0
h) Inexigibilidade	105.510,62	0	105.510,62	0
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	9.531.106,34	300.305,60	9.531.106,34	300.305,60
j) Pagamento em Folha	8.871.802,09	300.305,60	8.871.802,09	300.305,60
k) Diárias	641.304,65		641.304,65	
5. Outros	494.900,43	103.262,95	494.900,43	103.262,95
6. Total (1+2+3+4+5)	10.875.696,95	403.568,55	10.875.696,95	403.568,55

Fonte: SIAFI

5.3 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	0	0	0	0
2010	0	0	0	0
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	14.176.184,80	11.139.706,38	2.951.478,42	85.000,00
2010	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

6 – Previsão para o Próximo Semestre

Para o primeiro semestre de 2013, a Autoridade Pública Olímpica continuará o processo de estruturação das suas diferentes áreas, finalísticas e administrativa, com a elaboração dos respectivos atos normativos.

Alinhados às necessidades de adaptação à Lei de Acesso à Informação (LAI), que permite aos cidadãos solicitar dados de caráter público a qualquer órgão da esfera federal, a APO encontra-se em processo final de reestruturação e atualização do site institucional, com o objetivo de permitir que a lei seja cumprida em sua plenitude.

No âmbito da governança e definições finalísticas, dará sequência a sua participação, em conjunto com representantes dos três níveis de governo e do Comitê Rio 2016, nas reuniões dos Comitês de Coordenação e Executivo.

Objetiva-se, igualmente, avançar nas reuniões dos grupos de trabalhos já existentes, e na estruturação de novos grupos como forma de identificar possíveis dificuldades e busca de soluções para a perfeita realização dos jogos.

A APO continuará o trabalho de coordenação dos Grupos Técnicos instituídos nos termos dos Acordos de Cooperação firmados em maio de 2012 entre o governo federal, a Autarquia e os

governos estadual e municipal, com vistas a que os três entes federativos encaminhem no devido tempo previsto em cronogramas a entrega das instalações esportivas dos complexos de competições da Barra da Tijuca e Deodoro.

Com relação à realização dos Jogos, o Programa Governamental de Observadores - PGO incrementará as ações com novas parcerias objetivando o acompanhamento da realização de grandes eventos mundiais que guardem consonância com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e absorvendo informações sobre a expertise processual para realização de Jogos Olímpicos. Com vistas à transmissão e uniformização de conhecimentos serão realizados novos seminários com todos os observadores e representantes do governo londrino, além de eventos com as novas parcerias estabelecidas no âmbito do Programa.

No âmbito internacional, a participação da APO nos eventos oficiais do COI e IPC, a partir da previsão dos calendários que foram apresentados por aqueles entes internacionais, estão discriminadas a seguir:

Calendário dos Eventos Oficiais do COI e IPC com participação da APO – 1º Semestre de 2013 (previsão)

Evento			Data	
Classificação	Edição	Tipo	Início	Término
VICR-COI	13	Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	21/01/13	24/01/13
VICR-COI	14	Sessões de acompanhamento dos projetos de instalações esportivas e não esportivas	17/06/13	21/06/13
COCOM	4	Coordination Commission COI – acompanhamento dos projetos (todos os temas) pelo comitê de coordenação do COI	18/02/13	20/02/13
PR-COI	7	Project Review COI – revisão do projeto pelos especialistas do COI, Secretário Geral e Presidente da Comissão de Coordenação do COI	22/04/13	23/04/13
OGKM-COI	2	OGKM on Transport – transferência de conhecimento na área de transportes	23/04/13	23/04/13
TICR - COI	2	Transport Review – revisão dos projetos da área de transportes	25/02/13	01/03/13
TICR - COI	3	Transport Review revisão dos projetos da área de transportes	24/04/13	24/04/13
TICR - COI		Transport Review - revisão dos projetos da área de	26/04/13	26/04/13

		chegadas e partidas		
Working Session - Energia		Sessão de trabalho - energia	29/01/13	31/01/13
Legacy Review - COI	1	Legacy Review - revisão do planejamento de Legado dos Jogos	12/06/13	12/06/13

7 - Considerações Finais

O presente relatório evidencia, por si só, a amplitude e a complexidade das ações desenvolvidas no âmbito da APO, envolvendo um sem-número de entidades públicas e privadas no Brasil e no exterior. Nesse sentido, a Autarquia cumpre o seu objetivo legal visando assegurar a disponibilização da infraestrutura e serviços indispensáveis à realização dos Jogos de 2016 e a constituição de legado de expressivo conteúdo e valor para a sociedade brasileira.

Estamos certos de que a ação coordenada juntamente com os três níveis de governo e o Comitê Rio 2016 está encaminhando de forma positiva o adequado cumprimento de nossa missão.

TABELAS

TABELA 1 - REUNIÕES NA ESFERA FEDERAL

Conjunto de reuniões realizadas no âmbito do governo federal destinadas discutir temas relevantes para a organização dos Jogos de 2016, envolvendo as responsabilidades pela construção de instalações esportivas, questões fundiárias, financiamento e isenções fiscais ao Comitê Olímpico Internacional e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Intituições envolvidas: Casa Civil e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, APO, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte, da Fazenda, de Minas e Energia, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União, Forças do Ministério da Defesa e Ministério da Justiça (SESGE), Caixa Econômica Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, e empresas de Pesquisa Energética, FURNAS, LIGHT, AMPLA e INFRAERO. Em reunião com a Presidenta da República e Ministra Chefe da Casa Civil da Presidência da República estiveram presentes o Governador do Estado, o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro.

06/07/2012 Reunião na APO com representantes do município do Rio de Janeiro indicados para compor GT previsto na Cláusula Quarta do Acordo de Cooperação Técnica União, Município-RJ e APO Pauta: a) Instalação de Grupo Técnico: apresentação dos representantes; b) Situação dos procedimentos em relação a termos de referência e detalhamento das instalações, com vistas às licitações para elaboração dos projetos; c) Apresentação, pelo município, do cronograma previsto para conclusão das obras a serem executadas, detalhado por equipamento; e d) Apoio técnico da Caixa. APO/ Sede/ RJ	11/07/2012 Reunião no Ministério de Minas e Energia, com representantes dos Ministérios do Esporte, da Secretaria de Desenvolvimento e Energia do Estado do Rio de Janeiro, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, de Furnas, da Light e da AMPLA. Pauta: Instalação do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria MME nº 379/2012, responsável por elaborar o Plano de Ação para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, visando garantir o suprimento de energia elétrica para esses eventos. Ministério de Minas e Energia, Brasília/DF
---	--

12/07/2012 Reunião com representantes das Secretarias-Executivas da Casa Civil /PR, do Ministério do Esporte e da Controladoria- Geral da União, da Subchefia de Articulação e Monitoramento e da Assessoria Especial da Casa Civil/PR, e das Secretarias do Orçamento/MPOG, de Política Econômica/MF e do Tesouro Nacional/MF. Pauta: Procedimentos para implementação do art. 15 da Lei nº 12.035/2009 – Ato Olímpico. Secretaria de Orçamento Federal/MPOG, Brasília/DF	18/07/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, representantes da Secretaria-Executiva da Casa Civil /PR, do Ministério do Esporte e da Controladoria-Geral da União, da Subchefia de Articulação e Monitoramento e da Assessoria Especial da Casa Civil/PR, e das Secretarias do Orçamento/MPOG, de Política Econômica/MF e do Tesouro Nacional/MF. Pauta: regulamentação do art. 15 da Lei nº 12.035/2009 – Ato Olímpico. Secretaria de Orçamento Federal/MPOG, Brasília/DF
31/07/2012 Reunião com Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, e com Consultoria da AGU/PR. Pauta: Relatório do Jardim Botânico/RJ sobre a área prevista para o novo autódromo. Palácio do Planalto, Brasília/DF Advocacia-Geral da União, Brasília/DF	22/08/2012 1. Reunião Setorial – Ministérios do Esporte e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Participantes: Secretária-Executiva do MPOG, Secretário-Executivo e de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, Diretor da SPU/MPOG e assessores da Secretária-Executiva, SPU, SEPAC, todas do MPOG. Pauta: Terrenos para as Olimpíadas no Rio de Janeiro Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Brasília/DF 2. Reunião com Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil sobre aeroportos Secretaria de Aviação Civil, Brasília/DF

13/09/2012	Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com Ministros da Casa Civil/PR, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e do Esporte e Subchefia de Acompanhamento e Monitoramento/CC/PR. Pauta: Decreto CGOlimpiadas. Palácio do Planalto, Brasília/DF	19/09/2012	Reunião na Presidência da República, com a presença da Presidenta da República. Presentes: Ministra-Chefe da Casa Civil/PR e Ministro do Esporte. Governador do Estado do Rio de Janeiro, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro e Presidente do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Pauta: Conselho dos Jogos Olímpicos 2016. Palácio do Planalto, 3º andar. Gabinete. Brasília/DF
19/09/2012	Reunião na Casa Civil da Presidência da República, Ministra-Chefe da Casa Civil/PR, Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Esporte, Governador do Estado do Rio de Janeiro e Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro. Pauta: Assuntos decorrentes da reunião com a Presidenta da República. Palácio do Planalto. Brasília/DF.	28/09/2012	Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com representantes da Subchefia de Articulação e Monitoramento-SAM/CC/PR, do Ministério do Esporte, da Advocacia-Geral da União e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Pauta: Acessibilidade (parâmetros de acessibilidade para as instalações Olímpicas e Paraolímpicas). Palácio do Planalto, Brasília/DF
02/10/2012	Reunião na APO com Presidente da INFRAERO, Secretário de Defesa Agropecuária e responsáveis pelo VIGIAGRO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Pauta: Recepção de equínos em aeroportos: procedimentos aduaneiros e sanitários, construção de baias, quarentena, com vistas às competições equestres dos Jogos Olímpicos de 2016.	02/10/2012	Reunião no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com Secretária-Executiva do MPOG e representantes da SAM/CC/PR, do Ministério da Defesa e dos Comandos do Exército e da Aeronáutica. Pauta: Utilização dos terrenos do Exército e da Aeronáutica durante

Escritório da APO em Brasília. CCBB. 2º andar, Brasília/DF	a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. 6º andar. Brasília/DF
04/10/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República, com representantes da SAM/CC - Subcheefe e Assessores; do MP/SEPAC - Diretor e Coordenador Geral da Diretoria de Infraestrutura; do Ministério do Esporte - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento e Coordenador de Engenharia; da STN/MF - Assessoria; pela CGU - Diretora de Auditoria da Área de Produção e Tecnologia e Assessoria; da CAIXA - Gerente Executivo; e da APO - Diretor e Superintendente da Diretoria de Infraestrutura Esportiva e Meio Ambiente. Pauta: Olimpíadas- instalações: monitoramento do Grupo Técnico e de Apoio. Palácio do Planalto, Brasília/DF	30/10/2012 Reunião na APO com a participação de representantes da SAM/CC/PR, Ministérios do Esporte, da Defesa (Comandos do Exército e da Aeronáutica), do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC e Superintendência da SPU/RJ) e das Cidades e Governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro. Pauta: Complexo de Deodoro APO/ Sede/ RJ
31/10/2012 Reunião na Superintendência do Aeroporto de Viracopos em Campinas/SP, com a presença do Superintendente do Aeroporto, do Presidente e do Diretor de Engenharia da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e da Assessora da Presidência da INFRAERO. Pauta: Visita ao TECA: terminal de cargas geral, transelevador e terminal de cargas vivas. Aeroporto de Viracopos - Campinas/SP	06/11/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República com representantes da SAM/CC/PR, da Assessoria Especial da Casa Civil/PR, da SEPAC/MP, do Ministério do Esporte, da STN/MF, da CGU e da Caixa. Pauta: a) Olimpíadas - instalações: monitoramento do Grupo Técnico e de Apoio; b) Solução financeira para as questões da Vila dos Atletas acordadas com o Comitê Organizador dos Jogos-COJO; c) Plano de destinação dos equipamentos olímpicos. Palácio do Planalto. Brasília/DF

06/11/2012 Reunião na Casa Civil da Presidência da República com representantes da SAM/CC/PR e das áreas jurídica, de controladoria e de auditoria da APO. Pauta: Déficit COJO Palácio do Planalto. Brasília/DF	06/11/2012 Reunião com a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Pauta: Divulgação da Matriz de Responsabilidade Palácio do Planalto. Brasília/DF
19/11/2012 Reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR com a presença de representantes: pela SAM/CC - Subchefe e Assessores; pelo Ministério do Esporte - Secretário Executivo; pelo Ministério da Cultura - Secretária Executiva; pela AGU - Coordenadora e Coordenadora Substituta do GECOPA; pela Secretaria Especial de Portos - Secretário Executivo; e pela Companhia Docas do Rio de Janeiro/CDRJ - Presidente Pauta: Olimpíadas : Pier em Y no Porto do Rio. Palácio do Planalto. Brasília/DF	26/11/2012 Reunião na Secretaria Extraordinária de Segurança Para Grandes Eventos/MJ com o Secretário e Diretor de Inteligência Pauta: Apresentação de Programas de Segurança para a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, eventos no Rio de Janeiro. SESGE/MJ. Brasília/DF
27/11/2012 Reunião coordenada pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR com a presença de representantes: pela SAM/CC - Subchefe e Assessores; pelo Ministério do Esporte - Secretário Executivo e Nacional de Esporte de Alto Rendimento; pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Diretor da SEPAC; pela CGU - Diretora de auditoria e assessora; pelo Ministério da Fazenda, Coordenador da STN e pela Caixa, Superintendente Nacional e Gerente Executivo. Pauta: Olimpíadas : monitoramento do grupo técnico e de apoio.	28/11/2012 Audiência Pública na Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados. Requerimento nº 145/2012 do Deputado Rubens Bueno. Tema: planejamento geral dos Jogos Olímpicos, projetos, obras e reformas a serem realizadas. Demais convidados: representantes de entidades estaduais e municipais do Rio de Janeiro e do Comitê Rio 2016 Anexo II, Plenário 5 da Câmara dos Deputados. Brasília/DF

APO/ Sede/ RJ	
06/12/2012	18/12/2012
Reunião na Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR Presentes: o Subchefe da SAM/CC e representantes do Ministério da Defesa (Secretário de Coordenação e Organização Institucional e o Diretor de Patrimônio do Exército) e do Ministério do Esporte Pauta: Novo traçado da Avenida Transolímpica no Rio de Janeiro. Palácio do Planalto, Brasília/DF	Reunião coordenada pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil/PR. Presentes: o Subchefe da SAM/CC, Secretário Executivo do Ministério do Esporte, governos do Estado e do Município do Rio de Janeiro, e representantes do Comitê Rio 2016 Pauta: Art. 15 da Lei nº 12.395/2009 - déficit. APO/ Sede/ RJ

TABELA 2 - REUNIÕES DA PRESIDÊNCIA E DIRETORIA EXECUTIVA DA APO COM A DIREÇÃO DO COMITÊ ORGANIZADOR RIO 2016

Este fórum foi estabelecido durante o primeiro semestre de 2012 com a finalidade de manter atualizada a discussão das matérias de interesse e eleger as prioridades para os trabalhos futuros, tendo em vista a agenda de monitoramento e a diversidade de temas a merecer gerenciamento. No segundo semestre de 2012 as reuniões foram suspensas quando da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres.

02/07/2012 Governança(Termos de Referência; Segurança; Transporte; Sustentabilidade e Legado); Dashboard do COI (aeroporto; acomodação; sustentabilidade; legado; plano de comunicação para o Laboratório e para a ABCD; plano operacional do Laboratório; e da ABCD; serviços médicos e energia); Matriz de Responsabilidade; Isenções Tributárias (relatório de progresso); acompanhamento das contas do Rio 2016; terreno da aeronáutica adjacente ao futuro Centro de Treinamento(relatório de Progresso); Dados Meteorológicos.	09/07/2012 Governança(Termos de Referência; Segurança; Transporte; Sustentabilidade e Legado); Dashboard do COI (aeroporto; acomodação-reclassificação de hotéis; sustentabilidade; legado; plano de comunicação para o Laboratório e para a ABCD; plano operacional do Laboratório; e da ABCD; serviços médicos-plano para atender à demanda por ambulâncias e energia- grupo de trabalho especial); Matriz de Responsabilidade (segurança e sustentabilidade; aprovação pelo Conselho Público Olímpico e comunicação da Matriz ao público); Isenções Tributárias (relatório de progresso); acompanhamento das contas do Rio 2016; terreno da aeronáutica adjacente ao futuro Centro de Treinamento(relatório de Progresso); Dados Meteorológicos.
--	---

27/08/2012

Governança(Termos de Referência; Segurança; Transporte; Sustentabilidade e Legado); Dashboard do COI (aeroporto; acomodação-reclassificação de hotéis; sustentabilidade; legado; plano de comunicação para o Laboratório e para a ABCD; plano operacional do Laboratório; e da ABCD; Remessas de amostras – plano operacional; serviços médicos-plano para atender à demanda por ambulâncias e energia- grupo de trabalho especial); Matriz de Responsabilidade (segurança e sustentabilidade; aprovação pelo Conselho Público Olímpico e comunicação da Matriz ao público); Isenções Tributárias (relatório de progresso); acompanhamento das contas do Rio 2016; terreno da aeronáutica adjacente ao futuro Centro de Treinamento(relatório de Progresso); Dados Meteorológicos.

TABELA 3 - COMITÊ DE COORDENAÇÃO

O Comitê de Coordenação é uma instância de discussão e encaminhamento dos assuntos referentes à organização da infraestrutura e serviços para realização dos Jogos Olímpicos de 2016. É composto pelos dirigentes da Autoridade Pública Olímpica, Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Empresa Olímpica Municipal e Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Os membros utilizam este fórum para o acompanhamento dos preparativos no nível estratégico, estabelecendo os consensos necessários ao desempenho harmônico das atividades de cada um dos entes envolvidos.

13/07/2012 Relatório de Progresso das ações solicitadas em reuniões anteriores; Governança (termos de referência, Segurança, Transporte, Sustentabilidade, Legado); ABCD e Laboratório. Relatório de Pendências(Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana, Zona Portuária); relatório de progresso do grupo de trabalho de Finanças; relatório de progresso sobre cessão do terreno da Aeronáutica adjacente ao futuro Centro Olímpico de Treinamento.	24/08/2012 Relatório de Progresso das ações solicitadas em reuniões anteriores; Governança (termos de referência, Segurança, Transporte); Acessibilidade; Debriefing interno sobre Londres 2012; Relatório de Pendências; Assuntos escalados do Comitê Executivo (Deodoro, Arroio Pavuna, BRT Transolímpico, área do Exército ao lado da Quinta da Boa Vista e o projeto do entorno do Maracanã); relatório de progresso do grupo de trabalho de Finanças; relatório de Progresso ABCD e Laboratório; relatório de progresso sobre cessão do terreno da Aeronáutica adjacente ao futuro Centro Olímpico de Treinamento; assuntos gerais (posicionamento para os principais temas dos Jogos Rio 2016, integrador de projetos, velódromo, Centro de treinamento de ginástica Olímpica e acomodações no porto).
---	--

21/09//2012 Relatório de Progresso das ações solicitadas em reuniões anteriores Resultados da 1ª Reunião com a Presidenta da República (isenções tributárias; aportes dos governos no orçamento do Comitê Rio 2016; ABCD; Labdop; parâmetros de acessibilidade; Parque Olímpico; aeroportos; Transolímpica; Autódromo). Resultados do 12º VICR. Relatório de pendências de projetos (Barra, Deodoro, Maracanã, Copacabana, Zona Portuária e aeroportos)X; relatório de progresso do grupo de trabalho de Finanças. Assuntos gerais (incidente entre Rio 2016 e Locog, criação de grupo de trabalho de Concessionárias, área do Exército ao lado da Quinta da Boa Vista).	05/10/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (Termos de referência dos Comitês de Coordenação e Executivo, assim como os dos grupos de trabalho – em andamento; Comandos de segurança e transporte: cronogramas de implantação, plano de ação e mecanismos de aprovação de projetos – em andamento; Plano de utilização do terreno na Lagoa – concluído; parâmetros de acessibilidade para os Jogos Rio 2016™ – concluído; operação com os cavalos em Deodoro – concluído; mapa padrão de transporte – concluído; área do Exército ao lado da Quinta da Boa Vista – concluído). Assuntos escalados do Comitê Executivo (Matriz de Responsabilidades <i>versus</i> Lista de Projetos -FIPs / relatório para o COI); definição de responsabilidades: arquivadas temporárias do João Havelange, do parque aquático e dos ginásios (<i>halls</i>); apresentação dos requisitos para a reforma do Maria Lenk). Contratação de desenhadores de percursos para o velódromo, a canoagem slalom, o BMX, o mountain bike e o concurso completo de equitação. Preparação para o debriefing conjunto.
---	--

19/10/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões (ferramenta de integração de projetos – concluído; estratégia de comunicação para a Matriz de Responsabilidades – concluído; evento de transferência de conhecimento para o Rio 2016™ – concluído; tabelas de responsabilidades para a APO e para os governos – concluído. Apresentação das revisões dos compromissos de sustentabilidade, do grupo de trabalho de comunicação e da estratégia de comunicação para a matriz de responsabilidade. Assuntos gerais (acompanhamento do orçamento do Comitê Rio 2016 e tabela de acessibilidade).	12/11/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (todas as ações em andamento). Apresentação e análise da lista de pendências para cada instalação. Atualização dos GTs.
30/11/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (todas as ações em andamento). Apresentação e análise da lista de pendências para cada instalação. Atualização dos GTs.	14/12/2012 Progresso das ações solicitadas nas reuniões anteriores (todas as ações em andamento). Apresentação e análise da lista de pendências para cada instalação. Atualização dos GTs.

TABELA 4 - REUNIÕES DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA, APOIO AO EVENTO E MEIO AMBIENTE**Superintendência de Infraestrutura Esportiva.**

A Superintendência de Infraestrutura Esportiva atua interferindo nos processos de entrega dos equipamentos esportivos dentro da conformidade e dos prazos estabelecidos para realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Para tanto, participa dos GT afins e reuniões com os diversos interlocutores importantes para celeridade dos processos.

06/07/2012	1ª Sessão de Esclarecimento do Programa de Observadores realizada nas dependências do COB.	06/07/2012 Reunião convocada pela SAM/Casa Civil/PR para definição de metodologia de trabalho do grupo de acompanhamento das etapas de projetos e construção de instalações no Parque Olímpico da Barra da Tijuca e na Zona de competições de Deodoro. Presentes representantes do Ministério do Esporte e da CAIXA.
09/07/2012	Reunião no IPHAN sobre o projeto do museu do trem. Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.	09/07/2012 Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.
12/07/2012	Apresentação da equipe de segurança para a DIEMA, com foco em aspectos de segurança que devem ser observados nas discussões dos projetos de infraestrutura.	16/07/2012 Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.

17/07/2012	GT Maracanã- 4ª Reunião GT Maracanã: atualização dos Subgrupos, atualização dos Temas, estádio, entorno e estações.	18/10/2012 Regularização Fundiária de Deodoro – Reunião realizada no IPP – Laranjeiras com a participação do Exército, SPU e APO.
20/07/2012	Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.	23/07/2012 Reunião do GT Deodoro realizada no EGP RIO.
24/07/2012	PBQP-H – Palestra ministrada pela coordenadora geral do programa na Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.	26/07/2012 Reunião com a Diretora de Habitação do MCidades.
10/08/2012	Reunião com a CAIXA – Definição da participação da CAIXA no processo de repasse de recursos federais destinados ao Parque de Deodoro, realizada na sede do EGP.	16/08/2012 Reunião com Casa Civil e CAIXA sobre acompanhamento dos projetos.
20/08/2012	Museu do Trem: reunião para avaliação do projeto apresentado pelo RIO2016 para essa Instituição.	31/08/2012 até 08/09/2012 PGO – Londres. Visitas às instalações e participação nas sessões/reuniões de esclarecimento. Royal Artillery Barracks, DEFRA; UKTI Seminar, ODA e UKTI.

17 a 20/09/2012 Participação no 12th VICR.	25/09/2012 Reunião com representantes do IPHAN para viabilização do projeto sugerido pelo RIO2016 para o Museu do Trem.
01/10/2012 Debriefing Programa Governamental de Observadores.	03/10/2012 Reunião com representantes da EOM sobre o Parque Olímpico da Barra.
04/10/12 8ª reunião do Grupo de Trabalho João Havelange, no EGP. Temas: - apresentação do resultado do Estudo de Fluxo (CET-RIO);- - favela Belém-Belém e alteração do PAA 12.152 (EOM e Secretarias Municipais) - cronograma e compatibilização das obras do entorno (EOM e Secretarias Municipais) - Status dos estudos de projeto para o Museu do Trem (APO + IPHAN) - Status da transferência da Subestação (Supervia); - Status das obras em andamento: viaduto de abolição e drenagem (apresentação do VICR) - Londres 2012: experiências (RIO2016)	04/11/2012 Parque Olímpico - Custos de instalações. Participaram EOM, Secretaria Municipal de Obras RIO 2016, Ministério do Esporte, RIOURBE e APO.

09/10/2012	Reunião na GRPU-RJ sobre imissão de posse/Prefeitura - terreno do Exército junto à Quinta da Boa Vista/Maracanã. Participação: Comando do Exército, Prefeitura SPU, GRPU e APO.	09/10/2012 Reunião na GRPU, reunião sobre transmissão, para o Ministério Esporte, da área do Exército na localidade Camboatá onde será construído o novo autódromo. Participação: Comando do Exército, Ministério do Esporte, GRPU e APO.
10/10/2012	Continuação da reunião sobre transmissão, para o Ministério Esporte, da área do Exército na localidade Camboatá onde será construído o novo autódromo. Participação: Comando do Exército, Ministério do Esporte, GRPU e APO.	16/10/2012 Reunião sobre o masterplan do Complexo Esportivo de Deodoro - EGP-Rio
24/10/2012	Reunião sobre o masterplan do Complexo Esportivo de Deodoro - EGP-Rio	24/10/2012 Reunião sobre Complexo Esportivo de Deodoro. Planejamento do EGP.
26/10/2012	Debriefing sobre os Jogos de Londres, em conjunto com o Rio2016, abordando os seguintes temas: chegadas e partidas, transporte, segurança (Centro de Controle), acessibilidade, energia, cultura, imprensa (mídia não credenciada), introdução sobre os clientes, imprensa (MPC/IBC), broadcasting, família olímpica e paraolímpica, força de trabalho, parceiros comerciais, federações internacionais, comitês Olímpicos e Paraolímpicos, atletas e espectadores.	19/11/2012 Debriefing COI - Participação no evento para transferência de conhecimento técnico em diversas áreas dos Jogos, realizado pelos representantes de Londres 2012 (LOCOCG) para os organizadores dos Jogos Rio 2016 e cidades candidatas aos Jogos de 2020 e no IPC London Debriefing - Rio 2016

27/11/2012 Reunião realizada nas dependências da EOM com a participação do Ministério do Esporte para tratar dos procedimentos necessários para a operacionalização dos convênios de repasses de recursos para a construção das instalações do Parque Olímpico. Participaram da reunião, além da EOM, os demais órgãos da prefeitura envolvidos – SMO, PGM e SMF.	28/11/2012 GT Repasses da União - Processos e rotinas para o cumprimento do calendário olímpico.
04/12/2012 Museu do Trem - Reunião para tratar dos projetos Olímpicos que dependem do IPHAN: Lagoa Rodrigo de Freitas – Torre de cronometragem; Museu do Trem- conhecimento do projeto de implantação de mais um galpão e o acolhimento de todo o acervo que está na Estação Leopoldina.	06/12/2012 Reunião GT Repasses da União - Análise das propostas para melhoria da fluidez dos processos de repasse de recursos do Governo federal para o Estado e o Município do Rio de Janeiro. Participação: EOM, EGP.
06/12/2012 Reunião do GT Maracanã. Apresentação do resultado final do Estudo de Fluxo; Atualização dos projetos do entorno do Maracanã: passarela, geométrico das vias, desvio do Rio Joana; caminho da Estação de São Cristóvão e da Estação de São Francisco Xavier.	06/12/2012 GT Lagoa - Reunião realizada no EGP objetivando estabelecer objetivos, procedimentos e periodicidade para atuação do GT.

10/12/2012 Reunião realizada nas dependências da EOM sobre os projetos do Parque Olímpico da Barra da Tijuca sob a responsabilidade da Prefeitura, com financiamento federal: Centro Aquático, Centro de Tênis e Velódromo. Participação: EOM, SMO, RIO 2016, AECOM, RIOURBE, APO, CAIXA e Ministério do Esporte.	13/12/2012 GT Repasses da União – Reunião realizada nas dependências da EOM seguindo o cronograma das últimas reuniões, no qual foram tratados os procedimentos para repasse de recursos da União.
19/12/2012 Reunião de alinhamento estratégico 2013 - Reunião da DIEMA para estabelecimento de parâmetros de atuação dentro do Planejamento estratégico de 2013.	19/12/2012 Reunião com RIO2016 para apresentação da sistemática de gerenciamento de projetos sugerido pela empresa gerenciadora contratada pela RIO2016.
Reuniões da Superintendência de Infraestrutura e Apoio ao Evento	
13/07/2012 Working Sessions Aeroporto - Discussão sobre BRT, e construção de terminais. Apresentado cronograma de obras dos terminais 1 e 2 do Galeão.	17/07/2012 Parque Olímpico Barra da Tijuca – Apresentação pelo Ministério do Esporte dos custos das alternativas envolvendo o Velódromo Olímpico. Discussão de cronogramas relativos ao centro aquático, o centro de tênis e velódromo.

18/07/2012 Parque Olímpico Barra da Tijuca Definição de locais para acesso dos ônibus de mídia. Localização de passarela da saída leste. Discussão sobre o acesso do público ao parque. Cessão provisória de área da Aeronáutica para utilização na operação do Parque Olímpico. Subestação de energia elétrica.	20/07/2012 Hotéis - Reunião com representantes da rede hoteleira e Ministério do Turismo para apresentação do novo sistema de classificação de hotéis.
24/07/2012 Reunião na agência Rio Negócios para interação com a APO.Negócios.	24/07/2012 Parque Olímpico Barra - Apresentação do plano de paisagismo do Parque Olímpico. Locais de alimentação. Localização da subestação de energia elétrica. Rio2016 apresentou o projeto para o centro de preparação de atletas de alto rendimento. Discussões acerca da realocação do Clube de Ultraleves.
07/08/2012 Vila dos Atletas - Apresentação do projeto de financiamento para a CAIXA.	07/08/2012 Instalações Não Esportivas - Atualização de informações com o Rio 2016 sobre as instalações não esportivas, com foco em Porto e Aeroporto.
22/08/2012 Parque Olímpico Barra – cronogramas do Consórcio Rio Mais. Cronograma de construção do MPC. Localização do IBC.	28/08/2012 Porto - Apresentação do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT localização do centro de manutenção e demanda de passageiros por dia e por linha. Demanda de estudo de fluxo do pier.

12/09/2012 Parque Olímpico Barra - Apresentado projeto para mudança de posição do IBC. Discussões sobre cabearios e medição pelas concessionárias de serviços públicos. Disponibilização de área da Aeronáutica para apoio operacional dos jogos.	19/09/2012 Parque Olímpico Barra – Discussão de alternativas para abastecimento e armazenamento de água no Parque Olímpico. Proposta/projeto para a CEDAE. Energia - medição de consumo em alta tensão durante os Jogos de 2016. No modo legado, a distribuidora instalará os medidores e, a partir do fim dos Jogos, realizará as respectivas medições de forma individualizada. Consórcio Rio Mais S/A solicitou ao projetista contratado pelo município os estudos do projeto referentes à acessibilidade das instalações do Parque.
02/10/2012 Vila dos Atletas - Reunião sobre o contrato a ser celebrado entre o Comitê Organizador Rio 2016 e o Consórcio Ilha Pura, que versa sobre a cessão da Vila dos Atletas para a hospedagem dos atletas durante os Jogos, bem como para o período dos eventos testes e aquele referente à desmobilização, que inclui o retrofit das unidades residenciais e áreas comuns.	03/10/2012 Parque Olímpico Barra. Paisagismo: estudo para uso do material a ser usado na Via Olímpica.
03/10/2012 BRT Transcarioca – Traçado da via na transposição do Arroio Pavuna.	10/10/2012 Parque Olímpico Barra - Reunião sobre paisagismo, IBC, MPC e Infraestrutura. Apresentado novo desenho para o IBC e MPC com mudanças na localização e formato. Parâmetros necessários para <i>back of house</i> e de instalação dos satélites.

30/10/2012	Reunião para definição do apoio à chegada da delegação do COI no aeroporto - aproximadamente 240 pessoas, entre os dias 14 e 23/11, para o debriefing oficial do COI.	30/10/2012	Reunião para conversão de hotéis em hotéis - Apresentação de linhas de crédito do BNDES para o incentivo à mudança, com vistas à disponibilização de hospedagem durante os Jogos Olímpicos.
30/10/2012	GT Concessionárias - Solicitado ao Rio 2016 que seja feito um quadro das demandas de água, energia, esgoto, gás, telecom e resíduos sólidos para apresentar às concessionárias de serviços públicos.	07/11/2012	Workshop Legado Documental - Apresentada a lei de acesso à informação, objetivando o seu efetivo cumprimento.
14/11/2012	Custos do Parque Olímpico - Centro Aquático: adequação do projeto pela Prefeitura ao decreto federal de acessibilidade.	14/11/2012	Vila dos Atletas - Reunião entre CAIXA, APO, Comitê Rio 2016 para discutir condições de contratação de cessão para uso das unidades habitacionais e dos serviços de retrofit.
20/11/2012	Vila dos Atletas - Reunião com representantes do Comitê Rio 2016 e, Consórcio Ilha Pura para discussão da disponibilização	21/11/2012	Debriefing de Londres - Chegadas e Partidas – Comitê Paraolímpico Internacional

da Vila ao Comitê, incluindo a desmobilização e reformas das unidades do modelo paraolímpico para o modelo comercial/legado. Descrição dos serviços de intervenção necessários, identificando-se em cada tipologia de apartamento do projeto homologado pelo COI as diferenciações entre o modo olímpico e paraolímpico e o comercial final.	21/11/2012 Debriefing de Londres - Chegadas e Partidas – Comitê Paraolímpico Internacional
22/11/2012 Debriefing de Londres - Transição Jogos Olímpicos para Paraolímpicos: em média, 16 dias para adaptação.	23/11/2012 Debriefing de Londres: construção e infraestrutura
30/11/2012 Reunião na sede da Ilha Pura: Vila dos Atletas – condições de utilização e devolução.	12/12/2012 Seminário das instalações do Parque Olímpico - Reunião realizada pela EOM para nivelamento de informações sobre o Parque Olímpico da Barra. Velódromo, do centro de Tênis, Centro Aquático. A arena multiuso será utilizada como padrão/modelo em nível de serviços. Rio2016 iniciou pesquisa para o fornecimento de equipamentos temporários. Foco em sustentabilidade na construção das arenas para obter certificação LEED.
12/12/2012 Vila dos Atletas - Reunião na Superintendência da CAIXA. Presença dos representantes da Presidência, Diretoria, Superintendência e Procuradoria da APO, da Gerente Nacional	14/12/2012 BRT Galeão – Atualização do projeto - Participantes: APO, Rio 2016 e EOM. Cronograma para o programa de aproximação e projeto consolidado de estações.

da Caixa, do Superintendente em exercício da Caixa, do Presidente do Conselho do Consórcio Ilha Pura e seus representantes das áreas de Engenharia e Finança e dos representantes das Diretorias e Gerências do Comitê Rio 2016, com o objetivo de negociação do contrato de cessão temporária e das responsabilidades de retrofit e prazos envolvidos.	18/12/2012 Conversão de hotéis em hotéis – APO, Rio 2016 e EOM - Reunião realizada para tratar da conversão de hotéis em hotéis para atendimento de hospedagem para os Jogos.
--	--

Reuniões da Superintendência de Meio Ambiente

09/07/2012 Parque Olímpico - Discussão sobre a viabilidade da ocupação da área contígua à Vila Militar da Aeronáutica - Discussão da opção adotada para o domínio urbano comum, localização de instalações esportivas. Apresentação da estratégia de adaptação da atual proposta para uma integração física entre as zonas e uma estratégia de utilização multifuncional. Discussão de definição das tecnologias e das estruturas. Demanda de definição do legado para o Ministério do Esporte. Participação APO, EOM, Ministério do Esporte, Rio 2016.	18/07/2012 Parque Olímpico - Discussão sobre soluções de transporte MPC e Hotel – O consórcio Rio Mais apresentou estudo sobre alternativas para MPC e hotel. Apresentação de proposta de transporte que avançou entre a EOM e o Comitê Rio 2016. Apresentação da estratégia preliminar de fornecimento de energia definida com intermediação da APO. Participantes: Consórcio Rio Mais, AECOM, Comitê Rio 2016, órgãos municipais de transporte.
--	--

25/07/2012 Parque Olímpico. Paisagismo- AECOM fez uma apresentação geral atualizando os demais entes quanto o andamento do projeto de paisagismo. Definição, pelo Comitê Organizador Rio 2016 da área mínima necessária para a operação do Parque Maria Lenk. Discussão de área a ser liberada à SMU para a acomodação da decida da rampa do BRT. Definições sobre as estações de BRT. Localização da subestação de Energia Acomodação dos Atletas- requerimentos Comitê Organizador Rio2016 fez uma apresentação geral sobre a localização do Alojamento e do Welcome Centre. MPC e hotel- AECOM apresentou a proposta da Empresa RioMais para o Mídia Hotel reajustada, atendendo ao limite da legislação urbanística em vigor ilustrando a interface do lote em legado e em jogos.	02/08/2012 Velódromo - debate sobre possível relocação do Velódromo. Preparação para apresentações durante o VÍCR. Cronograma de obras. LIVE SITE- Projeto de expansão na orla da lâmina d'água- comparação com a experiência de Londres. Domínio Urbano Comum - Compatibilização da infraestrutura. Utilização provisória de área da Aeronáutica. IBC/MPC – Nova versão dos briefing do MPC e do IBC. Consórcio RioMais apresentou proposta alternativa para o MPC que considera o aproveitamento de todo o potencial construtivo do edifício. Discussões sobre localização do IBC.
10/10/2012 IBC/MPC –Localização visando serviços de catering e instalações satélites, análise das demandas de infraestrutura das arenas para o Legado, paisagismo, cronograma dos jogos de 2016.	07/11/2012 Mobilidade no Parque Olímpico da Barra - modelagem de Gestão de Multidão no domínio comum.Central de Água Gelada (CAG) do Centro Aquático Maria Lenk na operação dos jogos.

Reuniões do Grupo de Trabalho de Acessibilidade

06/07/2012 Acompanhamento das atividades de projeto de instalações, Fichas de Individuais de Projetos- FIP, Formulação e Diretrizes Técnicas de Acessibilidade. Checklist na Rio Arena. Maracanã. Avaliação de acessibilidade dos pontos turísticos: Corcovado e Pão de Açúcar.	19/7/2012 Planilha de compromissos de acessibilidade. Acessibilidade no Plano de Sustentabilidade dos Jogos: atualizar os compromissos após revisão conjunta. Estabelecer objetivos e metas mensuráveis e possíveis; Propor Planos e Projetos. Verificação nos hotéis. Projeto de Urbanização complementar ao projeto das estações dos BRTs, para os entornos das estações e percursos (rotas) até shoppings, lista de pontos turísticos acessíveis. Programa de Reconhecimento em Acessibilidade Rio 2016. Diretrizes Técnicas de Acessibilidade Rio 2016 e NBR 9050.
06/07/2012 Apresentação da Revisão de Compromissos de Acessibilidade do dossiê de candidatura. Revisão de proposta de checklist. Estudo da SMU na legislação de acessibilidade. Fiscalização dos empreendimentos hoteleiros.	15/8/2012 Revisão de Compromissos de Acessibilidade do dossiê de candidatura Apresentação de propostas de mudança no checklist para as FIPs. Discussão sobre o lançamento do Selo Acessibilidade

13/09/2012 Revisão Caderno Técnico. Apresentação da versão final do Selo de Acessibilidade. Discussão do Modelo de gestão/processos para envio ao IPC e COI. Apresentação de relatório e informes gerais sobre os Jogos Paraolímpicos de Londres.	27/9/2012 Discussão da Revisão Caderno Técnico. Apresentação e workshopcom fotos comentadas de Londres. Discussão para a criação do Plano diretor de acessibilidade e Mapa de Acessibilidade da cidade do Rio de Janeiro. Apresentação do diagnóstico da RioTur - setor turístico - sobre acessibilidade.
11/10/2012 Continuação da Apresentação da RioTur sobre o diagnóstico de acessibilidade nos pontos turísticos e hotéis.Apresentação da Revisão do Caderno Técnico: início dos trabalhos do ilustrador. Apresentação do Mapa do Plano Diretor de Acessibilidade reformulado. Apresentação de fotos comentadas de uma visita ao Pão de Açúcar.	08/11/2012 Apresentação do programa do integrador Rio2016. Discussão da necessidade de elaboração de uma nota técnica sobre inclinação de rampas nas obras referentes as obras das Olimpíadas e Paraolimpíadas. Discussão da necessidade de inclusão de um checklist junto às FIPs.
06/12/2012 Discussão da necessidade de inclusão de um checklist junto às FIPs. Apresentação da Nota Técnica sobre inclinação de rampas a serem utilizadas nos projetos relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.Guia de Acessibilidade do IPC.	

Reuniões Grupo e Trabalho de Sustentabilidade

12/07/2012 Avaliação dos Compromissos de Sustentabilidade. Metodologia dos estudos sobre a pegada de carbono. Estrutura Geral do Plano de Gestão de Sustentabilidade.	19/07/2012 Editais INEA sobre o estudo da Pegada de Carbono – avaliação. Matriz/planilha com os compromissos de sustentabilidade - tradução para português. Educação ambiental – envolvimento instituições de ensino. Assuntos técnicos sobre o parque Olímpico.
16/08/2012 Revisão e discussão dos compromissos de sustentabilidade. Plantio de árvores, conforme consta originalmente no Compromissos de Sustentabilidade. Plantio de 3 milhões de árvores na Floresta da Tijuca. Neutralização de carbono e plantio de mudas – proposta de separação em dois compromissos: restauração da mata atlântica e neutralização de carbono dos Jogos. Substituição das Normas ISO 14000 e 26000 pela ISSO 20121, e solicitação de utilização de outros Sistemas de Certificação não só o LEED, ampliando de maneira objetiva. Sugestão de adoção do LEED, BREEAM, AQUA ou outra aplicável no Brasil, escolhidos conforme a avaliação dos entes envolvidos.	23/08/2012 Informação sobre visita à UTR Arroio Fundo por dirigentes da APO, Governos federal, estadual e municipal. Discussão de propostas para atender a rios que deságuam na Baía da Guanabara e no sistema lagunar de Jacarepaguá. Plantio de árvores na Floresta da Tijuca e saneamento na Zona competições de Deodoro. Minuta de Nota Técnica elaborada pela APO, sobre as adequações e mudanças dos Compromissos de Sustentabilidade que serão levadas para apreciação dos parceiros. Discussão entre EOM e COMLURB sobre os compromissos da área de resíduos sólidos.

30/08/2012 Proposta de reorganização da nova planilha em três grandes temas: planeta, pessoa, prosperidade. Planeta: pegada ambiental reduzida, transporte e logística, desenho e construção sustentável, gestão de resíduo, infraestrutura e restauração ambiental. Pessoa: balanço social positivo, engajamento e conscientização, acessibilidade universal, diversidade e inclusão. Prosperidade: responsabilidade e transparência, cadeia de suprimentos sustentáveis, gestão e reporte, emprego, renda e qualificação.	20/09/2012 Programas e ações que visam a recomposição e/ou recuperação de áreas. Apreciação do cronograma de elaboração do PGS. Contratação do cálculo de carbono e patrocínio dos programas de plantio e pegada de carbono - base de cálculo é de 2.500 árvores por hectare. Estratégia de plantio. Interesses do COI sobre a questão: os Jogos como indutores do plantio de árvores.
04/10/2012 Apresentação das observações feitas na proposta de revisão dos Compromissos de Sustentabilidade. Frota olímpica (ônibus). Legislação e plano geral de sustentabilidade (PGS)	11/10/2012 Revisão dos Compromissos de Sustentabilidade.
25/10/2012 Sugestão de ampliação do rol de participantes nas discussões sobre sustentabilidade: MMA, INEA ou SEA, SMAC. Estrutura do PGS desenvolvida pela APO e pelo Rio 2016. Apresentação, pela APO, da evolução dos projetos relativos aos rios que deságuam na Baía de Guanabara e no sistema lagunar de Jacarepaguá. Encaminhamentos e progressos do OGI. Visita técnica com o COI ao Sítio Burle Marx.	01/11/2012 Apresentação das atividades realizadas em Olimpíadas anteriores na área de sustentabilidade: iluminação a LED, turbinas flex a diesel, álcool e gás, resíduos sólidos, reuso de água, planta de esgoto, mobilidade - sistemas de gestão e rotas.

08/11/2012 Apresentação da AECOM sobre o projeto de paisagismo. Espécies da Mata Atlântica. Piso do Caminho Olímpico, arrimo, pneus como barreiras de contenção, material de pavimentação.	22/11/2012 Visita técnica ao Sítio Burle Marx - especialistas do COI, participantes do Briefing e do Project Review.
29/11/2012 Relato da visita ao Sítio Burle Marx. Área do Golfe Olímpico Rio 2016. Educação Ambiental. Programa de meio ambiente da ONU. OGI - informação sobre contratação de serviços pelo Comitê Rio 2016. PGS - Minuta do documento e a proposta de correlação com os indicadores GRI.	06/12/2012 Resumo dos assuntos discutidos PGS - versão atual Informes gerais- projetos e programas de sustentabilidade do empreendimento denominado Ilha Pura - Vila dos Atletas.
13/12/2012 Indicadores necessários ao acompanhamento. Nota Técnica sobre o tema saneamento básico no Complexo Deodoro. Adequações do Compromisso de Sustentabilidade. Estratégia de integrar as empresas já contratadas, as recém contratadas e as novas empresas que serão envolvidas na entrega dos jogos Rio 2016, visando a incorporação de práticas condizentes com o PGS. Especificações da madeira utilizada no piso/pista do velódromo. Demanda de gás natural nas zonas de competição. Vigilância sanitária e normas de reuso de água.	20/12/2012 Subgrupo de Trabalho do OGI. Drenagem na Região de Deodoro. Calendário de reuniões. Instalação do Subgrupo de Trabalho do OGI. Recursos para financiamento de UTRs. Revisão de FIP em função dos indicadores do PGS.

Reuniões do Subgrupo de Trabalho FLORESTAS

03/10/2012	Suporte ao GT para revisão do compromisso que trata dos projetos de arborização e a pegada de carbono. Projetos prioritários: corredor Tijuca e Pedra Branca, APA Mendanha, Zona de Deodoro, sistema lagunar de Jacarepaguá.	16/10/2012	Atualização e nivelamento das atividades realizadas. Articulações necessárias com as ONGs. Apresentação do cenário de grande demanda de mudas e o papel dos viveiros no Estado. Programa Jogos limpos.
31/10/2012	Mapeamento das áreas aptas ao reflorestamento nas unidades de conservação, ICMBio. Apresentação dos projetos do Programa Jogos Limpos. Planejamento estratégico das ações do subgrupo.	13/11/2012	Apresentação da Minuta da Nota Técnica do Programa Jogos Limpos. Restauração do manguezal de Gramacho. Programa Olho Verde - recuperação na área da Baía da Guanabara.
28/11/2012	Áreas prioritárias para replantio: Guadalupe, Bangu, Campo Grande, extensão da Zona Oeste e duas áreas com potencial para serem reflorestadas, Mata Camboatá e Gericinó (com 53 km²). Levantamento/mapeamento e apresentação das duas áreas do Exército no território do Estado do RJ, que sejam passíveis de recuperação ambiental na modalidade reflorestamento. Situação lição de Gericinó (Plano final).	12/12/2012	Legado educacional e programas de capacitação dos Jogos Rio 2016. Termo de reciprocidade para embasar convênios com instituições. Desenvolvimento das estratégias de infraestrutura de florestamento da FLONA Mário Xavier –RJ. Planejar visita do GT Sustentabilidade à Zona de competições de Deodoro.

Reunião Gupo de Trabalho Concessionárias

12/12/2012 Reunião na sede da APO. Demandas necessárias a serem tratadas com as concessionárias de serviços públicos durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio2016. Objetivo do GT: estruturar a governança e a coordenação dos programas e projetos das diferentes concessionárias para garantir o provimento dos serviços públicos ideal para os Jogos Rio 2016.	
--	--

Participação em reuniões, seminários e eventos diversos

05/07/2012 Participação em evento de transferência de conhecimentos com base na experiência dos Jogos Militares (RIO 2011) e RIO+20.	06/07/2012 Participação na 1ª Sessão de Esclarecimento do Programa de Observador – auditório do Comitê Olímpico Brasileiro – COB.
10/07/2012 Reunião com a UFRJ, no IVIG – COPPE – Início das tratativas para assinatura de Termo de Cooperação com a APO.	11/07/2012 Reunião na APO sobre despoluição da Baía de Guanabara. Tecnologias de Unidades de Tratamento de Rio.

16/07/2012	Participação em videoconferência com a ODA: acessibilidade no transporte e sustentabilidade, no Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro.	19/07/2012 Reunião, na APO, com representante do setor privado sobre tecnologias e materiais e serviços utilizados nos Jogos Olímpicos.
23/07/2012	Reunião, na APO, com a Fundação Vale do Rio Doce: apresentação do Programa Brasil Vale Ouro.	24/07/2012 Reunião, na APO, com a coordenadora do programa PBQP-H, do Ministério das Cidades.
26/07/2012	Reunião, na APO, com a Diretora da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, sobre os programas habitacionais.	02/08/2012 Reunião, na APO, com representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos: entrosamento com o GT Acessibilidade.
03/08/2012	Reunião com representante da Associação de Alimentação Orgânica: fornecimento de alimentos durante os Jogos Rio 2016.	07/08/2012 Reunião com a UFRJ – COPPE e IVIG: Acordo de Cooperação com a APO.

09/08/2012	Reunião, na APO, com o Subsecretário de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro: temas ambientais, saneamento.	10/08/2012 Reunião com a representante do IVIG/COPPE/UFRJ: cooperação técnica com a APO.
20/08/2012	Reunião na Secretaria de Estado do Ambiente/RJ-Superintendência de Saneamento: atualização das ações e programas na área de resíduos sólidos. Reunião com a Universidade de Brasília: estabelecimento de termo de cooperação técnica.	21/08/2012 Visita às instalações da Unidade de Tratamento de Rio, localizada no Arroio Fundo, presente representante da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental/ Ministério das Cidades,
22/08/2012	Visita ao Escritório Regional do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade: convite para participação da instituição no Subgrupo de Trabalho Florestas.	22/08/2012 Reunião na UFRJ – IVIG: apresentação do sistema de informações preparado pelo Instituto.
29/08/2012	Participação no Seminário Etanol - Programa Rio Capital da Energia, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado.	12 e 13/09/2012 Participação no Seminário Nacional “Copa 2014 – Oportunidades para a Sustentabilidade Urbana”, em Brasília.

	14/09/2012 Reunião no Ministério das Cidades: apresentação da proposta de projetos da PPP para o Parque Olímpico.
14/09/2012 Participação em Reunião do Comitê de Resíduos Sólidos - SRHU/MMA, em Brasília.	24/09/2012 Participação do GT Sustentabilidade na Reunião do GT Energia: interação de iniciativas dos grupos.
25/09/2012 Reunião com a Rio Águas - Prefeitura do Rio de Janeiro, e com a Secretaria de Estado do Ambiente – governo do Estado do Rio de Janeiro - Projeto das UTR's	26/09/2012 Reunião no BNDES: carteira de projetos na área de saneamento.
27/09/2012 Visita do GT Sustentabilidade à Usina do Caju: triagem de resíduos	28/09/2012 Reunião na APO com o Vice Presidente da Associação dos Fabricantes de Máquinas para Saneamento - ASFAMAS e Diretor da ABIMAQ.
01/10/2012 Debriefing PGO: apresentação das áreas sobre os temas observados durante os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.	02/10/2012 Reunião, na APO, com professores coordenadores da UFRJ: monitoramento e pesquisas sobre a qualidade do ar.

10/10/2012 Reunião do Comitê Executivo: atualização dos Compromissos de Sustentabilidade para os Jogos Rio 2016.	11/10/2012 Reunião, na APO, com representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.
18/10/2012 Participação no encontro Uma Experiência Exitosa: o PODIUM de Londres 2012 - realização CEFET/RJ	06/11/2012 Reunião, na APO: levantamento das necessidades em saneamento na área de Deodoro.
07/11/2012 Participação no evento Construindo o Legado de Conhecimentos dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	08/11/2012 Reunião na APO com diretor do Rio 2016: apresentação sobre instalações esportivas.
17 a 21/11/2012 Participação no Debriefing COI, no Rio de Janeiro	21 e 22/11/2012 Participação no Debriefing IPC, no Rio de Janeiro
23 e 14/11/2012 Participação no Debriefing PGO, no Rio de Janeiro.	28/11/2012 Exposição sobre as ações de sustentabilidade, na Reunião do Conselho Diretor Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, em Vitória/ES.

28/11/2012 Reunião de trabalho, na APO, sobre saneamento em Deodoro.	29/11/2012 Reunião, na APO, com a área de engenharia da CAIXA: missão e ações da DIEMA.
10/12/2012 Participação, no evento de lançamento do mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRAs) da Bolsa de Valores Ambientais BVRio, no Palácio Guanabara.	

TABELA 5 - REUNIÕES DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

Para o desenvolvimento de suas atividades a Diretoria adotou como metodologia de trabalho, a interlocução com as instituições criadas nos Governos Federal, Estadual e Municipal para coordenar os grandes eventos, especialmente na segurança pública e defesa nacional, por meio de reuniões de trabalho, organização e realização de workshops, participação em Programas Governamentais de Observação de Jogos Olímpicos/Paraolímpicos e outros eventos esportivos, além de programas de capacitação como conferências e seminários. Foi fortalecida a interlocução com a Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016, tendo em vista que é atribuição da Autoridade Pública Olímpica, intermediar o acesso do Comitê aos Órgãos Públicos.

Foi também instalado o Grupo de Trabalho Segurança, sob a coordenação da DISEG/APO, composto por representantes da SESGE/MJ, AEGE/MD, GSI/ABIN, EGP-RIO, EOM e Diretoria de Segurança do Comitê Rio 2016. O GT tem como atividade principal coordenar as ações de segurança, que compreende todos os serviços relativos à segurança pública, privada, segurança nacional, defesa civil e inteligência, para garantir jogos pacíficos e seguros.

02/07/2012 Reunião GT Segurança, onde, entre outros temas, foi discutida a versão final do Memorando de Entendimento – MoU. Participantes: representantes do Comitê Rio 2016, da SESGE/MJ, da EGP-Rio, da EOM, da Guarda Municipal e da APO.	03/07/2012 Reunião organizada pelo Presidente da APO para tratar do funcionamento do Centro de Comando no FCO em Londres durante os Jogos de 2012. Foi explicado o funcionamento do centro de controle instalado no FCO em Londres, para acompanhar eventuais problemas com delegações estrangeiras e turistas, no decorrer dos Jogos. : Presidente da APO; Gerente do Centro de Crises do MRE de Londres; Representante do Consulado Britânico; o Diretor de Transportes da APO; o representante de Segurança da EGP; Diretora de Segurança da APO.
---	---

04/07/2012	Reunião na Subsecretaria para Grandes Eventos da SESEG/RJ visando apresentar a APO e as atividades da DISEG/APO e obter informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Subsecretaria para os Jogos Olímpicos.	05/07/2012	Seminário visando a transferência de conhecimento a respeito da experiência obtida pelos militares com a realização dos 5º JMM e da Rio+20. O encontro foi organizado pela DIOPS e realizado no Forte de São João na Urea.
09/07/2012	Reunião com Superintendente Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro visando apresentar a APO e discutir temas de interesse da DISEG.	09/07/2012	Reunião com a Diretoria de Inteligência, da SESGE/MJ: interação com a ABIN e Comitê Rio 2016.
09/07/2012	Reunião organizada pela DIMOB e Comitê Rio 2016 na APO: organização dos temas para a <i>Working Session</i> sobre operações em aeroportos.	11/07/2012	Reunião da CEGE/MJ em Brasília/DF, para apresentação de sugestões para o desenvolvimento projeto RIC.
12/07/2012	Palestra da DISEG, referente à segurança em infraestrutura e desenho das instalações.	13/07/2012	<i>Working Session</i> Aeroporto, realizada no Forte de Copacabana, visando a transferência de conhecimento a respeito das operações de aeroportos nas Olimpíadas. Participantes: representantes da APO, SAC, ANAC e RIO 2016.
16 a 18/07/2012	Simpósio de Segurança para Grandes Eventos – a experiência Alemã, realizado no Palácio do Itamaraty/RJ, onde foram	16/07/2012	Visita ao COR – Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro.

abordados diversos temas relacionados a organização da Copa do Mundo na Alemanha.	
18/07/2012 Reunião com o Superintendente da ABIN no Rio de Janeiro para exposição das atividades da APO. O representante da ABIN esclareceu que aquela Agência criou um grupo para tratar de grandes eventos, localizado em Brasília/DF e conectado à Direção do órgão.	19/07/2012 Reunião no escritório da APO em Brasília para tratar de operações em aeroportos durante as Olimpíadas e das diretrizes do Plano nacional para a aviação civil. Participantes: Representantes SAC, ANAC, APO e RIO2016.
23/07/2012 Reunião com Diretoria de Segurança do Rio 2016 para tratar da proposta de trabalho para o GT Segurança. Participantes: Diretor de Segurança do Rio 2016, Gerente de Relações Institucionais da Rio 2016 e Diretora de Segurança da APO.	01/08/2012 PGO Londres – Acompanhamento das operações da Earls Court.
02/08/2012 PGO Londres- briefings sobre o funcionamento da ILU, além de informações sobre estrutura de governança dos Jogos, contra terrorismo, segurança no transporte.	03/08/2012 PGO Londres- visita ao Centro Nacional de Coordenação e Controle dos Jogos (NOCC), ao Centro de Briefings da Polícia em Battersea e à Sala Especial de Operações (SOR).
04/08/2012 PGO Londres- visita à instalação Horse Guards Parade. Visita ao navio HMS OCEAN: briefings sobre a participação dos militares nos Jogos. Observação do Live Site localizado no Hyde Park.	05/08/2012 PGO Londres- visita ao Centro de Controle de Transportes de Londres. Briefings a respeito do papel dos patrocinadores nos Jogos, proteção dos VIPs e criminalidade cibernética.

06/08/2012 PGO Londres - visita ao Parque Olímpico: Estádio Olímpico, IBC, MPC e Vila dos Atletas.	07/08/2012 PGO Londres- visita à arena de competição de vela em Weymouth/Portland, com o objetivo de observar o funcionamento de uma instalação olímpica aberta e todo o sistema de segurança.
08/08/2012 PGO Londres- Briefing e reunião com o Diretor do GOE a respeito das atividades do órgão. Visita à arena do Horse Guards Parade.	09/08/2012 PGO Londres- Briefings com especialistas do GOE a respeito de legado, proteção de VIPs domésticos e internacionais, operações nos Jogos, atuação do Secretariado Olímpico e estrutura do Governo Nacional nas Olimpíadas.
10/08/2012 PGO Londres – Reuniões na Casa Brasil com empresários britânicos ligados às Olimpíadas. Acompanhamento do funcionamento do Estádio Olímpico em Stratford durante as competições.	11/08/2012 PGO Londres – Evento <i>Brazil Business Day. Presentes o</i> Presidente da APO, como moderador, a presidente da EOM e Membro do Comitê Organizador da Copa do Mundo. Acompanhamento das operações de segurança durante eventos desportivos no estádio de Wembley.
12/08/2012 PGO Londres – Acompanhamento das atividades de apoio à realização da cerimônia de encerramento dos Jogos Olímpicos de 2012.	15/08/2012 Palestra da DISEG, realizada na APO, referente ao Porto e Energia. Avaliação de riscos em relação à subestações de energia que estão instaladas nas proximidades das arenas olímpicas.

16/08/2012	Reuniões com representantes privados envolvidos com a realização dos Jogos de Londres. Informações sobre a estrutura de governança dos jogos em 2016.	21/08/2012 Instalação do GT Segurança, realizada na APO, com a presença do Diretor de Segurança do Comitê Rio 2016 e de representantes do Ministério da Defesa, SESGE, EGP-RIO e GM/EOM. Expostas competências e lista preliminar de projetos a serem definidos.
22/08/2012	Reunião com a SESGE/MJ, na APO, com o objetivo de discutir avaliação de cenário de riscos dos Jogos Rio 2016, visando à definição de atividades conjuntas	23/08/2012 Reunião organizada pela DIOPS com o SENAC: iniciativas desta entidade para incentivar esporte e atividades esportivas em todo o país.
29/08/2012	Reunião com Diretor do DPF em Brasília/DF: interação com a APO.	29/08/2012 Reunião CEGE/MJ, em Brasília/DF, para apresentação de sistema utilizando banda larga 4G para aperfeiçoamento das comunicações entre os agentes de segurança.
05/09/2012	PGO Londres-Paraolímpicos: Chegadas e partidas em Aeroportos. Visita à Upper Bank Street: briefings a respeito do tema.	06/09/2012 PGO Londres – Paraolímpicos - Visita ao Aeroporto de Heathrow. Acompanhamento dos serviços relacionados aos Jogos de Londres.

11/09/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO, na qual foi definida a criação dos subgrupos de acordo com proposta Diretoria de Segurança Rio 2016. A Diretoria de Segurança Rio 2016, apresentou onze grandes temas de interesse dos clientes dos Jogos. Foram discutidas as regras de funcionamento do GT, dentre outros temas.	12/09/2012 Reunião da CEGE/MJ, em Brasília/DF, para tratar de viagens de observação a Los Angeles e Nova York, para conhecer os Centros de Comando e Controle.
17 a 21/09/2012 Participação no 12º VICR, conforme agenda definida pelo Comitê Organizador e COL.	18/09/2012 Reunião com representantes da DISBIN/ABIN e SESGE/MJ, em Brasília/DF, para tratar da análise de riscos para os Jogos de 2016, bem como de credenciamento e checagem de força de trabalho do Comitê Rio 2016.
20/09/2012 Reunião na SESEG/RJ para apresentar as atividades da APO ao Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, bem como conhecer o trabalho dos mesmos nos grandes eventos e a relação de trabalho com a SESGE/MJ. Participantes: Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, o Subsecretário para Grandes Eventos da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro e a Diretora de Segurança da APO.	21/09/2012 Reunião com Presidente da Comissão Estadual da SESGE/MJ, realizada na APO, para apresentação dos trabalhos desse órgão.
24/09/2012 Reunião de trabalho realizada no CML (Comando Militar do Leste), visando discutir a organização do I <i>Workshop</i> do GT Segurança para o dia 25/09	25/09/2012 I Workshop do GT Segurança, realizado no CML, para nivelar conhecimentos. Foi discutida a criação de 5 Subgrupos de Segurança para a organização dos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos.

	Participantes: representantes de Forças de Segurança Pública Federais, Estaduais e Municipais, Militares das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) e representantes da Rio2016.
27/09/2012 Seminário referente à organização dos Jogos de Londres.Participantes: representantes do governo britânico, do governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro, além de outras autoridades civis e militares, bem como de empresas privadas.	01/10/2012 Debriefing Interno da APO, com apresentações dos servidores que estiveram em Londres participando do PGO.
02/10/2012 Reunião de alinhamento dos Subgrupos de Segurança para Jogos, realizada na APO. Início dos trabalhos para preparação de listas de projetos e responsabilidades.	02/10/2012 Reunião com Consulado Britânico realizada na APO com a Cônsul Britânica e Assessores para tratar da agenda e palestrantes para o <i>debriefing</i> de 22 a 24/11/2012, a serem convidados em conjunto pelas duas entidades.
03/10/2012 Reunião, na APO, de alinhamento dos Subgrupos de Segurança 4 e 5.	04/10/2012 Reunião com Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro na sede a Polícia Federal no Rio de Janeiro, para tratar dos subgrupos, sendo solicitada a participação desse órgão nos trabalhos.
09/10/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO. Temas: finalização das indicações de titulares e suplentes, realização de análise de riscos para Jogos e contextualização do trabalho dos cinco subgrupos.	10 e 11/10/2012 Seminário Geral de Segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014 - SOGIPA, organizado pela FIFA, na cidade de Porto Alegre/RS.

15/10/2012	Reunião com AEGE/MD, na APO, para discussão do trabalho dos subgrupos, especialmente a planilha requerida como produto final.	17/10/2012 Reunião do Comitê Executivo realizada no Palácio do Governo do Estado para apresentação dos trabalhos dos Subgrupos de Segurança. Foi discutida a criação de uma equipe para analisar as plantas das instalações esportivas e não esportivas para as Olimpíadas.
23/10/2012	Reunião do GT Segurança, realizada na APO, onde foi discutida a “Diretiva para elaboração do Plano de Segurança dos Jogos” apresentada pela Diretoria de Segurança Rio 2016. Analisadas as planilhas elaboradas pelos subgrupos.	24/10/2012 Reunião com Coordenação-Geral de Intercâmbio e Cooperação Esportiva/MRE, em Brasília/DF, para apresentar a APO e o GT Segurança, sendo convidado o MRE para integrar o subgrupo que trata do tema Segurança VIP.
24/10/2012	Reunião com o Diretor da Polícia Federal, em Brasília/DF, sobre apoio de pessoal à APO, bem como disponibilização do sistema GEPNET, para uso da Diretoria de Segurança.	24/10/2012 Reunião da CEGE/MJ, em Brasília/DF, sobre propostas para aquisição de equipamentos para as forças de segurança federais. Apresentação da CEGE/MJ referente à CICC.
25/10/2012	Reunião com Coordenador Geral de Administração da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília/DF, com o objetivo de apresentar a APO, bem como solicitar a participação nos subgrupos de trabalho.	25/10/2012 Reunião com Secretário da SESGE/MJ, em Brasília/DF, para tratar de temas como a indicação de participantes permanentes para o GT Segurança e a avaliação de cenário de risco para os Jogos Olímpicos pela ABIN, dentre outros.

26/10/2012	Debriefing dos Jogos de Londres - Rio2016 e APO. Realizado no auditório do BNDES, com apresentações das observações realizadas durante os Jogos de 2012. A DISEG realizou apresentação referente à CICC e Tocha Olímpica.	29/10/2012 Reunião com Consulado Britânico, na APO, para apreciar os trabalhos antiterror realizados em Londres.
29/10/2012	Reunião extra do GT Segurança, realizada na APO. Tratada pela SESEG/MJE a questão da coordenação dos jogos sendo enfatizadas as atribuições do MJ e do MD.	31/10/2012 Reunião de trabalho na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro – SESEG/RJ para tratar da Jornada Mundial da Juventude, na condição de observação para os Jogos Olímpicos e a convite da Subsecretaria para Grandes Eventos. Criado Grupo Integrado de Segurança, composto por representantes de vários órgãos das esferas federal e estadual.
01/11/2012	Reunião com Superintendente da Polícia Federal no Rio de Janeiro, na representação/RJ, sobre o acompanhamento dos projetos e obras olímpicas.	06/11/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO. Discussões a respeito do documento apresentado pela Rio 2016, com aguardo das contribuições do MD e demais membros do GT.
07/11/2012	Seminário referente ao Legado Documental, realizado no Palácio do Governo do Estado.	14/11/2012 Reunião com Direção da Polícia Federal, em Brasília/DF. Temas: liberação do GEPNET, e participação de servidores da PF nos subgrupos de .

17/11/2012	Reuniões do Project Review do COI (Comitê Olímpico Internacional), no Rio de Janeiro. Temas: Atualização dos projetos de infraestrutura.	18 a 21/11/2012 Debriefing organizado pelo COI no Rio de Janeiro, para debater os resultados das atividades desenvolvidas durante os Jogos Olímpicos de Londres 2012.
21 e 22/11/2012	Debriefing dos Jogos Paraolímpicos de Londres, organizado pelo IPC no Rio de Janeiro.	23 e 24/11/2012 Transferência da experiência (Handover) dos Jogos de Londres, organizada pelo Consulado Britânico e APO. Temas: governança, infraestrutura, transporte e segurança. Conclusão dos trabalhos do PGO.
27/11/2012	Palestra a respeito da segurança dos Jogos no Rio de Janeiro e cidades do futebol, proferida pela diretora de Segurança no IUPERJ/Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro. O Curso Superior de Polícia Integrado, é destinado a profissionais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (34 Tenentes-Coronéis e Majores) e Polícia Civil do Rio de Janeiro (12 delegados).	28 e 29/11/2012 Participação em Seminário a respeito dos Jogos Olímpicos/Paraolímpicos, organizado pelo CML e Ministério da Defesa, no Forte Duque de Caxias, no Leme. Tema: participação das forças militares na realização dos Jogos de Londres 2012.
01/12/2012	Participação da Diretora de Segurança, na qualidade de observadora de segurança, na organização do Sorteio para a Copa das Confederações, organizado pela FIFA.	04/12/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO, para apresentação de proposta de trabalho para 2013, elaborada pela DISEG/APO e de relatório do GT até a data.

05/12/2012 II Workshop do GT Segurança para receber os trabalhos desenvolvidos pelos cinco subgrupos de segurança olímpicos, sob coordenação da APO. Na ocasião contamos com a presença das atletas Adriana Behar e Shelda Bedê, que proferiram palestra sob as experiências de sua vida de campeã de Vôlei de Praia. O evento contou com cerca de 70 representantes de diversas instituições de segurança pública. Participantes: representantes de Forças de Segurança Pública Federais, Estaduais e Municipais, Militares das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica) e representantes da Rio2016.	06/12/2012 Participação em evento promovido pelo Consulado Britânico para apresentação da proposta econômica nos Jogos de Londres 2012.
10/12/2012 Reunião organizada pela DIOPS, na APO, para criação do GT Proteção de Marcas.	10/12/2012 Reunião organizada pela DIOPS, na APO, sobre o projeto de FLAG TOUR, previsto para se realizar em 2013 nas 27 capitais brasileiras. Tema: apoio da segurança nos locais de realização do evento com as bandeiras municipais e olímpicas.
11/12/2012 Reunião do GT Segurança, realizada na APO, para discussão da diretiva, e plano de ação para 2013.	19/12/2012 Reunião com Comitê Organizador Rio 2016, na APO, para tratar das ações da integradora na construção das instalações olímpicas.

TABELA 6 - REUNIÕES DIRETORIA DE OPERAÇÕES E SERVIÇOS

Superintendência de Telecomunicação, Energia e Garantias

09/07/12 Instalação do GT Operacional de Energia - Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	10/07/12 INMET e CHM - Teleconferência para entendimento de necessidade de participação de meteorologistas brasileiros do INMET e CHM como observadores em Londres durante os Jogos Londres 2012. Participantes: INMET e CHM
12/07/12 UNB - Discussão sobre os parâmetros possíveis com vistas à assinatura de cooperação técnica para geração de trabalho de análise sísmológica destinados Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Participantes: APO e UNB	13/07/12 ANATEL Participação no GT ANATEL Grandes Eventos: situação atual dos projetos dos grandes eventos 1- Orçamento 2012; 2- Situação do Projeto - Cronograma de execução das atividades; 3- Estudo de caso Pequim 2008- delegação brasileira a Pequim (Projeto: Reguladores Internacionais; 4- Situação dos projetos: Fiscalização, Logística operacional, Administração de espectro, Capacitação e Recursos Humanos, Infraestrutura de TI, Divulgação, Reguladores Internacionais). Participantes: Gerentes e coordenadores da ANATEL, APO, MC, Rio2016.
16/07/12 GT Operacional de energia - Repasse das orientações do GT Olimpíadas/MME - Análise das possibilidades de alimentação de energia do Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio e INEPAC.	20/07/12 MF/SRF Lei das Isenções Fiscais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 - Processo de isenção para os navios a serem contratados pelo comitê rio 2016 objetivando destinar cerca de 10 mil quartos para a Família Olímpica.

20/07/12 ANATEL/MC/TELEBRAS/RIO2016 - GT Telecomunicação - Estruturação do Grupo de trabalho específico de Telecomunicação para os Jogos. Requisitos de telecomunicações para os Jogos RIO2016 – responsável: Rio2016. Participação da ANATEL em missões internacionais para transferência de conhecimento – responsável: ANATEL. Programa Governamental de Observadores.	23/07/12 GT Operacional de energia - Detalhamento das alternativas de alimentação do Parque Olímpico e estudo de soluções técnicas para implantação da SE Olímpica no Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
27/07/12 Visita ao Parque Olímpico de Londres - infraestrutura de energia e telecomunicações.	28/07/12 Reuniões sobre Telecom - Visão de Telecomunicações com especialistas do LOCOG; Atuação de parceiro no âmbito das telecomunicações; Visão Geral do PMR; Airwave Spectrum eo papel da Ofcom; Visita às instalações do IBC / MPC – Foco nos Requisitos das Taxa de Transmissão; Visita ao Estádio Olímpico
29/07/12 Operações (integrações) / Funções TOC, ITL - O2, Cisco, Samsung; TOC, ITL, PDC turismo Prime; Modelo de Implementação Local RoS, Entrega Strand, Desafios;Visita às instalações Excel;Visita às instalações de competição de ciclismo (outdoor).	30/07/12 Vivência de espectador– Observador de competições Londres 2012
01/08/12 Participação em sessão Energia Estratégica Programa do COI -Visita estratégica com o objetivo de mostrar uma visão geral de alto nível das operações e o pacto dos serviços públicos e energia nos Jogos Olímpicos.	06/08/12 GT Operacional de energia - Apresentação de 3 cenários para a 2ª alimentação do Parque Olímpico pela LIGHT e definição do tipo de subestação. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.

07/08/12 IBGE - Análise em conjunto com pesquisador do IBGE dos indicadores existentes no manual do OGI.	13/08/12 GT Operacional de energia - Definição de cenário técnico para a 2ª alimentação da SE Olímpica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
14/08/12 UFRJ - Visita ao Centro de Tecnologia Cidade Universitária - Ilha do Fundão com o fim de conhecer o trabalho efetuado pelo IVIG para o Rio2016 em 2011 para geração de análise e relatório do OGI.	20/08/12 GT Operacional de energia -Londres - Reunião com especialistas em energia do LOCOG e das empresas distribuidoras de suprimento de energia de Londres e visita ao Centro de comando da UKPN (OMC at Fore Hamlet). Participantes: APO, Rio 2016, LOCOG, ODA, GOE, UKPN
21/08/12 GT Operacional de energia - Londres - Reunião com as entidades governamentais responsáveis pela entrega da infraestrutura de energia em Londres (GOE e ODA). Visita ao Centro de Energia e a subestação de Kings Yard. Visita ao Parque Olímpico. Participantes: APO, Rio 2016, LOCOG, ODA, GOE, UKPN.	27/08/12 IBGE - Reunião para tratar de possível cooperação técnica IBGE + APO para garantir os dados para do Governo Federal para o OGI.
27/08/12 GT Operacional de energia - Fechamento da análise técnica para a 2ª alimentação da SE Olímpica e avaliação da viagem Londres 2012 - PGO. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	30/08/12 MME - Planejamento do evento Transferência de conhecimento Jogos Londres 2012 e participação no GT Operacional de energia - representante do MME e ANEEL.

30/08/12 MF/SRF –Discussão sobre minuta do decreto que trata de isenções tributárias.	30/08/12 ANATEL - Reunião GT ANATEL Gdes Eventos: Evolução dos principais projetos para os grandes eventos – até 2014; Necessidades Jogos Olímpicos. Informado a vinda de especialistas de Londres para o <i>Debriefing</i> a ser realizado no Brasil no final do ano (2ª quinzena outubro ou novembro/2012), um coordenado pela APO e específico para órgãos governamentais e outro coordenado pelo COI, a ser realizado no período de 14 a 22 de novembro de 2012. Participantes: Gerentes e coordenadores da ANATEL, APO, MC, Rio2016.
03/09/12 GT Operacional de energia - Matriz de responsabilidade e orçamento para projetos de fornecimento de energia elétrica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	10/09/12 Força Tarefa – FT Olimpíada Plano de Ação Geral - PGO em Londres, Programa de Expansão de Transmissão, Programa de Obras dos Clusters Olímpicos (Plano de Ampliações e Reforços – PAR 2013-2015), Histórico do desempenho do atendimento ao Rio de Janeiro, Minuta do Termo de Referência da Força Tarefa e cronograma de atividades.
10/09/12 FT Olimpíada Coordenado pela ONS, a Força Tarefa - FT Olimpíada tem por objetivo subsidiar as decisões do GT Olimpíada (Portaria MME 379/12). Principais pontos: 1) Plano de Ação Geral; 2) Destaques do APO/PGO; 3) Programa de Expansão de Transmissão; 4) Programa de Obras - Plano de Ampliações e Reforços - PAR 2013-2015; 5) Histórico de desempenho do atendimento ao RJ; 6) Minuta do Termo de Referência da FT.	10/09/12 GT Operacional de energia - Rio2016 Apresentação dos requisitos do COI e discussão das responsabilidades/regulamentações. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
14/09/12 Rio2016 - Discussão sobre o processo de licitação em andamento no Comitê Rio 2016 para geração de relatório Olympic Games Impact - OGI para garantir os interesses dos entes governamentais.	17/09/12 APO/ME/EOM/EGP-Rio/ RIO2016 - Reunião para definição das responsabilidades sobre a infraestrutura de energia elétrica para o Parque Olímpico.

18/09/12 ANATEL - Reunião sobre Debriefing da experiência de Londres, Mapeamento de serviços de telecomunicação, necessário para construção de documento para o COI. Participantes: ANATEL	18/09/12 INMET - Reunião sobre cooperação técnica para atender a compromisso assumido de repasse de dados e monitoramento meteorológico. Criação de Plano de trabalho.
18/09/12 CAIXA Reunião sobre cooperação técnica – desenvolvimento de trabalho orientado a construção de documentação do conhecimento adquirido em Londres e homologação do sistema ambiente colaborativo UNIVERSIDADE CAIXA para uso pelos empregados APO.	19/09/12 GT Operacional de energia - Rio2016 apresenta os requisitos do COI e discussão das responsabilidades/regulamentações. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, ECONSERVA, EGP-Rio
21/09/12 FIFA - Reunião com representante da FIFA e Procurador da APO para conhecer o trabalho efetuado para a COPA 2014 no que diz respeito a proteção de marcas.	24/09/12 GT Operacional de energia - Minuta do plano de ação da FT Olimpíadas, interfaces entre as áreas de energia e sustentabilidade. Apresentação de integrante participante do PGO – Londres 2012. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
27/09/12 Apresentação para o Conselho Fiscal da APO sobre isenções fiscais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.	28/09/12 MF/SRF Isenção Fiscal – MP Olimpíadas - Apresentação pela MF/SRF da minuta da MP Olimpíadas.

01/10/12 APO - Transferência de conhecimento adquirido em Londres sobre o processo de proteção de marcas nos Jogos Londres 2012 em conjunto com o Procurador e Controlador da APO.	02/10/12 GT Operacional de energia - Apresentação estatísticas ocorrências da região da Barra na rede de 138 kV. Surpimento de energia elétrica ao Rio Centro e à Vila dos Atletas. Definição Rio2016 das demandas prioritárias energia elétrica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
03/10/12 ANATEL - GT ANATEL_Gdes Eventos: situação dos projetos. Participantes: ANATEL e MC.	08/10/12 GT Operacional de energia - Estatística das ocorrências últimos cinco anos nas linhas e subestações <i>clusters</i> olímpicos. Detalhamento da estrutura de custos para a construção do ramal subterrâneo SE Barra – Olímpica em 138 kV. Cronograma dos empreendimentos no Parque Olímpico no pós-jogos. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
10/10/12 CASA CIVIL/ MF_SRF - Discussão sobre publicação da MP 584 Isenções fiscais para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.	15/10/12 GT Operacional de energia - Apresentação de demandas e prioridades de energia elétrica do COI. Cronograma dos empreendimentos do Parque Olímpico no pós-jogos. Utilização da SE Olímpica no Legado. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio
19/10/12 FT Energia - Olimpíada Principais pontos discutidos: 1)Apresentação dos mapas dos caminhos críticos para atendimento às regiões Olímpicas do RJ, 2) Apresentação do plano de investimentos; 3) Apresentação dos requisitos técnicos das instalações Olímpicas. 4) Levantamento da estatística de contingências múltiplas na rede de distribuição para os Jogos.	19/10/12 FT Energia - Plano de investimentos e caminhos críticos para os clusters Olímpicos. Requisitos Técnicos das Instalações para os Jogos Olímpicos. Estatística de contingências múltiplas na rede de distribuição com impacto nas instalações estratégicas para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

22/10/12 GT Operacional de energia - RIO 2016 apresenta crescimento vegetativo região do entorno da SE Olímpica, calculo encargo, panorama atual e previsão para 2016. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	29/10/12 GT Operacional de energia – Alternativas atendimento do <i>cluster</i> Deodoro. Apresentação (situação atual e prevista para 2016) sobre transformadores e linhas das subestações de Jacarepaguá, Grajaú e São José. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.
05/11/12 GT Operacional de energia - Plano de Modernização da rede de distribuição até 2016 para o <i>cluster</i> Copacabana. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	06/11/12 ANATEL - Participação no GT ANATEL - Gdes Eventos: situação dos projetos.
06/11/12 APO/MC/ANATEL - Coordenação do GT Telecomunicação: Pauta: Instauração do GT com planejamento de atuação e definição de responsabilidade de cada entidade.	09/11/12 UFRJ – Avaliação das possibilidades de obter junto à UFRJ levantamento dos dados meteorológicos.
12/11/12 GT Operacional de energia - Cronogramas das obras dos sistemas de transmissão (Furnas) e distribuição LIGHT, novos diagramas e avaliação dos custos construção da 1ª alimentação da SE Olímpica. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	14/11/12 FT Energia - Principais pontos tratados: 1) Análise dos procedimentos especiais de operação para o período dos Jogos Rio2016. 2) Plano de modernização das transformações de Fronteira. 3) Caminhos críticos para atendimento as regiões olímpicas. 4) Fechamento do Plano de atividades da FT.

14/11/12 FT Análise dos procedimentos especiais de operação para evento (necessidade de técnicas). Plano de modernização das transformações de Fronteira até 2016. Caminhos críticos para atendimento aos <i>clusters</i> olímpicos (incluindo aeroportos) Fechamentos do Plano de Atividades da FT	14 a 18/11/12 Rio2016 - Participação no Debriefing do COI onde ocorreram apresentações específicas dos especialistas do LOCOG de Londres sobre os principais aspectos e experiências vivenciadas nos Jogos de Londres 2012 na disciplina de TELECOM. Esclarecimentos específicos sobre o processo de gestão de espectro e TI, inclusive sobre os serviços e operação durante os Jogos.
19/11/12 Embaixada Britânica, (Anatel/MC) - Execução do Evento PGO – Transferência de Conhecimento – Telecomunicação Participantes: Ministério das Comunicações, ANATEL, TELEBRÁS e APO Assunto: Experiência vivenciada nos Jogos Londres 2012.	20/11/12 CAIXA - Acordo de Cooperação Técnica PGO. Disseminação da Cooperação Técnica - Acréscimo de novos cursos. Operacionalização do suporte para geração de relatório final do PGO. Revisão do Plano de Trabalho. Termo aditivo
20/11/12 FT Energia - Custos com geração térmica por ocasião das Olimpíadas. Plano de reparos e revitalizações para as instalações de estratégicas. Estatística de contingências múltiplas na rede de distribuição com impacto nas instalações. Proposição de reforços para mitigação dos impactos (complementação da análise realizada para a Copa 2014).	23 a 24/11/12 ANATEL, LIGHT, FURNAS, EPE, ONS, INMET, CHM e CAIXA Debriefing organizado pela APO para transferência de conhecimento específico das áreas governamentais de Londres sobre os assuntos de Governança, Segurança, Transporte.
26/11/12 GT Operacional de energia - Elaboração de Caderno Técnico soluções de suprimento de energia elétrica aos <i>clusters</i> olímpicos. Participação do GT nos eventos de transferência de conhecimento de Londres. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio.	29/11/12 Comitê Executivo - Apresentação das necessidades de definição de responsabilidades sobre a infraestrutura de suprimento de energia. Deliberação: O assunto será direcionado para decisão pelo Comitê de Coordenação.

03/12/12	GT Operacional de energia - Fechamento das definições de infraestrutura de energia para o Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	06/12/12 GT Portos - Apresentação dos requisitos do COI para a região dos Portos. Solicitação de informações básicas de necessidade de suprimento de energia para que o GT Operacional Energia possa trabalhar no projeto.
07/12/12	ANATEL - Participação no GT ANATEL Grandes Eventos: situação atual dos projetos dos grandes eventos - evolução/fechamento anual.	07/12/12 APO/MC/ANATEL - Coordenação do GT Telecomunicação - Pauta: Instalação do GT com planejamento de atuação e definição de responsabilidade de cada entidade.
10/12/12	GT Operacional de energia - Atualização dos diagramas de atendimento aos <i>clusters</i> olímpicos (Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã) e apresentação do cronograma das obras. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP.	11/12/12 AGU/INPI/SECOM - Estruturação de Grupo de trabalho para geração de Plano de trabalho para proteção de marcas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. Definição de estratégia de atuação dos entes governamentais conforme garantia de candidatura.
17/12/12	GT Operacional de energia - Alternativas de conexão ramal SE Barra – SE Olímpica (2ª alimentação do Parque Olímpico). Especificações LIGHT subestação 138/13,8 kV. Demanda de energia no período pré-jogos. Detalhamento da rede elétrica interna do Parque Olímpico. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	20/12/12 FT Energia - Principais pontos discutidos: 1) Estimativa de custos com geração térmica a ser despachada nos Jogos Rio2016. 2) Estatísticas de contingência múltiplas na rede de distribuição. 3) Proposição de reforços para mitigação de impactos.

27/12/12 GT Operacional de energia - Balanço de 2012; Estimativas de custos dos novos ramais de atendimento do Rio Centro, Vila dos Atletas e do Campo de Golfe. Estratégia de energia das instalações olímpicas e proposta de configuração para a subestação do Parque Olímpico. Fechamento da 1a. Versão do Caderno Técnico de Energia. Previsão de demanda de energia no período pré-jogos. Participantes: ONS, EPE, FURNAS, LIGHT, EOM, RIOLUZ, RIOURBE, SECONSERVA, EGP-Rio	
---	--

GRUPO DE TRABALHO LEGADO EDUCACIONAL ESPORTIVO

12/07/2012 APO/DIOP,RioS2016; EOM; EGP-Rio; Comitê Rio - Legados e garantias dos Jogos Rio 2016, atendendo solicitações das instituições governamentais locais do Rio de Janeiro. Levantamento de possibilidades de organização do Legado Educacional, em cumprimento as responsabilidades assumidas pelo Dossiê dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	24/08/12 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; EGP-Rio; Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ); Secretaria Municipal de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro (SMEL-RJ); Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC); Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Esporte (ME) - Informar aos representantes do MEC, SEEDUC e SMEL-RJ, as organizações e instituições parceiras na organização dos Jogos 2016, sobre a proposta de gestão do Comitê Rio 2016, da EOM e do EGP-Rio, assim como organizar os conteúdos e formatos a serem repassados para o site das Olimpíadas Escolares.
09/10/2012 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; EGP-Rio; SME-RJ; SMEL-RJ; SEEDUC; ME e MEC. Convidados: Representante do Programa Educação do COB e das Olimpíadas Escolares - Realizar palestra e debate sobre as Olimpíadas Escolares (OE) e o legado educacional com os representantes do Programa Educação do COB e das Olimpíadas Escolares.	09/11/12 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; SME-RJ; SMEL-RJ; SEEDUC; MEC e ME. Convidada: Skhole Consultorias em Políticas Educacionais e de Lazer Ltda - Discutir os fundamentos da criação do GT de Legados Educacional Esportivo.
14/12/12 APO/DIOPS; MEC. Convidados: IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), Colégio Pedro II, UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Consulado Britânico - Socializar projetos, programas e ações desenvolvidos por Instituições de Ensino Superior, tendo em vista discutir com o MEC o Legado Educacional dos Jogos Olímpicos Rio 2016.	

GRUPO DE TRABALHO SAÚDE

25/07/12 APO/DIOPS; DEFESA CIVIL RIO; SMSDC/SUBHUE;GUE/DAE/SAS/MS; S/SMSDC/SVS/CIEVS; S/SMSDC/SVS; VS/SES; SMSDC/SUBVISA/GA; GSE/CBMERJ - Apresentar o papel e atribuições da APO e discutir as decisões sobre a criação do GT Saúde.	26/09/12 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; DGH – CGA; S/SUBVISA; /SMSDC/SVS/CIEV; SVS/SES; CRVS/SVS/SES-RJ; MSDC/SUBHUE; S/SUBVISA/SVFSS; S/SUBDEC – Definição da coordenação responsável pelo conteúdo técnico de saúde; discutir a divisão de responsabilidades e operacionalização dos compromissos e a proposta de calendário para as próximas reuniões.
24/10 /12 APO/DIOPS; Comitê Rio 2016; EOM; S/SMSDC/SVS/CIEV; SVS/SES; RV/S/SVS/SES-RJ; SMSDC; SMSDC/SUBVISAM; SMSDC/SUBHUE; SMSDC/SUBVISA, S/SUBDEC. Representantes do MINISTÉRIO DA SAÚDE E ANVISA; FORÇA NACIONAL – SUS; SVS - Apresentação do Conceito dos Serviços Médicos definido pelo Comitê Rio-2016; Discussão da divisão de responsabilidades e operacionalização dos compromissos; e sistematizar as questões prioritárias identificadas.	

Superintendência de Cultura, Comunicação e Eventos:

27/06 a 22/09 Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Londres 2012 - Comitê Rio 2016, EOM, EGP, MRE, Embaixada do Brasil em Londres, FCO, LOCOG - Participação no processo de observação dos Jogos Londres 2012.	20/07/12 a 09/09/12 Casa Brasil em Londres - Somerset House –agenda decorrente da atividade de representação da APO e dos entes consorciados conforme listagem a seguir - Abertura das Exposições - Inauguração da Casa Brasil com a presença da Presidenta Dilma Rousseff - Reunião com a Revista Monocle para apresentação ao vivo e entrevista com o Presidente da APO - Reunião com Jacqueline Rose para discussão da apresentação do Big Dance na Casa Brasil - Countdown 4 anos Jogos Olímpicos - Visita de Embaixadores do GRULA à Casa Brasil - Acompanhar fotógrafos do governo britânico em visita às exposições da Casa Brasil - Evento comercial sobre o setor aeroespacial da APEX realizado dentro da Casa Brasil - Evento comercial sobre serviços médicos da APEX realizado dentro da Casa Brasil - Entrevistas para BBC Radio 4and BBC Wordk sobre a Exposição Brasil a hora é essa! - Evento comercial sobre economia criativa da Embaixada do Brasil em Londres realizado dentro da Casa Brasil - Lançamento da Moeda Olímpica - Festa de Encerramento dos Jogos Olímpicos - Reunião sobre a celebração do dia 7 de setembro - Reunião sobre evento comercial da EMBRATUR - Evento comercial sobre turismo da EMBRATUR realizado dentro da Casa Brasil - Evento comercial sobre energia da FIESP realizado dentro da Casa Brasil - Countdown 4 Anos Jogos Paraolímpicos - Celebração do 7 de Setembro - Festa de Encerramento dos Jogos Paraolímpicos.
01/08/12 a 29/08/12 Atividades em Londres /London Business Network - Participação do Diretor de Infraestrutura, Apoio ao Evento e Meio Ambiente da APO em painel sobre Sustentabilidade - Participação do Secretário Executivo do Ministério do Esporte em painel sobre Grandes Eventos Esportivos Globais - Participação do Presidente da APO em painel sobre Construção e Transporte - Participação da Diretora de Operações e Serviços da APO em painel sobre Oportunidades de Negócios Paraolímpicas.	05/07/12 a 09/09/12 Foreign and Commonwealth Office (FCO) - Reunião para discussão da agenda - Recepção do PGO na sede do FCO - Participação do Presidente da APO na celebração do Programa Governamental de Observadores com Ministro do Esporte do Reino Unido e representantes da APO e Sochi - Participação do Presidente da APO no evento comercial na Prefeitura de Londres (Greater London Authority/London Partners) Brasil sobre negócios com o Brasil - Participação do Presidente da APO como moderador no evento comercial Brazilian Day do UKTI na Lancaster House - Presidente da APO e Ministro do Esporte do Reino Unido

	presentes em competição de Vôlei - Recepção do PGO na nova Embaixada em Trafalgar Square - Participação de representantes da APO e Governo Federal na recepção Conjunta de Encerramento dos Jogos Paraolímpicos na The Royal Court of Justice.	
05/07/12 a 21/09/12 Atividades em Londres / Cultura - Participação no lançamento do projeto Big Dance 2012 na Estação de trem StPancras - Participação na ativação do Big Dance Bus na Covent Garden Piazza - Evento do Big Dance em Trafalgar Square, seguido de recepção no British Council, com passagem de bastão para o Brasil - Brazilian Day no Waysworth Park como evento de encerramento do projeto Big Dance 2012 - Participação nos eventos do BT River of Music do cantor Carlinhos Brown (Tower of London) e da cantora Mariza (SomersetHouse) - Evento da Olimpíada Cultural na SomersetHouse - Participação na Cúpula de Ministros de Cultura em Edimburgo, durante o Festival Internacional de Edimburgo, acompanhando a Secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura - Evento de lançamento do London Jazz Festival - Evento de lançamento da UK Season no Brasil e do projeto Transform - Reunião com Jeremy Gilley da ONG Peace One Day para trazer a proposta para o Brasil - Celebração do Dia da Paz na Wembley Arena.	08/10/12 Ministério da Cultura - Reunião preparatória do "Workshop: Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012".	
09/10/12 FUNARTE - Apresentação do projeto Big Dance para a FUNARTE visando futura cooperação técnica e implantação do projeto no Brasil.	17/10/12 Ministério da Cultura, EOM, EGP, Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado da Bahia, Prefeitura de Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, Prefeitura de São Paulo, Governo do Distrito Federal. Comitê Rio 2016 - Reunião do GT Cultura: Participação de representantes das cidades do futebol (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Salvador) e apresentação da proposta do MinC para a Copa 2014.	

26/10/12 Comitê Rio 2016 - Participação no Debriefing APO/Comitê Rio 2016 sobre os Jogos Londres 2012.	12/11/12 Ministério da Cultura, EOM, EGP, Prefeitura do Rio de Janeiro, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Governo do Estado da Bahia, Prefeitura de Belo Horizonte, Governo do Estado de Minas Gerais, Comitê Rio 2016 - Reunião do GT Cultura: Apresentação das garantias, debriefing sobre atividades culturais nos Jogos Londres 2012, apresentação da Fundação de Cultura de Belo Horizonte sobre proposta para a Copa 2014 e apresentação do <i>workshop</i> de comunicação e cultura (debriefing Londres 2012).
25, 26 e 27/11/12 Comitê Rio 2016, COB, COI - Participação da “8ª Conferência Mundial de Esporte, Cultura e Educação do Comitê Olímpico Internacional”, parceria da Comissão de Cultura e Educação Olímpica do Comitê Olímpico Internacional (COI) com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e em colaboração com o Comitê Olímpico Nacional da Holanda.	29 e 30/11/12 Ministério da Cultura, LOCOG, Consulado Britânico no Rio de Janeiro - Realização do “Workshop: Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012” com a participação de representantes britânicos do Comitê Organizador e do governo nacional e local pelas ações de cultura e comunicação nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Londres 2012. Ação integrante das atividades do GT Cultura.
03/12/12 British Council , People's Palace Project - Reunião com Paul Heritage para discussão de 2ª parte do debriefing sobre as atividades culturais dos Jogos Londres 2012.	29 e 30/07/12 FCO, GLA, BT - PGO: Visita ao Centro de Mídia não Credenciada de Londres (LMC) e <i>tour</i> pelas instalações; visita ao <i>stand</i> do Programa Ambassadors e a uma posição "ao vivo" do LMC; <i>tour</i> guiado da BT London no Live Site Hyde Park; visita à London House
05/09/12 Comitê Rio 2016, COI - Programa de Observação do COI: visita ao MPC e IBC e demais instalações de apoio dentro do Parque Olímpico.	28/09/12 Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre debriefing de Londres; posicionamento das instituições sobre temas sensíveis; e matriz de ações públicas referentes aos Jogos Rio 2016

19/10/12 Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre o debriefing de Londres; nova sede Comitê Rio 2016/EOM; desenvolvimento da Matriz de Responsabilidades; e posicionamento de temas sensíveis.	01/11/12 Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre o debriefing de Londres, nova sede Comitê Rio 2016/EOM; e portal de suprimentos.
05/11/12 SECOM/PR - Reunião com SECOM/PR para discussão do Subgrupo de Comunicação de Governos.	09/11/12 Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussões sobre debriefing de Londres e matriz de responsabilidade.
29 e 30/11 Ministério da Cultura, LOCOG, Consulado Britânico no Rio de Janeiro - Realização do “<i>Workshop</i>: Cultura e Comunicação nos Jogos Londres 2012” com a participação de representantes britânicos do Comitê Organizador e do governo nacional e local pelas ações de cultura e comunicação nos Jogos Olímpicos e o Londres 2012. Ação integrante das atividades do GT Comunicação.	07/12/12 Comitê Rio 2016, EOM, EGP - GT Comunicação: Discussão sobre calendário de oportunidades de comunicação 2013; plano de Comunicação Integrado (Rio 2016 e governos); e matriz de responsabilidade.
19/12/12 EOM, EGP - Reunião para discussão da formação do Subgrupo de Comunicação de Governos.	07/08/12 Comitê Rio 2016 - Realização de visita a navios utilizados como acomodação de força de trabalho durante os Jogos Londres 2012.

22/08/12 ABIH, FBHA, Sindicato dos Meios de Hospedagem, MTurismo, INMETRO, BNDES, Caixa Econômica Federal, EOM, Comitê Rio 2016 - Reunião com o setor hoteleiro do Rio de Janeiro para discutir o Plano Nacional de Classificação e o Sistema de Financiamento pelos bancos públicos.	04/10/12 Comitê Rio 2016, EOM, RioTur, SMH, SMU - GT Acomodações: Comentários sobre o VICR; atualização de status e próximos passos do Bairro Carioca Olímpico 1 e 2; apresentação sobre acomodações para espectadores e hospedagem domiciliar; discussão sobre iniciativas de treinamento e capacitação de mão de obra; atualização sobre a classificação de Hotéis.
15/10/12 GT Porto: Reunião prévia de organização de Workshop.	24, 25 e 26/10/12 MTurismo, EMBRATUR - Participação no evento da Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV.
30/10/12 Comitê Rio 2016, Docas, RioTur - GT Portos: Análise de clientes para a área do Porto e operação dos navios nos Jogos Olímpicos (acessos, serviços, vistos).	08/11/12 MTurismo, Comitê Rio 2016 - Reunião para discutir estratégia de implementação do SBClass junto com o Comitê Rio 2016, seguido de almoço com Diretoria de Acomodações do Comitê Rio 2016.
22 e 23/11/12 Comitê Rio 2016, EOM - GT Acomodações: participação no Rio 2016 Accommodation Review, atualização dos dados de acomodação para o COI e IPC.	28/11/12 Governo do Estado, Prefeitura do Rio de Janeiro, Comitê Rio 2016, Ministério do Turismo, EMBRATUR e Governo do Estado de Minas Gerais - Reunião sobre o programa de receptivo Ambassadors desenvolvido durante os Jogos Londres 2012.
04/12/12 Comitê Rio 2016, EOM, RioTur, Rio Negócios - Participação em reunião de apresentação do plano de treinamento para hotéis, restaurantes e serviços em geral na cidade.	06/12/12 Comitê Rio 2016, Docas, RioTur - GT Portos: Apresentação de trabalho de consultoria do Porto para o desenvolvimento de estudos e planejamento da operação de transporte na área.

23/07/12 Comitê Rio 2016, Embaixada do Brasil em Londres - Cerimônia de hasteamento da bandeira do Brasil na Vila Olímpica.	26/07/12 FCO, LOCOG - PGO: ensaio técnico da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Londres 2012.
30/07/12 PGO: sessões sobre revezamento da tocha nos Jogos Londres 2012.	04/09/12 IPC - Programa de Observação do IPC: sessão sobre dignatários.
05/09/12 IPC - Programa de Observação do IPC: sessão sobre protocolo.	09/11/12 Comitê Rio 2016 - Reunião com o Diretor de Cerimônias para tratar do apoio da APO na estruturação da turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica.
19/11/12 Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República - Reunião sobre estruturação da turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica.	14/12/12 Comitê Rio 2016 - Apresentação do projeto da turnê das bandeiras.
18/12/12 Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República - Reunião com os gerentes da SAF/PR para apresentação de cronograma de viagens para a estruturação da turnê das bandeiras olímpica e paraolímpica.	

TABELA 7 - REUNIÕES DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE, TRÂNSITO E TRÁFEGO

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE TRABALHO e outros:

03/07/12 Funcionamento do Centro de Comando no FCO em Londres durante os Jogos de 2012 - Funcionamento do Centro de Controle instalado no FCO em Londres, para acompanhar eventuais problemas com delegações estrangeiras e turistas, no decorrer dos Jogos.	09/07/12 Reunião organizada pela DIMOB e Comitê Rio 2016 - Apresentação e organização de temas de Working Session a respeito de operações olímpicas em aeroportos.
19/07/12 Escritório da APO em Brasília com Secretaria de Aviação Civil-SAC. Reunião para tratar de operações dos aeroportos envolvidos com Olimpíadas. Apresentação das diretrizes do Plano nacional para a aviação civil.	15/08/12 Apresentação referente a Porto e Energia. Avaliação de riscos em relação à subestações de energia que estão instaladas nas proximidades das arenas olímpicas.

23/08/12 Participação em reunião realizada pela DIOPS com o SENAC: iniciativas desta entidade para incentivar esporte e atividades esportivas em todo o país.	24/09/12 Comando Militar do Leste- CML- Organização do Workshop do GT Segurança no dia 25/09.
02/10/12 Reunião da Diretoria com a Cônsul Britânica e Assessores, para tratar da agenda e palestrantes para o debriefing de 22 a 24/11/2012. Emissão de convites conjuntamente pela APO e Embaixada Britânica.	29/10/12 Reunião com representantes do Consulado Britânico no Rio de Janeiro, acompanhados de integrantes do serviço de enfrentamento ao terrorismo em Londres.
	10/12/12 APO FLAG TOUR (Turnê Rio 2016) - Reunião organizada pela DIOPS, com participação do setor de cerimônias do Rio 2016, para discutir o projeto, com atividades em todas as 27 capitais brasileiras em 2013.

05/07/12 Seminário sobre da experiência dos militares no 5ª JMM e na Rio+20 - O encontro,organizado pela DIOPS, foi realizado no Forte de São João na Urca. Participaram o Presidente da APO e autoridades militares e civis, de vários órgãos da administração pública.	13/07 /12 Forte de Copacabana Working Session Aeroporto - Evento de transferência de conhecimento.
16 a 18/07/12 Palácio do Itamaraty/RJ - Simpósio de Segurança para Grandes Eventos – a experiência Alemã. Participação na abertura do evento, organizado pela SESGE/MJ e Subsecretaria de Eventos Esportivos da SSP/RJ.	27/09/12 Seminário sobre a organização Jogos de Londres. Participação em evento realizado pelo Consulado Britânico e Prefeitura do Rio, no Palácio da Cidade.
07/11/12 Palácio do Governo do Estado - Participação no seminário referente ao legado documental.	28 e 29/11/12 Comando Militar do Leste – CML- participação em Seminário sobre os Jogos Olímpicos/Paraolímpicos, organizado pelo CML e Ministério da Defesa. Tema: participação das forças militares na organização dos Jogos de Londres 2012.

16/07/12 Visita ao COR – Centro de Operações da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, organizada pela DISEG, com o objetivo de estabelecer o contato com os responsáveis pelo COR, visando futuros trabalhos durante os Jogos Olímpicos/Paraolímpicos.	01/12/12 SÃO PAULO - FCC DRAW – Atividade de observação da segurança na organização do Sorteio para a Copa das Confederações, promovido pela FIFA. Acompanhamento da dinâmica da segurança nas áreas interna e externa, a cargo do Centro de Comando e Controle montado pela SESGE/MJ.
PARTICIPAÇÃO NO PGO – PROGRAMA GOVERNAMENTAL DE OBSERVADORES EM LONDRES	
02/08/12 Briefings a respeito do funcionamento da ILU (Unidade de Ligação de Segurança), além de informações sobre estrutura de governança dos Jogos, contra terrorismo, segurança no transporte.	03/08/12 Visita ao Centro Nacional de Coordenação e Controle dos Jogos (NOCC), Centro de Briefings da Polícia em Battersea, e Sala Especial de Operações (SOR).
04/08/12 Visita à instalação Horse Guards Parade. Visita ao Navio HMS OCEAN, com briefings a respeito do papel dos militares nos Jogos; e observação do Live Site localizado no Hyde Park.	05/08/12 Visita ao Centro de Controle de Transportes de Londres. Briefings a respeito do papel dos patrocinadores nos Jogos; proteção dos VIPs e criminalidade cibernética.

06/08/12 Visita ao Parque Olímpico, às instalações do Estádio Olímpico, IBC, MPC e Vila dos Atletas.	07/08/12 Visita à arena de competição de vela em Weymouth/Portland, com o objetivo de observar o funcionamento de uma instalação olímpica aberta e todo o sistema de segurança.
08/08/12 Briefing e reunião com o Diretor do GOE, a respeito das atividades do órgão. Visita à arena do Horse Guards Parade.	09/08/12 Briefings com especialistas do GOE a respeito de Legado, proteção de VIPs domésticos e internacionais, operações dos Jogos, atuação do Secretariado Olímpico e estrutura do Governo Nacional para as Olimpíadas.
10/08/12 Reuniões na Casa Brasil com empresários britânicos ligados às Olimpíadas. Acompanhamento do funcionamento do Estádio Olímpico em Stratford durante as competições.	11/08/12 Evento Brazil Business Day. Presentes o Presidente da APO, como moderador, a presidente da EOM e membro do comitê organizador da Copa do Mundo. Acompanhamento das operações de apoio à realização de eventos desportivos no Estádio de Wembley.
05/09/12 PGO –Jogos Paraolímpicos - Chegadas e partidas em Aeroportos - Agenda com visita a Upper Bank Street, onde a delegação brasileira recebeu briefings a respeito das ações desenvolvidas sobre o tema.	06/09/12 PGO – Jogos Paraolímpicos - Visita ao Aeroporto de Heathrow

07/09/12	PGO-Paraolímpicos - Visita ao Centro de Controle do Espaço Aéreo por autoridades civis, NATS, em Southampton.	
PARTICIPAÇÃO EM DEBRIEFINGS E NA ORGANIZAÇÃO DO HANDOVER DOS JOGOS DE LONDRES		
01/10/12	Debriefing Interno na APO - Evento com apresentações a cargo dos servidores que estiveram em Londres participando do PGO.	26/10/12 Debriefing dos Jogos de Londres Rio2016 e APO - Participação no Debriefing realizado pela APO em conjunto com a Rio 2016, referente os Jogos Olímpicos de Londres 2012.
23 e 24/11/12	Transferência da experiência (handover) dos Jogos de Londres, organizado pelo Consulado Britânico e APO. Temas: infraestrutura, transporte, segurança e governança.	

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Publicado no **DSF**, de 05/06/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 12750/2013

5

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2012, da Senadora Ana Amélia, que *confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal*.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 331, de 2012, da Senadora Ana Amélia, que *confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal*.

O projeto possui dois artigos: o primeiro confere o título ao Município e segundo contém a cláusula de vigência da lei, que é a data de sua publicação.

Na justificação do PLS, a autora aponta como “a cidade passou a ser referência mundial” nessa modalidade esportiva. Esse prestígio foi obtido graças aos diversos títulos conquistados pela Associação Carlos Barbosa de Futsal (ACBF), entre os quais o de bicampeã mundial.

A matéria foi distribuída para análise da CE, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão.

2
2

Julgamos, por tudo que a autora expõe e que é mundialmente reconhecido, que conferir o título de Capital Nacional do Futsal ao município gaúcho de Carlos Barbosa é uma forma justa e adequada de homenagear os seus cidadãos e cidadãs e de reconhecer o mérito dos atletas do futsal que lá atuam ou atuaram.

Aproveitamos para relembrar que o futsal é um dos esportes mais praticados em nosso País, superando, em número de praticantes, segundo as estatísticas esportivas, até mesmo o futebol que, ainda assim, é o esporte mais popular em nosso território.

Ademais, a Seleção Brasileira de Futsal da categoria adulta masculina, sempre composta por muitos jogadores da Associação Carlos Barbosa de Futsal (ACBF), já conquistou 56 títulos internacionais. Foram seis campeonatos mundiais, dois vice-campeonatos e um terceiro lugar em nove edições do torneio. Nossa Seleção foi, também, a vencedora das doze edições dos campeonatos sul-americanos.

No tocante à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não verificamos óbices à aprovação do projeto em exame.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2012

Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, fica declarado Capital Nacional do Futsal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Por intermédio desta proposição, pretende-se homenagear, simultaneamente, a prática de futsal no Brasil e uma das cidades que mais se destaca nesse esporte: o Município de Carlos Barbosa, situado no Estado do Rio Grande do Sul.

A cidade sedia um dos maiores times de futsal do mundo: a Associação Carlos Barbosa de Futsal (ACBF), existente desde 1976 e bicampeã do Mundial de Clubes de Futsal da Federação Internacional de Futebol - FIFA.

Essa associação, originada a partir de dois times locais – o Real e o River –, colocou o Brasil entre os maiores do mundo da modalidade. Com persistente trabalho, a ACBF obteve, em 1996, o troféu de melhor time de futsal do estado para a cidade de Carlos Barbosa. Desde então, a cidade passou a ser referência mundial nesse esporte.

2

Outros títulos de destaque conquistados pela ACBF são: os tricampeonatos da Copa América e da Copa Libertadores da América (ambos em 2002, 2003 e 2011); o tetracampeonato da Liga Nacional (2001, 2004, 2006 e 2009); o bicampeonato da Taça Brasil de Clubes – Divisão Especial (2001 e 2009); e o octocampeonato gaúcho (1996, 1997, 1999, 2002, 2004, 2008, 2009 e 2010).

O Carlos Barbosa, como é conhecido mundialmente, é o único clube brasileiro detentor de dois títulos do Mundial de Clubes de Futsal da FIFA: o primeiro, obtido em Barcelona (Espanha), em 2004; e o segundo, em sua sede, em 2012.

Mas as conquistas do time não se cingem aos jogos: elas elevaram a autoestima da população da cidade com base nesse esporte. O trabalho de preparação de jovens atletas representa uma das maneiras como o município promoveu a inserção social, com inclusão de jovens, desde cedo, nas atividades esportivas.

Por todos os méritos da cidade de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, propomos que ela seja declarada como Capital Nacional do Futsal.

Sala das Sessões,

Senadora **ANA AMÉLIA**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 11/09/2012.

6

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012 (Projeto de Lei nº 522, de 2011, na origem), da Deputada Ana Arraes, que *inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria*.

RELATOR: Senador **BENEDITO DE LIRA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 75, de 2012 (Projeto de Lei nº 522, de 2011, na Câmara dos Deputados), de autoria da Deputada Ana Arraes, que propõe seja inscrito o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Em sua justificação, a autora da matéria destaca a trajetória heróica e pioneira da Senhora Bárbara Pereira de Alencar na luta pela independência do Brasil e pela instituição da república.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 522, de 2011, foi aprovado pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 75, de 2012, foi distribuído para a apreciação exclusiva, e em sede de decisão terminativa, da CE.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE apreciar matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

A inscrição no Livro dos Heróis da Pátria é regulamentada pela Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, a qual estabelece que, no citado livro, serão registrados o nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. Entre as restrições da referida lei, consta que a inscrição só poderá ser prestada cinquenta anos após a morte do homenageado.

De fato, como enfatiza a autora da matéria, a Senhora Bárbara Pereira de Alencar foi verdadeiramente uma das primeiras heroínas do Brasil. Tendo vivido em uma época na qual às mulheres não se permitia qualquer atuação política, a Senhora Bárbara não se submeteu às regras impostas pela sociedade e protagonizou movimentos revolucionários, lutando ao lado de seus filhos.

Nascida em Exu, Pernambuco, em 11 de fevereiro de 1760, Bárbara Pereira de Alencar pertencia a uma família da aristocracia rural brasileira. Ainda jovem, mudou-se para o Ceará, onde se casou e teve quatro filhos homens, um deles o pai do escritor José de Alencar. Culta e inteligente, Bárbara cultivava os ideais iluministas da Revolução Francesa e ansiava pela independência do Brasil e pela instituição da república.

Em nome de seus ideais, a Senhora Bárbara de Alencar, sempre ao lado de seus filhos, engajou-se nas lutas revolucionárias de então, como a da Revolução Pernambucana de 1817. Em abril de 1817, foi designada para liderar sua família na luta pela independência do Ceará, conquista obtida em maio desse mesmo ano, quando um de seus filhos, o diácono José Martiniano de Alencar subiu ao púlpito da Matriz do Crato para proclamar a independência e a república.

Considerada pelas autoridades da época entre as “infames cabeças”, a revolucionária Bárbara de Alencar foi perseguida, presa e torturada. Após ser libertada, morreu em sua fazenda, em 28 de agosto de 1823.

A respeito dos atos dessa heroína cabe reproduzir as palavras do escritor Marcelo Alcoforado, destacadas pela autora do projeto: “rica, firme,

decidida, dotada de notórios pendores políticos, Bárbara de Alencar era, ademais, uma mulher transbordante de coragem, mais ainda em uma época de mulheres submissas e ignorantes, limitadas aos assuntos domésticos. Era um tempo em que os atos de conspiração costumavam ser punidos com a morte.”

Diante disso, como exige a Lei nº 11.597, de 2007, que regulamenta a matéria, não se pode negar que a Senhora Bárbara de Alencar figura entre os brasileiros que ofereceram a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. Sendo assim, é, sem dúvida, justa e meritória a iniciativa que propõe a inscrição do nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Tendo em vista a apreciação exclusiva da CE, compete igualmente a essa Comissão analisar a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. No que tange a esses aspectos, também não há reparos a fazer ao PLC nº 75, de 2012.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2012

(nº 522/2011, na Casa de origem, da Deputada Ana Arraes)

Inscreve o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de Bárbara Pereira de Alencar no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 522, DE 2011

Inscribe o nome de Bárbara Pereira de Alencar no "Livro dos Heróis da Pátria",

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscribe o nome de Bárbara Pereira de Alencar no "Livro dos Heróis da Pátria", depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Bárbara Pereira de Alencar foi uma das primeiras heroínas Brasileiras. Rompendo com os tabus machistas da época, ingressa na política com a finalidade de participar dos movimentos de independência do Brasil onde destacou-se como revolucionária.

A heroína republicana nasceu em 11 de fevereiro de 1760 em Exú, Pernambuco, na fazenda Caiçara de propriedade de seu avô Leonel Alencar Rêgo, patriarca da família Alencar. Adolescente, mudou-se para a então Vila do Crato, no Ceará, e casou-se com o comerciante português José Gonçalves dos Santos. Teve quatro filhos: João Carlos José dos Santos, Joaquina Maria de São José, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e José Martiniano de Alencar. Este último é pai do romancista José de Alencar.

Bárbara de Alencar e seus filhos abraçaram com todo fervor as lutas levadas a cabo pela aristocracia agrária na Revolução Pernambucana de 1817 e na Confederação do Equador de 1824, cujo objetivo era libertasse do jugo português e instituir um sistema republicano de governo. Dentre as suas causas destacam-se a crise econômica regional, o absolutismo monárquico português e a influência das idéias Iluministas da Revolução Francesa.

A 29 de abril de 1817, por determinação do Governo Revolucionário de Pernambuco, a família Alencar sob o comando da matriarca, recebe a missão de libertar o Ceará da dominação portuguesa, o que ocorre no dia 3 de maio do mesmo ano, quando o Diácono José Martiniano de Alencar subiu ao púlpito na Matriz do Crato e proclamou a independência e a República. Em consequência, Bárbara de Alencar, perseguida, fugiu para a Paraíba, onde foi presa. Qualificada entre os presos "infames cabeças", foi enviada para Icó, Ceará, depois para Fortaleza, onde, posteriormente, foi recambiada para Recife e, depois, transferida para prisão na Bahia, onde foi cruelmente tratada. No seu cárcere, no subsolo, uma pequena cela de tortura que não cabia um homem em pé, recebia uma só refeição por dia. Libertada três anos depois, faleceu em 28 de agosto de 1823 na sua fazenda, Touro, Piauí.

Em artigo intitulado *Uma grande mulher*, o escritor Marcelo Alcoforado sintetiza muito bem a expressiva mulher que foi Bárbara de Alencar: "Rica, firme, decidida, dotada de notórios pendores políticos, Bárbara de Alencar era, ademais, uma mulher transbordante de coragem, mais ainda em uma época de mulheres submissas e ignorantes, limitadas aos assuntos domésticos. Era um tempo em que os atos de conspiração costumavam ser punidos com a morte".

A fantástica odisséia de Bárbara de Alencar, a primeira presa política do país, marcada pelo exemplo de patriotismo e valentia que anteciparam a independência do Brasil, a eleva ao mais alto panteão da glória nacional.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2011

Deputada **Ana Arraes**
PSB-PE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 02/08/2012.

7

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2013 (Projeto de Lei nº 4.158, de 2012, na origem), do Deputado Arthur Oliveira Maia, que *declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional*.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2013 (Projeto de Lei nº 4.158, de 2012, na origem), do Deputado Arthur Oliveira Maia, que *declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional*.

O art. 1º da proposição declara raça nacional a raça de cavalos Manga-Larga Marchador, enquanto o art. 2º estabelece a vigência da lei a partir da data de sua publicação.

O autor enfatiza, na justificção, que a raça de cavalos Manga-Larga Marchador, cujas qualidades são reconhecidas e admiradas no Brasil e no exterior, é genuinamente nacional; discorre, condizentemente, sobre sua história, desde sua origem na série de cruzamentos de um garanhão da raça Alter, presenteado por Dom João VI, com as éguas da fazenda do Barão de Alfenas, no município de Cruzília-MG, até sua difusão pelo território nacional e por diversos países do mundo. Adiciona, ademais, informações que mostram o crescente relevo econômico e o grande apreço pelo Manga-Larga Marchador.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para ser apreciada em caráter terminativo, de acordo com o

art. 91, parágrafo 1º, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), não tendo recebido emendas.

II – ANÁLISE

Compete à CE opinar sobre proposições que tratem de assuntos relativos à cultura nacional, conforme o art. 102, inciso VI, do RISF.

Não se analisa aqui, contudo, uma proposta de reconhecimento da raça de cavalos Manga-Larga Marchador como integrante do patrimônio cultural brasileiro, conforme dispõe o art. 216 da Constituição Federal, para o que estão previstos procedimentos próprios no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O que propõe o projeto de lei sob exame é o reconhecimento dessa raça equina como nacional, o que certamente ela é, tal o comprovam os dados históricos e as noções amplamente difundidas no Brasil e no exterior a seu respeito.

Como criação já bissecular da equinocultura, com profundo enraizamento na vida rural brasileira, a raça Manga-Larga Marchador vem se prestando a grande diversidade de usos, tais como o locomotivo e o de transporte, o de pastoreio e o de caça, o de lazer, o esportivo e o equoterapêutico; sobressaem, assim, suas dimensões zootécnica, econômica, histórica e cultural, vincando-se, por tudo isso, de modo nítido no imaginário nacional.

Do núcleo originário de Cruzília, o Manga-Larga Marchador difundiu-se, inicialmente, por fazendas do interior de Minas Gerais e do Rio de Janeiro; dele proveio, também, a variedade Manga-Larga Paulista, que tem como marca característica a marcha trotada.

Já o Manga-Larga Marchador, que foi nos primeiros tempos denominado de Sublime, é mundialmente famoso por seu passo de andamento marchado, tão elegante e suave como vigoroso. Sua compleição física, como já nos informava a justificação, é forte e bem proporcionada, com formas leves. O temperamento dócil, a boa disposição para o trabalho, bem como sua fácil adaptabilidade a diversas condições climáticas contribuíram, sem dúvida, para a ampla valorização por que passou, no Brasil e no exterior, a partir de meados dos anos 1970.

Seu sucesso e difusão podem ser aferidos, no País, pelos mais de seis mil e quinhentos sócios atuantes da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (ABCCMM) e pelos mais de 450 mil animais inscritos no respectivo Serviço de Registro Genealógico.

De tal sorte, não apenas é seguro o caráter nacional dessa qualidade de equinos, como se mostra relevante, sob os aspectos econômico, cultural e histórico, reconhecê-lo legalmente. Além disso, a proposição mostra-se condizente com as normas constitucionais, com os princípios gerais do Direito e com a técnica legislativa, adequando-se, ainda, ao Regimento da Casa.

III – VOTO

Consoante as razões expostas, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2013

(nº 4.158/2012, na Casa de origem, do Deputado Arthur Oliveira Maia)

Declara a raça de cavalos Manga-Larga Marchador raça nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica declarada raça nacional a raça de cavalos Manga-Larga Marchador.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.158, DE 2012

Declara a raça de cavalos Mangalarga Marchador Raça Nacional;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica declarada Raça Nacional a raça de cavalos Mangalarga Marchador.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora apresentamos tem o intuito de reconhecer oficialmente a raça de cavalos Mangalarga Marchador – genuinamente brasileira – como Raça Nacional.

A formação da raça se deu no início da colonização Portuguesa no Brasil, através dos cruzamentos de um garanhão da raça Alter, dado de presente pelo Rei de Portugal, D. João VI, ao Barão de Alfenas, que o utilizou em suas éguas na fazenda Campo Alegre, município de Cruzília, Minas Gerais, formando assim a raça que tem como característica particular a marcha.

Tal marcha o diferencia das demais raças e esse é o motivo da sua grande aceitação pelo mundo, que somente conhece animais de trote.

Os criadores do período colonial precisavam de animais para o trabalho nas fazendas (especialmente na lida com o gado) e para a prática de esportes, como a caça ao veado, muito popular na época. Buscaram, dessa forma, desenvolver uma raça dotada de qualidades imprescindíveis a tais finalidades, como bom andamento, resistência, docilidade e nobreza de caráter.

Originalmente chamada de Sublime, a nova raça foi, mais tarde, apelidada de Mangalarga. Com essa denominação, esses equinos se tornaram famosos e conquistaram todo o País.

O Cavalo Mangalarga Marchador serviu de grande instrumento para o transporte das pessoas e riquezas do Brasil Colônia e atualmente é um importante colaborador no desenvolvimento da nossa pecuária, que se tornou uma das maiores do mundo.

É um excelente cavalo de serviço e, além da parte funcional, onde ele se destaca muito, atualmente, graças ao seu temperamento brando, ele vem sendo usado nas escolas de equo terapia.

Os representantes da raça Mangalarga Marchador são animais cujo biótipo varia de pequeno a médio, com altura ideal de 1,52m para os

machos e de 1,46m para as fêmeas. A estrutura óssea e muscular é forte e bem proporcionada, com formas leves. O temperamento desses animais é dócil e com boa disposição para o trabalho. A criação do Mangalarga Marchador, com finalidade comercial, pode se constituir atividade econômica rentável, pois os animais são rústicos, demonstrando fácil adaptação em todas as regiões brasileiras e também fora do País, para onde têm sido exportados¹.

O cavalo Mangalarga Marchador, diferentemente de outras raças nacionais, possui inúmeras linhagens antigas e de tradição. Assim, é possível encontrar entre esses equinos um grupo que se mantém com as mesmas características genotípicas e pequenas variações fenotípicas. São criações que se mantiveram praticamente isoladas, desenvolvendo, com objetivos claros, a sua seleção morfológica e funcional, fugindo ocasionalmente da consanguinidade entre suas matrizes e garanhões².

Dentre os principais núcleos de criação, onde se iniciaram os trabalhos de seleção a partir do século XIX, estão as Fazendas Favacho, Angai, Campo Lindo (JB), Traituba e Bela Cruz, berços da raça e símbolos da história do Brasil rural.

Destaque-se que a Raça Mangalarga Marchador está sendo regularmente criada desde a fundação da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador - ABCCMM, em 1949, na Cidade de Caxambu MG, que armazena e controla todos os animais inscritos no Serviço de Registro Genealógico (SRG).

Atualmente existem mais de 6.500 (seis mil e quinhentos) sócios atuantes que diretamente contribuem para a Associação, mas, desde a sua fundação, já se encontram cadastrados mais de 25.000 (vinte e cinco mil) associados, além de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) animais registrados no SRG.

A ABCCMM tem 52 (cinquenta e dois) Núcleos Regionais, espalhados pelo Brasil inteiro e mais 4 (quatro) Núcleos Internacionais: Estados Unidos, Europa (Alemanha, Suíça, Holanda, Bélgica e França), Itália (separada do outro grupo europeu) e Argentina. Alguns países já estão importando o Mangalarga Marchador, mas ainda não foram fundados os

¹ Informações publicadas no "Jornal do Clube Virtual Mangalarga Marchador" - Ano III - Edição nº 36/2002. In: <http://www.pedigreedaraca.com.br/entrevista.php>

² Informações publicadas no "Jornal do Clube Virtual Mangalarga Marchador" - Ano III - Edição nº 36/2002. In: <http://www.pedigreedaraca.com.br/entrevista.php>

Núcleos: Angola, Congo, Israel, Venezuela, Paraguai, Uruguai e Colômbia. Em razão disso a ABCCMM é a maior Associação de Criadores de Cavalos da America Latina e uma das maiores do mundo.

Vale ressaltar que a ABCCMM realiza mais de 250 (duzentos e cinquenta) eventos oficiais por ano, incluindo exposições, copas de marcha, cavalgadas, enduros e provas funcionais. No ano passado foram realizados 134 (cento e trinta e quatro) leilões oficiais e mais uns 30 (trinta) não cancelados, o que demonstra a grande liquidez da raça e o grande interesse dos criadores. A Exposição Nacional é sempre realizada no mês de julho no Parque da Gameleira, em Belo Horizonte, com o julgamento de mais de 1.500 (mil e quinhentos) animais, o que a torna a maior exposição de uma só raça no Brasil.

Justamente por se constituir uma criação brasileira, dotada de grande interesse zootécnico, comercial e histórico, a raça Mangalarga Marchador precisa do apoio do Poder Público para manter suas características singulares preservadas e transmitidas às gerações vindouras.

Esperamos, ao propor o reconhecimento oficial da origem brasileira do Mangalarga Marchador, contribuir para a sua proteção e para a promoção dessa raça equina no País e no Mundo.

Para tanto, contamos com o fundamental apoio deste Parlamento, na esperança de que esta relevante causa seja adotada por todos os nossos nobres pares.

Sala das Sessões, em 4 de julho de 2012.

Deputado ARTHUR OLIVEIRA MAIA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, de 23/05/2013.

8

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010, que *Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.*

RELATOR: Senador **CÍCERO LUCENA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 271, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que visa incluir os alunos com problemas visuais ou auditivos nos critérios de repasse dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Com apenas três dispositivos, o projeto em questão altera o § 1º do art. 22 e o *caput* do art.23 da referida lei, conforme segue.

O art. 22 da norma citada trata da assistência financeira a ser concedida, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica e as de educação especial, qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público. Estabelece o § 1º do dispositivo mencionado que a assistência será definida, anualmente, com base no número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

Com relação a esse artigo, o PLS nº 271, de 2010, modifica seu texto para estabelecer que a assistência será definida, também, com base no “número de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nos quais se identificou,

por meio de triagens, problema visual e/ou auditivo, que prejudique o processo de aprendizagem (...).”

Já o art. 23 da Lei nº 11.947, de 2009, determina que os “recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a **garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.**” Nesse dispositivo, a proposição objeto desta análise pretende acrescentar que esses recursos deverão ser destinados também “à assistência estudantil, no âmbito da escola, no que se refere ao **diagnóstico e à correção de problema visual e/ou auditivo, por meio de recursos corretivos específicos**”. (grifos nossos)

Na justificação, o autor enfatiza que o objetivo da proposição é combinar o princípio legal da progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares com a sistemática de repasse direto de recursos federais para a manutenção das escolas. Assim, pretende incluir, dentre estes, aqueles destinados “à assistência de estudantes com problemas visuais, em casos de erro de refração, sanáveis com o uso de lentes corretivas, bem como problemas auditivos que interferem no processo de aprendizagem.”

A matéria foi distribuída a esta Comissão e à de Educação, Cultura e Esporte (CE) que, após deliberação da CDH, deverá se pronunciar em decisão de caráter terminativo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 271, de 2010, trata de matéria compreendida no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o que estabelece o art. 23, II, da Constituição Federal. Na análise da proposta, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Nesta Casa, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Temos a observar, contudo, que o PLS nº 271, de 2010, apresenta algumas impropriedades, conforme segue.

Em primeiro lugar, importa lembrar que o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas e não aos alunos, como nos leva a crer o texto do projeto. O programa, de fato, inclui várias ações com o objetivo de melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas. Visa, também, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Em segundo lugar, vale observar que os recursos do Programa saem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo que, em 2010, o orçamento foi de R\$ 1,4 bilhão, para todas as ações, beneficiando 137.640 escolas públicas e particulares. Isso representa aproximadamente R\$ 10 mil por escola, em média, pois o cálculo do montante a ser destinado a cada escola tem como base o número de alunos matriculados. Já o orçamento previsto para 2011 é um pouco maior – R\$ 1,5 bilhão –, devendo ser destinado à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Como pode ser visto, são poucos recursos do FNDE destinados a cada escola, para as já inúmeras necessidades no que respeita à melhoria de sua infraestrutura física e pedagógica – o que inclui desde reforma das instalações à compra de quadros, mesas e, até mesmo, mapas e giz.

Com relação à destinação dos recursos do PDDE para assistência no que se refere ao diagnóstico e à correção de problema visual ou auditivo, entendemos ser inadequada e prejudicial tanto ao programa quanto ao desempenho da escola. Afinal, essa alteração busca trazer uma responsabilidade para a escola que foge a sua missão: diagnósticos e correção de problemas que dizem respeito a questões de saúde, não de educação. A escola pode ser – e na verdade já é – parceira na identificação de problemas de saúde, mas não responsável por “diagnósticos e correções”.

De fato, a escola brasileira já é parceira do Ministério da Saúde. Viabilizando essa parceria, existe o Programa Saúde na Escola (PSE), lançado oficialmente em setembro de 2008. O programa tem por objetivo reforçar a prevenção à saúde dos alunos brasileiros e está estruturado em quatro blocos, sendo que um deles trata exatamente da avaliação das condições de saúde, entre elas as referentes a acuidade visual e auditiva.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2010, aderiram ao PSE 645 municípios, contabilizando mais de 26 mil escolas e 6 milhões de estudantes passíveis de atendimento. Tal resultado confirma esse programa como uma política social eficaz no enfrentamento das vulnerabilidades relativas à saúde que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Por fim, reconhecemos que, sem sombra de dúvida, as pessoas com deficiência são plenamente merecedoras de receberem tratamento diferenciado, de maneira a lhes permitir exercer plenamente seus direitos, entre eles o direito à educação. Contudo, entendemos que a proposta contida no PLS nº 271, de 2010, ademais de desvirtuar o objetivo da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, já se encontra plenamente atendida pelas normas em vigor.

III – VOTO

Em face do exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2010

Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 1º, do art. 22, da Lei nº 11.947, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.22.

§ 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com os dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação, bem como o número de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nos quais se identificou, por meio de triagens, problema visual, e/ou auditivo, que prejudique o processo de aprendizagem, observado o disposto no art. 24.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 23, da Lei nº 11.947, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

2

“**Art. 23.** Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino, bem como à assistência estudantil, no âmbito da escola, no que se refere ao diagnóstico e à correção de problema visual, e/ou auditivo, por meio de recursos corretivos específicos”. (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nas escolas públicas de educação básica estão matriculadas atualmente perto de 50 milhões de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Entre 1% e 2% deles apresentam, desde a mais tenra idade, problemas visuais que dificultam a aprendizagem da leitura, e o desenvolvimento de outras competências, que dependem da saúde ocular. Entre os estudantes da educação especial, o percentual de casos é significativamente maior.

Os índices de reprovação, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, e no período de alfabetização de jovens e adultos, continuam a desafiar os esforços das autoridades educacionais derivando, em boa parte, dos problemas de visão desse alunado.

Em 2007, os Ministérios da Educação, e da Saúde, criaram o *Programa Olhar Brasil*, para diagnosticar problemas visuais, por meio de exames oftalmológicos, e distribuir lentes corretivas, principalmente para as crianças na faixa dos seis anos, que iniciam o ensino fundamental, bem como aos adultos atendidos pelo *Programa Brasil Alfabetizado*. Passado mais de dois anos tem notícia de que são poucos os resultados satisfatórios, que previam exames em 40 milhões de alunos, com a distribuição de aproximadamente um milhão de óculos.

Enquanto isso tem a grata notícia do aumento de matrículas na pré-escola, e da promulgação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que torna obrigatório o ensino dos quatro aos dezessete anos.

Ao mesmo tempo, comemoram-se políticas estruturantes de financiamento da educação, como a do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)*, e de assistência federal

3

à educação, como as políticas públicas para o Livro Didático, Alimentação e Transporte Escolar e, em especial, o *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)*.

O objetivo do projeto que apresentamos é o de combinar o princípio legal da “progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares”, inscrito no art. 15, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com a sistemática de repasse direto de recursos federais para a manutenção das escolas, de modo a incluir, dentre estes, recursos destinados à assistência de estudantes com problemas visuais, em casos de erro de refração, sanáveis com o uso de lentes corretivas, bem como problemas auditivos que interferem no processo de aprendizagem.

Em vez de envolver autoridades estaduais e municipais, das áreas da saúde e da educação, numa complexa operação burocrática, o problema de mais de um milhão de crianças e de milhares de adultos, em fase de alfabetização, detectável por meio de exames simples, feitos pelas próprias professoras, pode ser resolvido no âmbito da escola.

Diagnosticada a dificuldade, a escola orientaria os alunos para que se consultem com especialistas das áreas (oftalmologia e otorrinolaringologia), providenciando o fornecimento dos recursos corretivos necessários, utilizando para esse fim dos aportes financeiros, que lhe chegariam como repasse do PDDE, acrescidos aos valores atualmente já praticados pelo programa.

Temos a certeza de que, além de ser mais econômico para o Poder Público, essa solução será mais eficiente e eficaz, redundando em melhores estatísticas de progressão nos estudos, bem como em maiores satisfação, e bem-estar imediato, para tantos brasileiros que não têm recursos para resolver problemas simples de qualidade de vida, que dizem respeito à visão e à audição.

Sala das Sessões,

Senador FLÁVIO ARNS

4

Legislação citada

LEI Nº 11.947, DE 6 DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

...

Art. 22. O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, bem como às escolas mantidas por entidades de tais gêneros, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

§ 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação, observado o disposto no art. 24.

§ 2º A assistência financeira de que trata o § 1º será concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica:

I - diretamente à unidade executora própria, representativa da comunidade escolar, ou àquela qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;

II - ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município mantenedor do estabelecimento de ensino, que não possui unidade executora própria.

Art. 23. Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

...

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa)

Publicado no **DSF** em 11/11/2010

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF
O.S 15156/ 2010

legislação citada

LEI Nº 11.947, DE 6 DE JULHO DE 2009.

Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

...

Art. 22. O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, com o objetivo de prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, bem como às escolas mantidas por entidades de tais gêneros, observado o disposto no art. 25, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.

§ 1º A assistência financeira a ser concedida a cada estabelecimento de ensino beneficiário será definida anualmente e terá como base o número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação, observado o disposto no art. 24.

§ 2º-A assistência financeira de que trata o § 1º será concedida sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante crédito do valor devido em conta bancária específica:

I - diretamente à unidade executora própria, representativa da comunidade escolar, ou àquela qualificada como beneficente de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público;

II - ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município mantenedor do estabelecimento de ensino, que não possui unidade executora própria.

Art. 23. Os recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

...

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010, que *Altera a Lei nº 11.947, 2009, que dispõe sobre a alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para alunos da educação básica, de maneira a incluir os alunos com problemas visuais, ou auditivos, nos critérios de repasse dos recursos do PDDE.*

RELATOR: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 271, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que visa incluir os alunos com problemas visuais ou auditivos nos critérios de repasse dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Com apenas três dispositivos, o projeto em questão altera o § 1º do art. 22 e o *caput* do art.23 da referida lei, conforme segue.

O art. 22 da norma citada trata da assistência financeira a ser concedida, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica e as de educação especial, qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público. Estabelece o § 1º do dispositivo mencionado que a assistência será definida, anualmente, com base no número de alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação.

Com relação a esse artigo, o PLS nº 271, de 2010, modifica seu texto para estabelecer que a assistência será definida, também, com base no “número de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nos quais se identificou,

por meio de triagens, problema visual e/ou auditivo, que prejudique o processo de aprendizagem (...).”

Já o art. 23 da Lei nº 11.947, de 2009, determina que os “recursos financeiros repassados para o PDDE serão destinados à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a **garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.**” Nesse dispositivo, a proposição objeto desta análise pretende acrescentar que esses recursos deverão ser destinados também “à assistência estudantil, no âmbito da escola, no que se refere ao **diagnóstico e à correção de problema visual e/ou auditivo, por meio de recursos corretivos específicos**”. (grifos nossos)

Na justificação, o autor enfatiza que o objetivo da proposição é combinar o princípio legal da progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares com a sistemática de repasse direto de recursos federais para a manutenção das escolas. Assim, pretende incluir, dentre estes, aqueles destinados “à assistência de estudantes com problemas visuais, em casos de erro de refração, sanáveis com o uso de lentes corretivas, bem como problemas auditivos que interferem no processo de aprendizagem.”

A matéria foi distribuída a esta Comissão e à de Educação, Cultura e Esporte (CE) que, após deliberação da CDH, deverá se pronunciar em decisão de caráter terminativo.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O PLS nº 271, de 2010, trata de matéria compreendida no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o que estabelece o art. 23, II, da Constituição Federal. Na análise da proposta, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

Nesta Casa, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos. Por essa razão, a apreciação da matéria neste colegiado é pertinente.

Temos a observar, contudo, que o PLS nº 271, de 2010, apresenta algumas impropriedades, conforme segue.

Em primeiro lugar, importa lembrar que o PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas e não aos alunos, como nos leva a crer o texto do projeto. O programa, de fato, inclui várias ações com o objetivo de melhorar a infraestrutura física e pedagógica das escolas. Visa, também, o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Em segundo lugar, vale observar que os recursos do Programa saem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo que, em 2010, o orçamento foi de R\$ 1,4 bilhão, para todas as ações, beneficiando 137.640 escolas públicas e particulares. Isso representa aproximadamente R\$ 10 mil por escola, em média, pois o cálculo do montante a ser destinado a cada escola tem como base o número de alunos matriculados. Já o orçamento previsto para 2011 é um pouco maior – R\$ 1,5 bilhão –, devendo ser destinado à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino.

Como pode ser visto, são poucos recursos do FNDE destinados a cada escola, para as já inúmeras necessidades no que respeita à melhoria de sua infraestrutura física e pedagógica – o que inclui desde reforma das instalações à compra de quadros, mesas e, até mesmo, mapas e giz.

Com relação à destinação dos recursos do PDDE para assistência no que se refere ao diagnóstico e à correção de problema visual ou auditivo, entendemos ser inadequada e prejudicial tanto ao programa quanto ao desempenho da escola. Afinal, essa alteração busca trazer uma responsabilidade para a escola que foge a sua missão: diagnósticos e correção de problemas que dizem respeito a questões de saúde, não de educação. A escola pode ser – e na verdade já é – parceira na identificação de problemas de saúde, mas não responsável por “diagnósticos e correções”.

De fato, a escola brasileira já é parceira do Ministério da Saúde. Viabilizando essa parceria, existe o Programa Saúde na Escola (PSE), lançado oficialmente em setembro de 2008. O programa tem por objetivo reforçar a prevenção à saúde dos alunos brasileiros e está estruturado em quatro blocos,

sendo que um deles trata exatamente da avaliação das condições de saúde, entre elas as referentes a acuidade visual e auditiva.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em 2010, aderiram ao PSE 645 municípios, contabilizando mais de 26 mil escolas e 6 milhões de estudantes passíveis de atendimento. Tal resultado confirma esse programa como uma política social eficaz no enfrentamento das vulnerabilidades relativas à saúde que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Por fim, reconhecemos que, sem sombra de dúvida, as pessoas com deficiência são plenamente merecedoras de receberem tratamento diferenciado, de maneira a lhes permitir exercer plenamente seus direitos, entre eles o direito à educação. Contudo, entendemos que a proposta contida no PLS nº 271, de 2010, ademais de desvirtuar o objetivo da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, já se encontra plenamente atendida pelas normas em vigor.

III – VOTO

Em face do exposto, nosso voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2010.

Sala da Comissão, 12 de Maio, de 2011.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senador Sérgio Petecão, Relator

9

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009, do Senador Marcelo Crivella que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.*

RELATOR: Senador **PAULO BAUER**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 43, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

O projeto intenta alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação nacional, com a finalidade de instituir novos critérios para a autorização e o reconhecimento de cursos superiores, bem como para o credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior (IES).

Para tanto, a proposição insere na LDB dois novos dispositivos correlacionados, a saber:

1) o § 4º acrescentado ao art. 9º da LDB obriga a União a realizar exames de proficiência para os egressos de curso de graduação, em colaboração com as entidades de classe afins, de forma a condicionar o

reconhecimento dos cursos ao desempenho médio dos formandos da instituição;

2) o art. 46-A acrescido à LDB assegura a participação dos conselhos profissionais na avaliação empreendida pelo Ministério da Educação (MEC) com vistas ao credenciamento de IES e à autorização de funcionamento de cursos superiores. Ainda por esse dispositivo, condiciona-se o credenciamento de instituições de educação superior à obtenção de desempenho considerado adequado nos exames de proficiência profissional.

Para justificar a mudança, o autor alega o fraco desempenho de nossos formandos tanto em exames oficiais do MEC quanto nos exames das ordens profissionais, como no caso dos advogados. Seu entendimento é de que o Estado e a sociedade devem exercer rigoroso controle prévio à abertura de novos cursos e ao credenciamento de IES, para não dar margem a um “estelionato educativo”, caracterizado pela conclusão de estudos superiores que não habilitam para o exercício da cidadania ou de uma profissão.

À matéria, ora submetida à decisão terminativa desta Comissão, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre matérias que digam respeito a, entre outros assuntos, diretrizes e bases da educação nacional, como é o caso do objeto do projeto em análise. Sendo assim, a presente manifestação é regimentalmente legítima.

Além disso, observado o disposto no art. 91, do citado RISF, não observamos qualquer óbice à tramitação do projeto relativamente aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Particularmente no que tange à iniciativa, lembramos que o Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Constituição, está legitimado a dispor sobre as matérias de competência da União previstas no art. 22 da mesma Carta, entre as quais se incluem as diretrizes e bases da educação brasileira.

Quanto ao exame de mérito, verifica-se, de pronto, que a inovação legal sob exame apresenta noção de oportunidade. Todavia, sua análise não pode prescindir de considerações de fundo a respeito do atual modelo de avaliação da educação superior. Além disso, dado o papel decisório que intenta conferir a conselhos de fiscalização do exercício profissional na educação superior, devem ser ponderadas as atividades e a importância desses entes na sociedade brasileira e o tipo de relação que eles mantêm com as instituições provedoras de formação em nível superior.

Hoje, a avaliação a que se refere o art. 46 da LDB vem sendo realizada no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse sistema foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O SINAES substituiu o Exame Nacional de Cursos (ENC), conhecido como “provão”, aplicado no País no período de 1996 a 2004, com base na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que era constituído, exclusivamente, pela avaliação de desempenho acadêmico.

Com a criação do SINAES, a avaliação da educação superior passou a envolver pelo menos três dimensões diferenciadas: a institucional; a das condições de oferta dos cursos e a avaliação do desempenho acadêmico de estudantes propriamente dita. Esta, todavia, foi reformulada e supostamente aprimorada com o intuito de identificar o conhecimento agregado ao estudante ao longo dos estudos de graduação, passando à denominação de Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

A partir de uma concepção estrita de educação, o desempenho acadêmico pode ser visto como indicador por excelência de sucesso do processo educacional. Sob essa ótica, o exame de suficiência acadêmica, sozinho, daria conta da avaliação da educação superior no País. Contudo, a nosso ver, essa percepção é equivocada. No caso brasileiro em particular, o resultado de tal exame não decorre do processo educativo em si. Em boa medida, o desempenho em provas pode ser atribuído a características pessoais e de origem social dos estudantes

Daí a importância de um sistema de maior amplitude, a considerar a avaliação dos cursos, mediante a aferição da qualidade da oferta, e a avaliação institucional. É por meio desses dois instrumentos que o MEC examina os processos de autorização de cursos e de credenciamento de novas instituições, numa oportunidade em que sequer se cogita a possibilidade de desempenho acadêmico do alunado, porque ainda

intangível. O procedimento se repete à ocasião do reconhecimento de cursos, quando turmas já foram formadas, e do credenciamento de instituições. Em ambos os casos, o MEC procede ao exame circunstanciado das condições de oferta do ensino.

Entre outras verificações, essa avaliação inclui desde a análise do acervo de bibliotecas e da qualificação do corpo docente até a consistência dos planos de desenvolvimento institucional. Quando uma IES apresenta problema em alguma das dimensões avaliadas, o MEC assinala prazo para que ela promova adequações. A reincidência nas falhas tem suscitado a determinação de providências drásticas, a exemplo do fechamento de cursos e encerramento de atividades de instituições. Com efeito, do ponto de vista de uma avaliação sustentável, consideramos que o modelo atual parece adequado.

No mais, não nos parece suficientemente arrazoada a pretensão de condicionar o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições tão somente à demonstração de desempenho acadêmico em provas. A absolutização desse critério pode conduzir, a nosso ver, a um risco extremo para a sociedade brasileira. Não é exagero suscitar, em um contexto marcado pela preocupação com a abreviação da formação profissional, a factibilidade de implantação de um verdadeiro “supletivo” da educação superior, em que a demonstração de proficiência em provas substitua a necessidade de realização de estudos regulares.

Por fim, ainda em face do tema da abertura de novos cursos de educação superior, lembramos que o País acumula alguma experiência de controle social, materializada na audiência institucional de partes interessadas da sociedade. A título de exemplo, lembramos a parceria do MEC com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – no que tange aos cursos de Direito – e com o Conselho Nacional de Saúde (CNS) – no que concerne a alguns cursos da área de saúde. Essa prática vem sendo adotada desde a primeira regulamentação do art. 46 da LDB, em 1996.

Nos termos do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que hoje regulamenta o citado dispositivo da LDB, a criação de cursos de graduação em direito e em medicina, odontologia e psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, deve ser precedida de manifestação da OAB ou do CNS. Da mesma maneira, o reconhecimento desses cursos deve igualmente ser submetido, respectivamente, à manifestação do Conselho Federal da OAB ou do CNS.

A participação dessas entidades nos processos em alusão se deve à influência que exercem na sociedade brasileira nos respectivos âmbitos de atuação. O papel central do advogado na ordem jurídica brasileira conferiu à OAB o *status* de entidade constitucional. Do mesmo modo, o CNS tem exercido, por via transversa, competência do Sistema Único de Saúde (SUS), prevista no art. 200, inciso II, da Carta Magna, consistente em ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.

Importa pontuar, no entanto, que as manifestações dessas entidades nos processos de autorização de cursos e credenciamento de instituições têm sido tomadas em caráter consultivo. Portanto, como um instrumento a mais a orientar a decisão do Estado.

Com efeito, parece temerário conferir a todo o conjunto dos conselhos de exercício profissional poder de decisão em matéria de política de avaliação e de expansão da educação superior. Ademais, teriam eles, sem exceções, estrutura e perfil para desempenhar tão relevante papel?

Assim, por todo o exposto, nosso entendimento é de que a medida proposta não contribuiria para aprimorar a legislação vigente.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2009.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº. 43, DE 2009

Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com o seguinte parágrafo adicional:

“Art. 9º.....

.....

§ 4º. Para o cumprimento dos incisos VI e VIII, a União promoverá exames de proficiência para os egressos dos cursos de graduação, em colaboração com as entidades profissionais que lhes são afins, de forma a condicionar o reconhecimento dos cursos das respectivas instituições a um desempenho médio mínimo de seus formados. **(NR)”**

Art. 2º. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor com o seguinte art. 46-A:

“Art. 46-A. Na avaliação a que se refere o artigo anterior, incluem-se exames de proficiência profissional, a que serão obrigados todos os egressos de cursos de graduação, no prazo de um ano após a respectiva conclusão.

2

§ 1º. O planejamento e execução dos exames a que se refere o *caput* estarão a cargo do sistema de ensino da União, em colaboração com os órgãos competentes pelo controle das atividades de trabalho da respectiva profissão ou ocupação, segundo regulamento.

§ 2º. Como critério de renovação do reconhecimento dos cursos de graduação das instituições de educação superior levar-se-á prioritariamente em conta o desempenho médio dos respectivos egressos nos exames a que se refere o *caput*, observados os §§ 1º e 2º do artigo anterior.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no início do ano subsequente ao da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A qualidade da educação escolar, medida pelas condições do ensino e da aprendizagem, é um princípio da Constituição Federal, contido em seu art. 206, VII, e explicitado no art. 4º, IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

A sociedade está estarecida com denúncias da má qualidade das escolas de ensino fundamental e médio, inclusive pelos fraquíssimos resultados no desempenho dos estudantes em provas e exames de avaliação, principalmente nos estabelecimentos públicos. Esta situação é lamentável e precisa ser imediatamente considerada e remediada pelas autoridades e por quantos se interessam pela formação dos cidadãos.

No caso da educação superior, não seria de esperar que os cursos de graduação apresentassem graves problemas de qualidade. Afinal, ainda é a minoria dos brasileiros que têm oportunidade de frequentar as universidades e faculdades, uma vez que foram selecionados durante os doze anos da escolaridade básica anterior e tiveram que superar os concursos vestibulares, muitos dos quais famosos pelo rigor.

Eis que, ingressando no presente milênio, a sociedade brasileira é surpreendida por notícias muito preocupantes: não somente os “provões”, aplicados no ano final dos cursos, mas alguns exames de proficiência profissional, como os da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos revelam que parte considerável dos concluintes das graduações de nível superior não alcançam as competências mínimas para o exercício da cidadania e da profissão.

3

Há casos emblemáticos dessa situação: no ano de 2004 o “Exame de Ordem” reprovou no Mato Grosso do Sul 68% dos candidatos; em Tocantins 69%; no Pará 70%; no Mato Grosso 79%; na Paraíba 74,5%; em Goiás 76%; no Paraná 86%, e em São Paulo 86,7%.

Diante desse quadro, é inadmissível que se cogite que a responsabilidade por esse desastroso desempenho caiba apenas aos formandos. Com efeito, no caso de São Paulo, por exemplo, dos 21.600 bacharéis que prestaram o exame em 2004, apenas 2.878 obtiveram a carteira de advogado. Ou seja, 18.722 pessoas, até famílias inteiras, viram seu investimento, de dinheiro e tempo, tornar-se inútil.

E o problema não atinge apenas os cursos de Direito. Naquele mesmo ano de 2004, devido a esses estarrecedores resultados, o governo decidiu suspender, por cento e oitenta dias, a tramitação dos pedidos de abertura de novos cursos de Direito, Medicina, Psicologia e Odontologia, até que fossem revistos os critérios de credenciamento.

Eis a razão para tornar obrigatório e de responsabilidade das mais altas autoridades educacionais do País – o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) – um exame de proficiência profissional para todos os egressos dos cursos de graduação de instituições de educação superior – federais, estaduais, municipais e privadas.

Regulamento apropriado cuidaria de que todos os estudantes só obtivessem seu diploma uma vez comprovada sua participação nesses exames, independentemente de sua nota. Seria estabelecida, a cada ano, pela autoridade competente, uma média nacional de desempenho para todas as instituições, a qual, se não alcançada, determinaria um processo salutar de “intervenção”, com vistas à sua recuperação acadêmica.

Tais resultados, amplamente publicados, serviriam também de parâmetro e orientação para o ingresso de novos alunos nas instituições.

A experiência da OAB e de outros conselhos profissionais poderá ser de grande valia para que o CNE e o MEC produzam as diretrizes pedagógicas e técnicas que presidirão a elaboração dessas provas, com a preocupação de se galgar patamares crescentes de qualidade intrínseca e social dos cursos e das instituições e com a vantagem de transformar esses exames em política pública, a ser sedimentada no imaginário e na cultura de educadores e de educandos.

O que não se pode permitir é, de um lado, a proliferação da oferta de milhares de vagas e de currículos inadequados, e, de outro, a trava tardia de exames com que órgãos profissionais querem

4

“defender” a integridade da respectiva categoria, caracterizando um tipo de “estelionato educativo”, em prejuízo de pessoas, de famílias e de instituições que vêm frustrados investimentos de anos de vida e de enormes sacrifícios.

Para a provação do presente projeto de lei, conto com a compreensão das Senadoras e dos Senadores, das Deputadas e Deputados.

Sala das Sessões,

Senador MARCELO CRIVELLA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

Publicado no **Diário do Senado Federal**, 19/02/2009.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VII - garantia de padrão de qualidade.

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

“

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

.....

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

.....

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.”

10

**REQUERIMENTO Nº , DE 2013 – COMISSÃO DE
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)**

(Do Senador Ataídes Oliveira)

Requeiro nos termos dos Incisos V do art. 90 e I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública com a presença das autoridades abaixo relacionadas, sem prejuízo de outras que possam enriquecer o debate:

- *Senhor Cimar Azeredo, coordenador de trabalho e rendimento do IBGE;*
- *Senhora Joana Monteiro, pesquisadora do Instituto Brasileiro da Fundação Getúlio Vargas;*

O objetivo é discutir o estudo realizado pela Senhora Joana Monteiro e coordenado pelo Senhor Cimar Azeredo, chamado de “Os nem-nem-nem: exploração sobre um fenômeno pouco estudado”, que define os jovens que nem trabalham, nem estudam e nem procuram emprego.

Sala da Comissão, em

Senador Ataídes Oliveira

Senador Paulo Paim